INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

**Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu***
**Mestrado Profissional em Ensino de Ciências**
*Campus Nilópolis*

Daniel Costa Matos

# **SEXUALIDADE EM DEBATE:** Uma Análise das Rodas de Conversas

Nilópolis - RJ
2018

Daniel Costa Matos

**SEXUALIDADE EM DEBATE:** Uma Análise das Rodas de Conversas

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, modalidade profissional, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

**Orientadora:** Dra. Maylta Brandão dos Anjos

Nilópolis - RJ

2018

Daniel Costa Matos

**SEXUALIDADE EM DEBATE:** Uma Análise das Rodas de Conversas

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, modalidade profissional, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Data da aprovação: de de 2018.

_____

Prof. Dr.ª Maylta Brandão dos Anjos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr.ª Giselle Rôças de Souza Fonseca

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Drª. Lígia Cristina Ferreira Machado – PPG em Educação em Ciências e Matemática - UFRRJ

Nilópolis – RJ

2018

Aos que não se encaixam nos moldes. Viva a diversidade.!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte, amor e incentivo de sempre. Por me fazer acreditar que o conhecimento é o bem mais precioso que alguém pode almejar. Em especial à minha mãe Vera Lucia Costa, pelas horas de sono mal dormidas enquanto cuidava de mim e ao meu pai Antônio Gomes Matos, pois mesmo nas maiores dificuldades, nunca faltou com carinho e amor.

Ao meu companheiro de todas as horas, Gabriel Pereira, por entender a ausência de vida social que um mestrando, às vezes, precisa se submeter, pelo incentivo em não me deixar esquecer das tarefas e pelo apoio incondicional.

Aos meus ilustres colegas de mestrado. Os dias eram divertidos quando me encontrava com vocês.

Aos amigos Wellington, Davi e Yasmin, por fazerem dessa jornada do mestrado menos dolorosa.

À minha orientadora, que foi um presente do mestrado. Sempre doce, paciente e irremediavelmente humana. Ela é a definição do amor ao próximo. Sempre pronta a dar um conselho e apontar os caminhos que a pesquisa poderia tomar. Este trabalho certamente teria outra configuração sem sua ilustre orientação.

Ao Espaço Ciência Viva, por oferecer sua estrutura física à realização de minha pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, pela excelência na condução do mestrado, permitindo um crescimento profissional e pessoal muito grande.

Aos alunos e alunas com qual tive a honra de compartilhar momentos de aprendizado. Vocês nos desafiam, nos questionam, nos fazem refletir mais do que possam imaginar.

Aos professores que abraçam essa profissão e inspiram milhares de jovens dia após dia. Por vezes vemos o fruto da semente que plantamos na educação, mas na maioria das vezes, o trabalho do professor é como o velho ditado árabe que diz “Quem planta tâmaras, não colhe tâmaras!” Antigamente, as tamareiras levavam de 80 a 100 anos pra produzir os primeiros frutos e, por isso, o semeador não colhia os frutos de sua semeadura. Mas se ninguém se dispuser a semear tâmaras, ninguém nunca iria colhê-las.

MATOS, D. C.*SEXUALIDADE EM DEBATE*: Uma Análise nas Rodas de Conversas – Triangulação Metodológica e Caderno de Realidade - p. 144. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2018.

## RESUMO

A Educação sexual, apesar de prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN, ainda se constitui num grande desafio a ser trabalhada em sala de aula. Ainda que grandes mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira, como a ascensão profissional da mulher e a luta por direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBT), a questão da sexualidade ainda permanece obscura e carregada de preconceitos. Como nos diz as DCN, "educar para os direitos humanos, como parte do direito à educação, significa fomentar processos que contribuam para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de [...] gênero, classe social, cultura, crença religiosa, orientação sexual e opção política, ou qualquer outra diferença, combatendo e eliminando toda forma de discriminação". Destarte, a educação sexual é um tema atual, que necessita ser discutida e aprofundada de forma a combater concepções que não condizem com o respeito à cidadania e aos direitos individuais. Por meio da triangulação metodológica, a investigação seguiu caminhos diversos para identificar e interpretar as realidades vividas nos espaços formais e não formais de ensino, em torno dessa questão. Foi realizada roda de conversa que, de forma qualitativa, objetivou observar como vem se constituindo o tema sexualidade nas escolas e como os professores elaboram e dialogam com a educação sexual com base em suas realidades. Também foi elaborado um breve questionário *on line* com objetivo de identificar dados como quais temas são valorizados na educação sexual. Ficou evidente a importância da discussão em torno da sexualidade em todas as etapas da formação, uma vez que essa dimensão da identidade está presente desde o nascimento. Nas primeiras incursões foi observado que a maioria dos profissionais carece de capacitação específica em sexualidade; mais da metade dos respondentes têm vontade de participar de algum curso de formação continuada relacionado ao campo. Como produto educacional, a roda forneceu subsídios para a organização do livro em que estão presentes os relatos dos participantes em formato de contos, seguido de uma discussão com base na literatura acadêmica.

**Palavras-chave**.Educação sexual. Roda de Conversa. Sexualidade

MATOS, D. C. SEXUALITY IN DEBATE: An Analysis in the Circle of Conversations - Methodological Triangulation and Reality Notebook - p. 144. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2018.

## ABSTRACT

Sex education, although predicted on the National Curriculum Parameters - PCN and the National Curricular Guidelines for Basic Education – DCN, is still a challenge to be worked on in the classroom. Despite the great changes that have taken place in the structure of Brazilian society, such as the professional advancement of women and the struggle for gay, lesbian, bisexual and transgender (LGBT) rights, the question of sexuality still remains obscure and fraught with prejudice. As the DCN tells us, "educating for human rights, as part of the right to education, means fostering processes that contribute to the construction of citizenship, knowledge of fundamental rights, respect for plurality and diversity of [...] gender, social class, culture, religious belief, sexual orientation and political choice, or any other difference, combating and eliminating all forms of discrimination." Thus, sex education is a current topic that needs to be discussed and deepened in order to combat conceptions that do not fit with respect for citizenship and individual rights. Through methodological triangulation, the investigation followed several ways to identify and interpret the realities lived by the school around this question. Circle of conversation have been held that, in a qualitative way, aim to observe how the theme of sexuality has been constituted in formal and non-formal spaces and how teachers elaborate and dialogue with sex education based on their realities. Also, an online questionnaire was prepared in which some data could be identified as to which themes are valued in sex education. The importance of the discussion about sexuality at all stages of formation was evident, since this dimension of identity is present from birth. In the first raids it became evident that most professionals lack specific training in sexuality; more than half of the respondents are willing to participate in any continuing training course related to the field. As an educational product, the circles gave subsidies for the organization of the book in which presents the accounts of the participants, followed by an explanation based on the academic literature.

**Keywords:** Sexuality. Sex Education. Circle of Conversation. Sexuality

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

a.C. - Antes de Cristo
AIDS - Sindrome da imunodeficiência Adquirida
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CPF – Conselho Federal de Psicologia
d.C. - Depois de Cristo
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DST - Doença Sexualmente Transmissível
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC - Ministério da Educação
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PME - Plano Municipal de Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
TM - Triangulação Metodológica

**SUMÁRIO**


**1. INTRODUÇÃO** 10
1.1 JUSTIFICATIVA 13
1.2 PERGUNTA PROBLEMA 13
1.3 PRESSUPOSTO 13
1.4 OBJETIVOS 14
**1.4.1 Objetivo Geral** 14
**1.4.2 Objetivos específicos** 14
1.5 PRODUTO EDUCACIONAL 14
**2. HISTÓRICO SOBRE A SEXUALIDADE NO BRASIL** 17
2.1 DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XV 18
2.2 DO DESCOBRIMENTO AO IMPÉRIO 20
2.3 A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E OS NOVOS COSTUMES 22
2.4 A SEXUALIDADE NO SÉCULO XX 26
**3. SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR** 30
3.1 EDUCAÇÃO SEXUAL OU ORIENTAÇÃO SEXUAL? 34
3.2 O TEMA SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE ENSINO 39
**3.2.1 O conceito de sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais** 41
**3.2.2 A sexualidade na Base Nacional Comum Curricular** 45
**4. METODOLOGIA** 49
4.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS 52
**4.1.1 Questionário *online*** 52
**4.1.2 Roda de Conversa: uma breve conversa** 52
4.2 LOCAL DA RODA DE CONVERSA 54
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA 54
**5. RESULTADOS E DISCUSSÃO** 56
5.1 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL 56
5.2 A REALIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA 66
5.3 REFLEXÕES A PARTIR DA RODA DE CONVERSA 106
**6. O PRODUTO EDUCACIONAL** 109
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** 111

**REFÊRÊNCIAS** 113
**APÊNDICES** 129
**ANEXO 1: LIVRO “SEXUALIDADE: DA PRÁTICA À TEORIA”** 135

# 1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema “educação sexual” para a pesquisa no mestrado se deu em função de uma inquietação gerada durante a prática profissional como docente do Ensino Fundamental da rede pública no município de Mesquita, na baixada fluminense. Localizado entre as cidades de Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Belford Roxo, Mesquita possui uma população estimada de 171.020 habitantes em 2016, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Com uma área de 41,477 Km², é a cidade mais nova da baixada fluminense e do Estado do Rio de Janeiro, tendo se emancipado do município de Nova Iguaçu em 1999.

Durante minha prática docente, frequentemente me deparo com questionamentos dos alunos referentes à sexualidade. Ora com timidez, ora em tom provocador, as perguntas são das mais variadas possíveis, desde a anatomia do sistema reprodutor e gravidez até algumas mais filosóficas sobre o porquê alguém ‘escolher’ ser homossexual. Em geral, a responsabilidade sobre o esclarecimento dessas dúvidas recai sobre o professor de Ciências. Contudo, há uma limitação imposta pelas características de minha formação profissional e também da própria formação como cidadão que não me deixava confortável diante de questionamentos que exigiam respostas além do nível biológico. Quando as perguntas caiam nesse vazio formativo, usava a desculpa do ‘vocês irão aprender sobre tudo isso no 8º ano. Aguardem’. Uma resposta evasiva que não aproveitava a curiosidade do aluno.

Sendo um assunto atualmente em voga, ganhando cada vez mais visibilidade na sociedade com destaques na mídia, em produções cinematográficas e na música, crescia em mim o incômodo em relação a essa limitação pessoal para discutir as questões de gênero, diversidade sexual e sexualidade. Cada vez que chegava o momento curricular propício para trabalhar esses temas, eram abordados apenas seus aspectos fisiológicos, da prevenção à gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Cumpria o currículo estipulado pela Secretaria de Educação, porém não sentia que estava formando alunos para o pleno exercício da cidadania, que respeita e valoriza a diversidade, inclusive nas diversas formas de ser mulher e homem.

Buscando sobre o assunto e tateando algumas respostas, percebi a profundidade com qual o tema escolhido poderia chegar. O olhar para a sala de aula se ampliou e as questões relativas à sexualidade dos alunos se mostraram muito mais presentes do que anteriormente

havia sido percebida. As falas dos estudantes estão impregnadas de concepções, sejam de acolhimento ou de preconceito, ora velado ora explicito. Porém, sempre presentes. Paralelamente, refletindo sobre a minha própria prática profissional e em conversa com colegas da rede municipal, constatei como a discussão se mostrava rasa no âmbito da sala de aula. Será que estamos fazendo um bom trabalho? Três meninas grávidas no mesmo ano em uma das escolas em que eu atuava parece ter sido minha resposta. Apesar dos estudos apontarem que a gravidez na adolescência não ocorre por falta de informação relativa aos métodos contraceptivos (SANTOS e NOGUEIRA, 2009), não há como deixar de refletir sobre o que é compreendido por sexualidade saudável por esses adolescentes e nos leva a pensar que não estamos fazendo a nossa parte para a formação de indivíduos plenamente conscientes em torno de sua sexualidade.

Mas a gravidez não é o final da história. Pelo contrário, começa um novo capítulo na vida dessas jovens. E tive acesso a uma pequena parte desse desenrolar quando surgiu a oportunidade de lecionar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como parte do trabalho de resgatar a autoestima e valorizar o aluno que chega com grande defasagem em relação ao ano de escolaridade, uma das ações efetuadas na unidade escolar era recuperar e compartilhar a memória de forma a criar um ambiente de acolhimento e pertencimento, estreitando laços entre aluno - escola, aluno - aluno e aluno - professor. Nessas investidas, não foram poucas as histórias de mulheres que abandonaram a escola por conta de uma gravidez e depois de anos retornam ao ensino formal para concluir seus estudos. Existem desde jovens que tiveram seus filhos recentemente e estão com eles ainda pequenos, até mães que voltam a estudar com seus filhos já grandes. Há casos, inclusive, de mães que retornam para a sala de aula com objetivo de incentivar os filhos na vida escolar. Toda essa experiência na EJA ilustra o destino mais frequente e, talvez, o mais cruel com as jovens que se tornam mães tão precocemente: a evasão escolar.

A história muda de figura, porém, quando se trata dos adolescentes que se tornam pais precocemente. Em quatro anos lecionando na EJA, não presenciei nenhum caso em que, por conta da responsabilidade, os meninos acabam evadindo da escola. Não posso afirmar, contudo, que não existam casos isolados, porém, uma conclusão é possível, as meninas são as que mais sofrem consequências negativas quando o assunto é gravidez na adolescência.

Dessa forma, a educação sexual exerce um papel importantíssimo na apropriação do corpo e na conscientização da intencionalidade das escolhas dos jovens, conhecendo riscos e possibilidades, evitando relacionar o comportamento sexual a uma doutrina do medo, fazendo

entender como os padrões de masculino e feminino são historicamente construídos e percebendo que, nossas concepções, ideologias, referências e normatizações não são dados naturais, mas fruto de relações de poder que estão em constante construção e reconstrução.

Compreender a relevância da educação sexual na escola foi o primeiro passo para mergulhar nesse grande desafio. Eu agora me perguntava se a dificuldade em trabalhar esses temas delicados em sala de aula era compartilhada pelos meus pares. Os professores estão preparados para trabalhar a sexualidade de forma ampla e efetiva? Quais são os entraves para a sua realização? Como podemos superar os obstáculos? A formação inicial aborda temas relacionados à sexualidade e a educação sexual de maneira crítica e emancipatória ou corrobora preconceitos, tabus e paradigmas normatizadores?

Institucionalmente, a educação sexual foi incluída nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) e Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2013), muito em decorrência de mudanças comportamentais no interior das relações sociais. A ascensão profissional da mulher e sua independência, a conquista de direitos da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), os altos índices de gravidez indesejada na adolescência e o risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis contribuíram para a emergência desse tema. Mas a escola tem tratado desse tema com qualidade?

As manifestações da sexualidade estão presentes em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família (BRASIL, 1997). As famílias realizam a educação sexual, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre o assunto, de uma forma ou de outra esse assunto permeia as relações humanas e familiares. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de "cuidados" recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados de valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem. A criança também sofre influências de muitas outras fontes como livros, de pessoas que não pertencem à sua família e, principalmente, nos dias de hoje, da mídia. A TV veicula propaganda, filmes e novelas intensamente erotizados. Isso gera excitação e um incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança. Há também campanhas educativas que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público, porém ao assisti-los, as crianças não compreendem por completo o significado dessas mensagens e

constroem conceitos e explicações errôneas e fantasiosas sobre a sexualidade. Muitas vezes também moraliza e reforça preconceitos.

Todas essas questões são trazidas pelos alunos para dentro da sala de aula. Cabe à escola desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa para alcançar uma educação sexual intencional e emancipatória.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Ao tratar do tema Educação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Englobam as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Apesar da importância do tema tanto para a saúde quanto para a formação cidadã, ainda existem forças atuando no interior da sociedade que objetivam a manutenção de estereótipos e preconceitos. Tais concepções resvalam na formação do professor/a, que muitas vezes não se sente preparado/a para atuar com a temática em sala de aula ou, quando trabalham, distorcem o ensino e contribuem para a continuidade de concepções conservadoras.

Dessa forma, se faz primordial a discussão para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

## 1.2 PERGUNTA PROBLEMA

Como a discussão sobre Educação Sexual ocorrida nos últimos anos, sobretudo em atividades extracurriculares, como em rodas de conversas, tem alcançado públicos da área do Ensino no sentido de estabelecer uma Educação Sexual emancipatória?

## 1.3 PRESSUPOSTO

Há muitas controvérsias e preconceitos acerca da Educação Sexual nos espaços formais e não formais de ensino. Muito tem se discutido na literatura, porém pouco tem sido alcançado por profissionais que atuam no ensino, contribuindo de forma pouco significativa para superação de preconceitos e concepções conservadoras no ensino sobre sexualidade.

Tendo em foco essa questão, acreditamos que quanto mais esse assunto for debatido em eventos que o diálogo aberto e construtivo seja feito, a prática de uma Educação Sexual emancipatória e livre de preconceitos começa a ser formada e/ou fortalecida.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo Geral

Analisar como tem se constituído o tema Educação Sexual a partir das rodas de conversas com profissionais do ensino formal e não formal.

### 1.4.2 Objetivos específicos

Busca-se contribuir para um debate acerca da Educação Sexual emancipatória por meio da realização de rodas de conversas, onde profissionais do ensino formal e não formal se aprofundaram no tema da Educação Sexual. Partindo das contribuições dos professores depoentes na roda de conversa, foi realizada uma discussão com a literatura acadêmica, criando uma teia que associa teoria e prática. Os depoimentos também formaram base para a criação de um livro "caderno de realidades", que tem como propósito trazer a prática dos docentes por meio de contos livremente inspirados nos depoimentos, associando-os à teoria acadêmica. Uma vez que a sexualidade envolve, entre outros aspectos, a cultura e a história, foi realizada uma breve revisão dos conceitos e costumes em torno da sexualidade em nossa sociedade e, assim, entender nosso momento atual.

## 1.5 PRODUTO EDUCACIONAL

Como produto educacional, foi realizado, não somente o I Ciclo de Roda de Conversas e Oficinas temáticas do campus Mesquita, mas também, e a partir desses encontros, a elaboração de um livro sobre sexualidade e questões de gênero para que profissionais que transitam pela área de ensino interessados na temática possam dialogar, trocar ideias, formular propostas, quebrar estigmas e preconceitos e, por conseguinte iniciem o processo de se apropriarem do discurso acadêmico e sejam melhor preparados para exercer uma educação sexual emancipatória em suas turmas, com os seus e com o mundo. Pretensão? Talvez, mas o que seria de nós se não fossemos mobilizados pelo sonho. Ainda que inicialmente por um projeto de pesquisa.

Inicialmente, por meio da perspectiva histórica, abordou-se as concepções acerca da sexualidade. A análise histórica se mostra fundamental para compreendermos como muitas concepções atuais foram construídas ao longo do tempo. Segundo Louro (2000), a cultura e a história são conhecimentos que participam ativamente da construção das identidades sociais, dentre elas as identidades sexuais e de gênero, atribuindo novos significados que determinam características definidoras da identidade que se constrói no âmbito social. Essas características, que definem o masculino e o feminino, são produzidas em seu contexto histórico e, muitas vezes, perdem sentido fora daquele período em questão. Por isso é importante situar historicamente como diversos paradigmas atuais foram construídos. Somente dessa forma poderemos desnaturalizar o dito 'normal' e questionar aqueles que tentam homogeneizar a diversidade de pensamentos e afeições humanas. E além de refletir sobre o passado, é igualmente importante que se pense no futuro e se construa, por meio da ação crítica, uma sociedade mais igualitária.

No terceiro capítulo discutiu-se a Educação Sexual no contexto escolar. Pontos importantes da discussão são elucidados como a diferença entre Orientação Sexual e Educação Sexual. Há dúvidas em relação à nomenclatura correta que vão além da simples questão da terminologia. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) incluiu as discussões em torno da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio através do tema transversal "Orientação Sexual". Contudo, como discutirei na seção seguinte, muitas críticas em torno da abordagem dada à sexualidade são feitas, a começar pela nomenclatura utilizada.

A ascensão profissional da mulher e sua independência, a conquista de direitos da comunidade LGBT, os altos índices de gravidez indesejada na adolescência e o risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis contribuíram para a emergência desse tema, sendo considerado de grande interesse público. Vinte anos após a proposição dos PCN, uma nova reforma curricular de âmbito nacional é discutida. Chamada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), servirá de guia para a formulação de currículos nas escolas. Sua ultima versão, divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) em abril de 2017, suprimiu praticamente toda discussão em torno da sexualidade, permanecendo apenas a dimensão do combate à violência sexual. É importante compreender que forças atuaram para esse retrocesso e como isso reflete o momento histórico, político e social do Brasil.

No capítulo seguinte apresentamos a metodologia para a realização da pesquisa. Por meio da Triangulação Metodológica, foram organizadas Rodas de Conversa como estratégia

para identificar quais as concepções de sexualidade possuem os professores de um município da baixada fluminense, que ações voltadas para educação sexual são realizadas por eles, quais são suas dificuldades e suas preocupações. Esses dados deram subsídios para que fosse proposta de uma formação continuada visando promover a reflexão nos docentes, superando mitos, tabus e outras concepções em desacordo com o exercício de uma sexualidade livre de culpa, com prazer e responsabilidade, entendendo como a sexualidade é formadora de identidade e está além da mera reprodução da espécie.

O produto educacional foi produzido com base nos depoimentos dos participantes durante o I Ciclo de Roda de Conversas do *campus* Mesquita. Tal fato é discutido no capítulo sete. Consiste em um livro contendo contos que destacam algum aspecto da sexualidade humana e que representa um episódio importante na vida do depoente. Seguindo o conto, são apresentadas sugestões de leitura complementar e alguns questionamentos que irão aprofundar o olhar sobre o tema. Por fim, a realidade apresentada pelo conto é interpretada e entrelaçada com a literatura acadêmica, conferindo subsídios para o debate e a troca de opiniões. Espera-se que os textos incitem ao debate e reflexão por parte dos leitores, contribuindo para o entendimento da temática.

## 2. HISTÓRICO DA SEXUALIDADE

A sexualidade é uma das mais complexas e importantes dimensões da identidade humana. Para obtermos um entendimento mais amplo do objeto de estudo, é necessário analisar controvérsias e diferentes posições religiosas, morais, políticas e afetivas. Ou seja, pode-se abordar a sexualidade sob muitos aspectos. A abordagem apresentada a seguir fundamenta-se numa visão histórica da sexualidade, construída ao longo de um tempo e num espaço específico, tecida em conjunto com a cultura e com a sociedade. Seu entendimento se dá a partir da concepção de mundo, de homem e das relações sociais enquanto realidade histórica, em constante transformação.

Nunes (1997) compreende a sexualidade como uma dimensão humana, histórica, social construída em determinadas estruturas, modelos e valores determinados por interesses de épocas diferentes, inserida num contexto de relações econômicas e sociais, onde se destacam os modelos hegemônicos de vivência e construção. Marilena Chauí (1984) descreve a sexualidade como um fenômeno humano que não se limita ao aspecto meramente biológico, natural, sofrendo modificações quanto ao seu sentido no tempo e espaço, assumindo, com isso, uma função regulada pela história, como um fenômeno mais global que envolve nossa existência como um todo, dando sentidos inesperados e ignorados a gestos, palavras, afetos, sonhos, humor, erros, esquecimentos, tristezas, atividades sociais (como trabalho, religião, a arte, a política) que, à primeira vista, nada têm de sexual. O modelo da sexualidade ditada apenas pela natureza biológica foi superado. No lugar de um único aspecto definidor da sexualidade (o sexo biológico), há, hoje em dia, múltiplas dimensões que são levadas em conta para formação de uma sexualidade única e individual, característico da própria personalidade, dando sentidos inesperados a uma série de aspectos da vida comum. Tudo isso entrelaçado pela cultura e história.

Dado o nível de complexidade das múltiplas dimensões da sexualidade, muitas vezes torna-se difícil se colocar no lugar do outro e entender suas vontades e desejos sexuais, o que pode levar à incompreensão e intolerância refletida em palavras, ofensas, injúrias e, em alguns casos, lesão corporal. Muitas vezes vemos a intolerância ser alimentada por grupos hegemônicos que tentam manter a estrutura do poder em torno da sexualidade. Porém, acreditamos que somente pelo conhecimento podemos alcançar alguma mudança. E a dimensão da construção histórica da sexualidade pode ser um ponto de partida interessante.

Ao compreender que os padrões amplamente aceitos pela sociedade atual para o “normal” são construções históricas e que, em outros momentos, o padrão era distinto, talvez seja possível desestabilizar este conhecimento sobre sexualidade retirando o status de imutabilidade. É, portanto, nesta prerrogativa, que segue uma breve análise da sexualidade humana, com ênfase especial no papel da Igreja e da medicina.

## 2.1 DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XV

A sexualidade é uma obsessão incessante, que por séculos chamou a atenção dos seres humanos. Segundo as teorias de ENGELS (1982), homens e mulheres relacionavam-se sexualmente de forma livre no início da civilização, sem que houvesse nisso qualquer conotação de promiscuidade. Nesse arranjo de sociedade, havia certeza somente da linhagem materna e as famílias formavam os clãs. Na medida em que os clãs foram acumulando bens, os relacionamentos sexuais transformaram-se e eram exercidos por um casal de forma monogâmica, com a finalidade de que os filhos legítimos pudessem herdar as propriedades do clã. Nesse momento, a linhagem materna foi substituída pela linhagem sanguínea paterna, com início do sistema patriarcal (CANO e FERRIANI, 2000).

Ao longo do desenvolvimento da humanidade, as civilizações foram se diferenciando. Os gregos, por exemplo, valorizavam a reprodução dentro do casamento como forma de alimentar os exércitos para as constantes guerras. As meninas eram educadas para tarefas domesticas e para o casamento tão logo iniciassem a menstruação. Os homens eram desestimulados ao casamento antes dos 21 anos e a masturbação era condenada pelo medo de enfraquecer o corpo. O relacionamento homossexual com os mestres responsáveis pelo desenvolvimento moral e intelectual era estimulado. (CANO e FERRIANI, 2000).

Segundo Costa (1986), a civilização ocidental herdou os princípios morais, legais e religiosos do povo hebreu. Além disso, o casamento, na forma patriarcal, possuía cunho divino. Era exigida a virgindade até o casamento e a castidade era exaltada. Os romanos assimilaram grande parte da cultura grega e a riqueza do vasto império dos césares permitia festas suntuosas para a elite dominante, onde o prazer sexual era apenas parcialmente restrito (CANO e FERRIANI, 2000). Os mitos e tabus em relação ao sexo foram surgindo como forma de limitar as práticas sexuais, em especial aquelas que não levavam à reprodução. Assim, surgiram os tabus da masturbação, do sexo anal e da homossexualidade (GAUDERER, 1994).

A arte e a literatura continuamente retratam a sexualidade de épocas passadas de diversas maneiras, como esculturas, quadros, poesias, peças de teatro, romances, obras filosóficas e literatura de aconselhamento sexual. Em 3200 a. C., os primeiros povos da Mesopotâmia já esculpiam estátuas com destaques para os órgãos genitais femininos e, na Grécia, no século VII a. C., era comum que vasos e cálices tivessem pinturas e desenhos retratando relações sexuais. Porém, não havia um campo teórico específico que discorresse ou estudasse a sexualidade. Na verdade, nem a palavra sexualidade existia. Sexo, sim. Falava-se e se escrevia sobre sexo, sobre práticas sexuais, sobre o erotismo (RIBEIRO, 2009). É, sem dúvida, uma dimensão constitutiva do ser humano e que possui uma história de interpretações e regulações.

Os discursos em torno da sexualidade são criados como uma forma de normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões da época. Segundo Foucault (1985), o controle social e político poderia ser alcançado somente pelo controle do corpo e da sexualidade. É indissociável, portanto, do discurso e do jogo de poder. A regulamentação do sexo sempre foi interesse do Estado, da religião e das elites dominantes (FOUCAULT, 1984, 1985).

Mais próximo ao século XIX, a medicina passou a se interessar de maneira a criar um discurso científico que corroborasse as concepções dos aparelhos reguladores tradicionais. Ou seja, não modificou as estruturas de poder. Contudo, se pensarmos em figuras como Hipócrates, considerado o pai da medicina, já no século III a.C. dizia que reter o sêmen proporcionava máxima energia. Nessa direção seguiu o estoicismo, uma corrente filosófica influente entre 300 a.C e 250 d.C., que defendia o sexo apenas para a reprodução, sendo concentrada no matrimônio. Quando o prazer do ato sexual tornou-se uma preocupação teológica, houve radicalização e o celibato completo passou a ser valorizado. Padres como Tomás de Aquino, Agostinho e Jerônimo resgataram as influências estóicas contribuindo para o negativismo em relação ao prazer sexual.

Salles e Ceccarelli (2010) nos dizem que a preocupação da moral cristã com a sexualidade é justificada pois foi através da concupiscência que o pecado entrou no mundo, ou seja, o pecado original. Santo Agostinho escreve que ao ser convencida pela serpente, a mulher come do fruto proibido e seduz adão a fazê-lo também. Ao adquirir discernimento, percebem-se nus e se envergonharam. Nessa perspectiva, o corpo adquire valor negativo, como um entrave à ascensão da alma. O ser humano tornou-se fragilizado e culpado pelo desejo, criando-se um espírito de exaltação à virgindade. O homem, vítima indefesa de uma mulher sedutora e inescrupulosa, foi levado a cometer o pecado (SALLES e CECCARELLI,

2010). A mulher, responsável pela queda, passa a ser vista inferiorizada em relação ao homem. Desvalorizada, o prazer lhe era proibido. Sua função repousava unicamente na reprodução. O médico renascentista Ambroise Paré, ao diferenciar animais e humanos, afirmava que as fêmeas fogem dos machos tão logo são fecundadas, contudo, as mulheres os desejam para a deleitação, e não somente para a multiplicação da espécie. O prazer feminino era tão maldito que, no dia do julgamento final, as mulheres ressuscitariam como homens (DEL PRIORI, 2014).

O conceito de padrão masculino é tão antigo que Galeno, no século II, esforçou-se em demonstrar que a mulher não passava, no fundo, de um homem a quem a falta de perfeição conservara-lhe os órgãos escondidos. A vagina era considerada um pênis interior; o útero, uma bolsa escrotal; os ovários, testículos, e assim por diante. Todas essas ideias ainda permeiam a cultura ocidental judaico-cristã e a mulher não obstante luta para se livrar do estigma do pecado original.

No século XII, o conceito de "natureza humana" é relacionado à vontade de Deus e tudo que fosse natural era agradável. O sexo passou a ser classificado em "natural", quando servia à procriação, e "anormal" quando estava relacionado às práticas infecundas, como masturbação, homossexualidade, sodomia (coito anal) ou sexo heterossexual separado da concepção.

Em relação ao ato sexual, era admitida apenas a posição em que o homem fica por cima da mulher, pois outras posições se assemelhavam à cópula dos animas ou não eram consideradas "naturais". Ao final do século XII, a moral que censura o desejo e a busca pelo prazer, diminui e o casamento passa a ser visto como um lugar legítimo para aqueles que não conseguem se manter castos. Contudo, o controle sobre a sexualidade se mantém rígido, com a inclusão de mais um pecado, a luxúria.

## 2.2 DO DESCOBRIMENTO AO IMPÉRIO

No século XV, ao desembarcar no Brasil, os portugueses se depararam com uma população desprovida de vestimentas ou qualquer conceito em relação ao pudor. Os índios andavam desnudos e não possuíam vergonhas. Os Europeus, a princípio, se encantaram com essa inocência representada pela nudez, pois a relacionavam com a falta de conhecimento do mal. As notícias correram rapidamente para o velho continente e a curiosidade sobre essa

nova e estranha gente se materializou em muitas obras seiscentistas. Era como ver Adão e Eva antes da queda.

No entanto, a visão idílica do índio, que se banha nos rios e vive do que a natureza lhe provê, rapidamente deu lugar à ideia da falta de vestimentas pela extrema pobreza com a qual esses habitantes haviam de suportar sua existência no planeta. Via-se todo tipo de pompa e luxo nos reinos europeus e nas terras da Ásia. No renascimento, passou-se da pureza à pobreza, em seguida ao horror dessa gente que comia gente. A nudez das índias, portanto, estava longe de ter qualquer erotismo.

Foi assim que, no século XVI lutou-se contra a nudez e aquilo que ela simbolizava. Padres jesuítas mandavam buscar tecidos de algodão para vestir as crianças indígenas que frequentavam as escolas, afinal vesti-los era afastá-los do mal e do pecado. O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne. Afinal, como se queixava padre Anchieta, além de andar peladas, as indígenas não se negavam a ninguém (DEL PRIORI, 2014). No entanto, o efeito foi inverso, pois o pudor aumentava a cobiça que deveria atenuar. Ou seja, mesmo as mulheres cobrindo seus corpos para não provocar desejos nos homens, mesmo deixando pequenos espaços à mostra, tais partes se tornavam foco do desejo masculino, seja um pezinho, a mão ou os olhos. Nesse sentido, a nudez, além de condenada, era indesejada.

O pudor ditava os costumes e até hábitos saudáveis foram banidos. O banho, por exemplo, que em civilizações antigas gozava de prestigio, além de retirar as impurezas, estava relacionado ao prazer. Contudo, os primeiros cristãos não estavam satisfeitos com a má frequentação dos locais de banho. Com o passar do tempo, o banho foi totalmente proibido, sobretudo aos jovens, e abster-se da ablução se tornou sinônimo de santidade. O cheiro das partes íntimas, raramente lavadas, se tornou aroma que despertava o desejo masculino. Gregório de Matos, inclusive, fez um registro onde criticava as mulheres que se lavavam antes do ato sexual. Não obstante, com o passar do tempo, certa sensibilidade olfativa foi se instalando na colônia e a sujeira na qual as cidades se encontravam começava a incomodar, bem como o cheiro daquela multidão que não se banhava. A Igreja recebia processos de divórcio onde se justificava que o mau cheiro de certos cônjuges impedia suas relações sexuais. Era a sensibilidade olfativa se apurando e provocando mudanças na colônia portuguesa.

O início do século XVI foi marcado pela reforma protestante. A igreja católica perdia muitos fiéis na Europa e, como resposta, seguiu a sua própria reforma. Uma das medidas que

tinha impacto direto sobre a sexualidade dos seus seguidores foi afastar ainda mais a relação do indivíduo com seu corpo, chegando a demonizá-lo, em certos momentos. A vagina, por exemplo, era descrita por pregadores como "porta do inferno e entrada do Diabo, pela qual os luxuriosos gulosos de seus mais ardentes e libidinosos desejos descem ao inferno" (DEL PRIORI, 2014, p.31).

A Igreja Católica passa a se preocupar com as práticas sexuais enquanto ato que poderia ser permitido ou proibido, em função dos dogmas religiosos (RIBEIRO, 2009). Muitas normas de conduta para homens, mulheres e sobre as relações interpessoais foram produzidas de forma a afastar o pecado e promover a reprodução da espécie humana segundo os preceitos sagrados. O sexo era controlado e ordenado. Muito se discutia e muito se proibia. Os preconceitos acompanhavam toda transgressão e a vigilância era permanente. Reafirma-se a vocação do sexo apenas para a procriação, sendo proibido evitar filhos gozando fora da vagina. O sexo era um débito conjugal constantemente vigiado de maneira a excluir a dimensão do prazer na relação sexual. Negar o coito era pecado, a não ser que a solicitação fosse feita nos dias proibidos como jejum, festas religiosas, menstruação, a quarentena após o parto, os períodos de gravidez e amamentação, ou se a mulher estivesse muito doente. A ideia do sexo como pecado implicava a proibição de tudo que desse prazer.

## 2.3 A CHEGADA DA FAMILIA REAL E OS NOVOS COSTUMES

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro causou profundas mudanças na colônia. O comportamento do príncipe Pedro de Alcântara chamava atenção pelo seu apetite sexual. Suas aventuras amorosas não eram nada escondidas. Essa liberdade sexual expressa pelo príncipe contribuiu para reforçar um padrão de maior permissividade para o homem em relação ao sexo, enquanto as mulheres permaneciam à margem do prazer. O papel de cada um nas relações matrimoniais era bem definido: O papel da mulher na sociedade era sempre visto em relação ao seu marido. A própria felicidade do casal estava sob sua responsabilidade, afinal, quanto mais fiel e honrada fosse a esposa, mais perene era o casamento. Já ao homem, sua infidelidade era vista como inevitável e as esposas deveriam suportar. Não faltavam exemplos de concubinatos de escravas com seus senhores. Apesar de o adultério por ambos os sexos ser considerado uma violação da honra conjugal e representar injúria grave perante a Igreja, passível até mesmo da anulação do casamento, do ponto de vista jurídico a mulher estava em posição de inferioridade.

Uma grande lista de costumes é observada na sociedade imperial e todo o jogo de aparências colaborava para acentuar a diferença entre homens e mulheres: a mulher deveria possuir pés minúsculos, seu cabelo longo e abundante, presos a penteados elaborados sob o efeito de pomadas e cremes, presa em coques e tranças, trabalhada com flores artificiais ou naturais, em penas de aves ou seda, servia de atrativos para os homens. Algumas mulheres aumentavam seus cabelos com mechas de meninas mortas, vendidos em bandejas pela rua. A cintura feminina era esmagada por espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes – o peito de pomba. E a cintura era valorizada pelas anquinhas. A cintura estreita fazia parte dos padrões de beleza física, mas era responsável por problemas respiratórios e anemias.

A beleza feminina era inatingível, tendo consequências físicas sérias como doenças e mau desenvolvimento anatômico. É um modelo de beleza feminina ditado pelas preferências dos homens e, quanto mais diferente destes, mais apropriado seria. E nesse mundo em que pouco se exibia do corpo feminino, qualquer parte que ficasse de fora tornara objeto de devoção e do desejo masculino. É o caso dos pés, o verdadeiro fetiche da época. Não é difícil relacionar ao famoso conto da Cinderela, em que após o baile, a jovem moça deixa cair o seu sapatinho. Não por acaso, o sapatinho era tão pequenino que, de todas as mulheres solteiras do reino, somente coube no pé de própria Cinderela, a mulher mais bela do reino, a que conquistara o coração do príncipe, era também a possuidora do menor pé.

A pureza feminina era desejável e se concretizava por meio de um sistema em que os homens evitavam ter prazer com a própria mãe dos seus filhos. Dizia-se que a familiaridade excessiva provocava o desprezo. Os homens, bastiões de um respeitoso egoísmo, abstiam-se de toda e qualquer demonstração afetivo-erótica em relação às suas esposas. Para a Igreja, o marido tinha necessidades sexuais e a mulher tinha que se submeter ao papel de reprodutora. Uma vez realizada a concepção, a continência mútua era desejável. Em consequência, as mulheres casadas tornavam-se azedas e cumpridoras de seus deveres. Contudo, a continência era apenas papel da mulher. Ao homem, o adultério era permitido e até necessário para o bom funcionamento do sistema.

Buscou-se, até aqui, descrever hábitos e comportamentos masculinos e femininos da época. A caracterização de tais normais visa trazer suporte para a discussão sobre a construção de conceitos ainda hoje presentes em nossa sociedade. Quando nos referimos às concepções anacrônicas, estamos referenciando este conjunto de estereótipos para homens e mulheres característicos de séculos passados. Causa-nos espanto, ainda hoje, pensar em como muitos aspectos dessa narrativa se mostram presentes e atuantes, num jogo de vai-e-vem entre

as forças que atuam na normatização de comportamentos. Entre avanços e retrocessos, caminhamos para um lugar ainda desconhecido.

O Iluminismo trouxe, a partir do século XVIII, uma preocupação da medicina com a sexualidade uma vez que as questões sexuais influenciavam cada vez mais o social, em especial a sexualidade legítima no seio da família, a fim de regular a procriação. Na França e Alemanha, o controle da natalidade tornou-se objeto de discussão social, pois a população era um recurso do Estado na produção de riquezas (SARASIN, 2002). Em um tempo em que a linguagem era severamente vigiada, as teorias médicas eram as únicas autorizadas a falar sobre prazer e sexo. A partir daí, o empenho da medicina em aprender sobre a sexualidade só aumentou com o tempo. Contudo, pouco contribuiu para a superação de tabus. Dizia-se que tudo que não resultasse do coito disciplinado era errado. E para falar do assunto, os médicos usavam a desculpa da "higiene sexual". Assim, conseguiam chegar à intimidade da vida sexual dos homens e mulheres, pois a medicina estava acima de qualquer tipo de pudor.

Dentre as ideias trazidas pela medicina, a preocupação da liberação do sêmen parecia estar no topo. Muitas teorias sobre a fraqueza causada pelo seu desperdício foram produzidas. Dentre elas, podemos citar a comparação da perda de 30 gramas dessa substancia a hemorragia de 1200 gramas de sangue. Quanto mais se guardasse, mais longa e saudável seria a vida. Considerado que o propósito do sexo é a reprodução e o esforço para liberar a semente do homem, era primordial que se evitasse o desperdício. Portanto, proibia-se qualquer forma de obter prazer sexual por meios próprios que não conduzisse à concepção. A masturbação era considerada o vício em estado puro. Chamada de "onanismo" em referência ao personagem bíblico Onã, que praticava "coito interrompido", muitas teorias e mitos foram criados pela Igreja e corroborados pela medicina. Estudos chegavam da Europa e dizia que, entre outras consequências, as crianças poderiam se transformar em cadáveres ambulantes, fazia-se medo com o "Mão de Cabelo" e outros personagens folclóricos. Dizia-se que a masturbação destruía lares, casamentos e famílias. Que não só fazia mal à saúde como esgotava as forças e prejudicava o trabalho (SARASIN, 2002). À época do iluminismo até o meio do século XIX, o onanismo representava o único desvio reconhecido em relação ao sexo "sadio". Este, para ser saudável, era recomendado o uso de determinadas posições que facilitavam a concepção. Despir-se não era importante, bem como as luzes que deveriam permanecer apagadas. Agora era a ciência, por meio da medicina, que possuía o discurso e regulava as relações íntimas.

Logo vieram os estudos que tentaram padronizar comportamentos e os possíveis desvios da norma. Dizia-se que a mulher deveria ser naturalmente frágil, bonita, sedutora,

boa mãe, submissa e doce. Aquelas que se revelassem possuidoras de comportamentos divergentes seriam consideradas antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal. Era dado o nome de histeria a esta condição patológica. Como possível causa, estava a possibilidade do cérebro feminino, centrado no útero, ser dominado pelo órgão, ao passo que o cérebro masculino era centrado na razão e, por isso, seria superior (LAQUEUR, 2001).

A impotência masculina também foi um tema bastante discutido pela medicina da época. Afinal, era obrigação do homem garantir a procriação e, por isso, não faltaram estudos para identificar e apontar possíveis causas e tratamentos. Para os médicos, identificar os impotentes era tarefa simples: cabelos finos ou em pouca quantidade, tez pálida e sem cor, carnes moles e sem pêlos, voz aguda, olhos tristes, ombros estreitos e cheiro adocicado. Alguns sintomas só poderiam ser observados por meio de um diagnóstico mais apurado, como a presença de testículos pouco volumosos e enrugados, cordões espermáticos sem consistência, apatia moral e pusilanimidade. Podemos perceber como a medicina era limitada ao pensar que a impotência só era possível em homens que apresentavam as características descritas acima. Buscar formas de classificação sempre foi parte da cultura humana e a medicina não fugiu à regra ao tentar identificar, apenas por características físicas, as causas e aparência do homem impotente. Os médicos diziam que a esterilidade era um problema tão grave que resvalava em consequências para a ordem social e para a nação, ou seja, a reprodução no centro na sexualidade configura-se num discurso do início do século XIX que, ainda hoje, é reproduzido e disseminado para se apregoar contra as mais variadas razões possíveis, desde questões relativas ao casamento homoafetivo até a legalização do aborto. O lema, ainda hoje, parece ser “reprodução, acima de tudo”!

Em relação às relações homoeróticas, os médicos a consideravam como uma forma de animalidade antifísica e, como tal, merecia estudos clínicos. Condenado pela Igreja e agora reprovado pela medicina, o homossexual passou de pecador a doente, a quem era preciso tratar. A repulsa à homossexualidade era tão grande que produzia teorias como a origem em distúrbios psicológicos, falta de relações sexuais normais ou criação moral imprópria. Era a moralidade e não a medicina o remédio para acabar com a homossexualidade. Ainda hoje percebemos determinados grupos sociais que reproduzem esse discurso e tentam convencer outros de sua autenticidade. Mais temeroso é o fato dessas concepções invadirem a esfera política abrindo espaço para intervenções apoiadas na lei que visam o silenciamento de

direitos e a supremacia dos ditos “normais”. Não podemos nos apoiar em discursos, mesmo os científicos, para cercear direitos ou impor a vontade de uns sobre outros.

Contudo, apesar do estigma e da abominação sofrida pela sociedade, pode-se dizer que a homossexualidade era o espaço da mistura social. Ontem e hoje, no Brasil e em toda parte, faz-se pouco caso das diferenças sociais. Cada qual procura o seu prazer sem se preocupar com a posição social do outro (FREYRE, 2009).

O estilo de vida dos homens que não se impediam de entregar-se ao prazer, principalmente nos bordéis, trouxe uma consequência ruim: o aumento dos casos de sífilis. Talvez por machismo, ou talvez pela intensa repressão à sexualidade feminina em oposição à liberdade sexual masculina, poucos pensavam na hipótese de infidelidade da esposa. Ou seja, até que se prove o contrário, as mulheres eram inocentes da acusação de transmitir doenças a seus maridos.

Apesar da intensa repressão, uma tensão crescente em torno das relações sociais começava a surgir no interior da sociedade. A Intensa repressão perdia forças e as famílias passariam por uma transformação que não ocorrera nos séculos anteriores. A chegada da República também trouxe consigo a possibilidade de conforto e trabalho, em função da revolução industrial.

## 2.4 A SEXUALIDADE NO SÉC. XX

Ao longo das seções anteriores, vimos que a sexualidade foi objeto de interesse da religião, que tentava contê-la e cerceá-la em favor da reprodução. Em seguida, passou a ser foco da medicina, que não mudou o objetivo final das relações sexuais, mas criou um discurso “livre” de religiosidade e com maior credibilidade. A medicina adquire um caráter mais normativo e classificatório, transformando em postulados científicos as normas sexuais herdadas do cristianismo (RIBEIRO, 2009). O sexo continuou a ser visto para fins reprodutivos e a sexualidade foi ligada à genitalidade e heterossexualidade (LOYOLA, 1998).

Porém, foi a partir do início do século XX que ocorreu a institucionalização do conhecimento sexual no Brasil, fundamentando-se em médicos europeus. A intensa miscigenação do povo brasileiro fez surgir propostas baseadas no Higienismo e na Eugenia, segundo o qual cidadãos saudáveis seriam formados quando lhes fossem dadas condições para que tivessem comportamentos e atitudes consideradas saudáveis, inclusive em relação à sua sexualidade (OLIVEIRA, 2007). Portanto, a educação sexual da época tinha por objetivo

instruir os indivíduos sobre a função da sexualidade, os mecanismos reprodutivos e normas para o desenvolvimento físico e mental que resultaria na formação de uma família igualmente saudável. Para isso, criou-se a sexologia, estudando os desvios sexuais e as doenças que teriam sua origem nas práticas sexuais consideradas inadequadas ou fora da norma. Era uma Medicina que lidava com a definição, a identificação, a classificação e o tratamento dos aspectos patológicos da sexualidade (RIBEIRO, 2009).

Uma das justificativas para a normatização da sexualidade promovida no início do século XX é dada pela antropologia:

> os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental de todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido e permitido, de modo com que, pelo viés da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social (LOYOLA, 1998, p.46).

A criação da sexologia teve como propósito a catalogação do que se considerava proibido e permitido para o comportamento sexual saudável a nível social. A medicina adentrava totalmente nas discussões da sexualidade visando apenas o controle, ditando o que era considerado uma sexualidade saudável para fins de reprodução. Até que, no início do século XX, Freud subverte os esquemas explicativos tradicionais. Segundo Salles e Caccarelli (2010), Freud traz a ideia de que a sexualidade em cada ser humano terá um destino particular devido à singularidade da história de cada um, ou seja, não há uma única maneira que se proponha certa e universal para as manifestações da sexualidade. Freud humanizou todas as formas de sexualidade, inclusive as chamadas desviantes. Não há mais sentido em falar sexo “sadio” ou “doente”.

A sociedade passava por intensas modificações trazidas pela revolução industrial. As cidades cresciam em termos populacionais e o ritmo intenso de vida exigia que as roupas fossem menos pesadas. A medicina propagava os benefícios dos exercícios físicos e multiplicavam-se os ginásios e professores de ginástica. Pouco a pouco, o vestuário de homens e mulheres foi se reduzindo, de forma a adquirir características de leveza e praticidade. O cumprimento das saias subia década a década. A utilização das roupas de banho forma um dos episódios mais controversos, pois finalmente revelara o que há muito se escondera. Muitos foram os que não aprovaram essa nova moda. A indústria têxtil se

desenvolvia e a roupa de baixo se transformava com tecidos de renda e meias de seda. O teatro, o cinema e a revista exploravam cada vez mais o corpo feminino e os limites da tolerância evoluíram rapidamente.

As lutas feministas adquiriram mais corpo e elas se viam cada vez mais presente no mercado de trabalho. Em nível mundial, a primeira grande guerra levava muitas mulheres a trabalhar nas indústrias e no campo. Reivindicações por melhores condições de trabalho e igualdade salarial pipocavam em todo o mundo. Em oito de março de 1917, aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II contra as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra - em um protesto conhecido como "Pão e Paz". A data consagrou-se como marco nas lutas pela valorização feminina, embora tenha sido oficializado pela Organização das Nações unidas (ONU) como Dia Internacional da Mulher apenas em 1975.

Enquanto nos teatros a figura da mulher se mostrava cada vez mais despida, a moral tradicional tentava frear o ímpeto da revolução sexual. A castidade feminina ainda era exigida no casamento e o pudor na noite de núpcias era sinal de honra. O presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, selou um “pacto moral” com a Igreja, valorizando uma ética cristã baseada na preservação da família tradicional, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado.

Obras como a do Dr. Theodore van de Velde valorizavam o sexo dentro do matrimônio, inclusive como forma de obter prazer, em consonância com o que Freud já havia publicado anteriormente. Mas nessa obra, o sexólogo se preocupava, também, com o orgasmo feminino, dando dicas de como alcançá-lo junto ao marido. É um avanço nas discussões em torno do prazer sexual, contudo ainda se constituía como um terreno nebuloso e cheio de higienismo.

Um grande salto ocorreu no início dos anos 60 com o surgimento da pílula anticoncepcional. Originalmente voltada para tratar os distúrbios da menstruação, trazia como efeito colateral a suspensão temporária da fertilidade. Rapidamente as mulheres procuraram o medicamento exatamente pelo efeito colateral que causava. Presente no mercado de trabalho, a mulher agora teria o direito de escolher quando queria conceber. Para os jovens significava a liberdade sexual. A sífilis, que afligia no início do século, deixara de ser um problema após a descoberta da penicilina. Tudo culminou num período de grande efervescência sexual vivida nos anos 60 e 70, com o movimento hippie pregando o amor liberal e o *rock and roll* com sua rebeldia.

Todo esse movimento possuía forte resistência por parte de setores conservadores da sociedade. A liberdade sexual, a pílula anticoncepcional, a mulher no mercado de trabalho e a reivindicação de direitos por parte da comunidade LGBT eram vistos como ameaça à família tradicional. Contudo, toda essa tranquilidade sexual conquistada esvaneceu-se no início dos anos 80 com o surgimento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), chamada de "castigo divino" aos pecadores. Primeiramente identificada entre homossexuais, rapidamente fez muitas vítimas. O chamado "câncer gay" vitimou artistas e cantores como Lauro Corona, Cazuza e Renato Russo. A transmissão por via sexual chamou a atenção para os grupos de risco. Falava-se em abstinência, preservativos e fidelidade. Porém a descoberta do contágio por transfusão de sangue levou à inquietação. O sociólogo Betinho, hemofílico, foi uma das vítimas da doença por esta via de contágio. Em 1991 o jogador de basquete americano Magic Johnson anunciou ter contraído AIDS de uma mulher. Até então, pensava-se que a epidemia estava restrita a homossexuais e drogados. Todos esses acontecimentos levaram a mudanças nos costumes e reavaliação de hábitos sexuais, estilos de vida e fidelidade conjugal. Ninguém estava acima de suspeitas.

Ao final do século XX, as informações em torno da epidemia de AIDS já estavam bem avançadas e falava-se mais em viver com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) que morrer com ele. Ações governamentais, tanto para a prevenção, quanto para o tratamento dos infectados, começam a vigorar e o discurso científico se torna oficial.

Profundas transformações, como nunca haviam sido vistas, se estabeleceram ao longo do século XX. Um século em que o movimento das cidades mudou a forma de se vestir, a sexualidade viveu anos de total liberdade após a descoberta da cura da sífilis, porém uma epidemia grave de AIDS reascendeu as preocupações em torno de uma sexualidade saudável e preventiva. Atualmente, a epidemia de HIV/AIDS atinge cerca de 36,7 milhões de pessoas em todo o mundo, em relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2017) de dezembro de 2016. O relatório aponta ainda que cerca de 35 milhões de pessoas morreram por causas relacionadas à AIDS desde o início da epidemia. No entanto, o desenvolvimento de tratamentos contra o vírus tem diminuído o receio em relação à doença, fazendo-nos entrar numa era pós HIV, onde a AIDS é encarada, por muitos, como mais uma doença crônica, como diabetes ou hipertensão.

A sexualidade tem sido mais discutida e muito progresso vem ocorrendo desde o início do século XXI, como a mulher no mercado de trabalho e as conquistas de direitos LGTB. No entanto, cresce a resistência conforme movimentos conservadores ganham coro.

## 3. A SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Durante o início do Século XX, no contexto do higienismo e da eugenia, surgem as primeiras obras defendendo a necessidade de educação sexual para as crianças e jovens. Um vasto material foi produzido por médicos, padres e educadores. Muitos deles dando ênfase à patologia sexual e aos males físicos e psíquicos que uma prática sexual desregrada poderia causar (RIBEIRO, 2009).

Segundo Sayão (1997), a mensagem que se destacava era o estímulo ao medo das "doenças venéreas" e, por conseguinte, na repressão à sexualidade. Algumas obras não associavam a prática à patologias, contudo não deixavam de ser normatizadoras na medida em que eram propostas condutas que se achavam mais saudáveis que outras para a saúde dos indivíduos.

A Igreja insistia na "pureza" de crianças e adolescentes. Era preciso envergonhar-se diante das coisas de natureza sexual. Estampar a decência nos gestos, olhares e palavras. Era premente lutar contra quem dissesse o contrário, pois o pudor é o perfume da virtude (DEL PRIORI, 2014). Em 1935, Sebastião Mascarenhas Barroso lançava o livro "Educação sexual, guia para os pais e professores, o que precisam saber, como devem ensinar", em que falava-se de higiene e resguardo dos órgãos sexuais para evitar atos errôneos e inconvenientes à saúde e à moral, até os doze anos. A partir da puberdade, evitar ao rapaz e a moça vícios e aberrações da genitalidade e para precaver-se de doenças venéreas, já que a sífilis causava grande preocupação na época.

A educação sexual era dever da família. Na ausência, cabia aos professores. Alunos mais velhos tinham direito a palestra com o médico escolar, onde a prevenção de doenças era o foco. Das meninas com mais de dezoito anos se encarregavam as professoras ou as "guardiãs da saúde". No ensino secundário e no colégio normal, o assunto ficava a cargo dos professores de História Natural e Higiene.

A institucionalização dos saberes relativos à sexualidade, juntamente com a vasta produção em educação sexual nas décadas de 1930 e 1940 (a maioria possuía o intuito de responder questões relacionadas à sexualidade em seu caráter biológico e reprodutivista), formaram o suporte teórico-metodológico necessário para as primeiras incursões da educação sexual nas escolas renovadoras de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2009; AQUINO e MARTELLI, 2012).

São as bases teóricas para a implementação de propostas que visavam realizar uma abordagem da sexualidade no contexto escolar. Como pouco se discutia sobre a anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais e os mecanismos da concepção, seja na sociedade ou no interior das famílias, esses foram os assuntos que se identificaram como prioritários na formação da proposta de educação sexual na época.

Segundo Guimarães (1995), entre 1963 a 1968 ocorreram várias tentativas de implantação da Educação Sexual nos currículos das escolas do estado de São Paulo. Programas experimentais foram criados, e a repercussão destes originou projetos de Educação Sexual com o intuito de prevenção e informação. Em Minas Gerais, um colégio inseriu no currículo um programa de Educação Sexual para alunos do quarto ginasial (atualmente 9º ano). O referido programa teve duração de três anos e foi encerrado devido à rejeição que os pais apresentaram ao mesmo. No Rio de Janeiro, a partir de 1964, no colégio Pedro Alcântara a educação sexual passou a fazer parte de todas as séries. Outros colégios como Infante Dom Henrique, Orlando Rouças e André Maurois, implantaram o ensino de Educação Sexual em 1968. No entanto, devido às fortes repressões, alguns colégios cariocas sofreram consequências, tais como exoneração da direção, suspensão de alguns professores e expulsão de alguns alunos (AQUINO e MARTELLI, 2012).

Com o Golpe Militar de 1964, houve um recrudescimento da censura e da repressão às liberdades individuais. Os quatro anos seguintes foram mais rigorosos e sufocou aquilo que poderia ter sido o início da implantação da educação sexual no Brasil (RIBEIRO, 2009). O regime militar representou um retrocesso em termos de aquisição de uma consciência relacionada à sua sexualidade e no respeito e tolerância à diversidade. E tudo ficou relativamente estagnado por grande parte do período de ditadura militar.

No final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX, a sociedade brasileira vive o início da reabertura política e significativas mudanças nos âmbitos político e social se iniciam, assim como também no campo da sexualidade. O país passava por novas reivindicações, algumas ligadas à luta feminista e defendidas por intelectuais e, nesse contexto, são constituídas novas maneiras de compreender a educação sexual (CÉSAR, 2009).

Em 1978, conforme assinalam Leão e Ribeiro (2007), a Secretaria de Educação da cidade de São Paulo iniciou um programa de orientação sexual, que durou até 1982. Outros programas foram desenvolvidos nos anos que se seguiram. Dentre eles, podemos citar, por exemplo: o da Prefeitura Municipal de Campinas, de 1984 a 1998; o da Prefeitura de São Paulo, no período de administração petista, de 1989 a 1992; e o projeto da Secretaria de

Estado da Educação de São Paulo, em parceria com o Ministério da Saúde, denominado Prevenção Também se Ensina: Ação Preventiva ao Abuso de Drogas/DST/AIDS entre Crianças e Adolescentes das Escolas Oficiais do Estado de São Paulo, desenvolvido a partir de 1996 e que, segundo Ribeiro (2004, p. 23),

> foram projetos importantes enquanto balizadores de espaços para o debate de temas da sexualidade e da orientação sexual na esfera educacional escolar, vários deles com resultados muito significativos, mas a interrupção de seu desenvolvimento nas mudanças de governos foi uma característica observada que contribuiu para que não tivéssemos [...] projetos contínuos que fossem realizados devido à sua necessidade e qualidade, em detrimento da política partidária vigente a cada mudança de prefeito ou governador.

Alguns encontros e seminários reuniam profissionais interessados em tratar do tema, contudo, essas entidades ratificavam a visão da sexualidade reduzida ao sexo, à contracepção e aos conceitos biológicos, objetivando em geral o controle preventivo de doenças e a gravidez precoce. Foi a partir do aparecimento da AIDS e a propagação de outras doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes e jovens que instigaram as discussões nesse período (GUIMARÃES, 1995).

Segundo Louro (2008), partir da segunda metade dos anos 1980, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação com a AIDS fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação (MEC) estimulasse projetos de Educação Sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCN, a nova diretriz para a educação do País). Porém, as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida. E até hoje convivemos com uma visão de sexualidade ligada ao medo e à repressão.

O advento dos PCN, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, pode ser considerado um avanço. Dessa forma, o ensino da educação sexual passa a ser considerado um plano de educação, e não mais um plano de governo, que pode ser interrompido de acordo com o partido de situação. Contudo, ainda há uma grande lacuna que impede a implementação eficaz de práticas relacionadas à sexualidade em sala de aula: a formação de professores.

> o campo da sexualidade e da educação sexual tem um aporte teórico de peso, com muitas obras e pesquisadores desenvolvendo importantes trabalhos nas universidades brasileiras. Mas não há, ainda, por parte dos órgãos governamentais, ações efetivas de educação continuada e de formação de professores que tragam a sexualidade para o debate. Não obstante o governo federal invista em projetos no campo dos estudos de gênero, em ações contra a homofobia e na prevenção da AIDS, é importante que os setores públicos responsáveis pela Educação no Brasil percebam que é essencial o investimento em Educação Sexual. É preciso inserir disciplinas de sexualidade no currículo dos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, e formar professores para trabalhar com educação sexual, com o objetivo de tirar o sexo dos banheiros das escolas, levando-o para a sala de aula (RIBEIRO, 2009, p. 138).

Consideramos a formação inicial e continuada dos profissionais que atuarão na Educação Sexual uma peça chave para a efetivação de iniciativas bem sucedidas. Devemos pensar, também, em políticas públicas que possibilitem o debate e a apropriação dos conhecimentos relativos à sexualidade. Talvez assim, o conhecimento acadêmico possa alcançar os profissionais da educação e, consequentemente, a sala de aula. Contudo, mesmo em face de tantos obstáculos, alguns pequenos avanços podem ser comemorados. As discussões em torno da sexualidade, das questões de gênero e da liberdade sexual ganharam corpo. Ainda longe de um ideal, porém em evidência. Na televisão, casais homoafetivos ganham espaço. O travesti é representado como um ser humano e não apenas como uma caricatura. A transexualidade ganha notoriedade e corpo teórico no sentido de distanciá-la da questão médica. Tudo aquilo que era escondido e reprimido, agora está aí, para todo mundo ver.

Porém, como a história é feita de avanços e retrocessos, após vinte anos da publicação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ganha espaço atualmente um movimento de radicalização em torno de uma moral restrita e cerceadora. Sob a defesa da ‘família tradicional’, defendem a censura em relação à educação sexual nas escolas, a negação de direitos de casais homoafetivos e o tratamento médico de pessoas que divergem do padrão de heterossexualidade. Uma expressão desse movimento surgiu com a criação do programa “Escola Sem Partido” em 2004, por iniciativa de pais de alunos. Seu principal objetivo é o cercear a liberdade intelectual e pedagógica dos docentes, em especial os assuntos relativos à vida política, gênero e sexualidade. São movimentos defensores de conceitos que, como discutidos anteriormente, remetem ao século XVII, quando os dogmas da Igreja compuseram o grande baluarte dos comportamentos permitidos e reprimidos. Conceitos anacrônicos que, volta e meia, vêm bater à nossa porta, nos lançando diretamente ao passado.

## 3.1 EDUCAÇÃO SEXUAL OU ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Na década de 1990, a intervenção escolar com objetivo de abordar questões relacionadas à sexualidade era chamada de Orientação Sexual. O termo acabou sendo adotado pelos PCN na forma de tema transversal, não cabendo a nenhuma disciplina em particular. A sexualidade passou, então, a compor um dos focos de ação do governo sobre a educação. De acordo com os PCN, o aumento do número de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e o risco de contaminação pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) foram as motivações para a inserção do tema em todos os ciclos de escolaridade (ALTMANN, 2001).

Contudo, não havia consenso na aceitação do termo Orientação Sexual, e muitos autores preferiam utilizar a nomenclatura Educação Sexual. Na década de 2010 surgiu um termo adicional, que é a Educação para a Sexualidade, que igualmente não encontrou a unanimidade desejada.

Segundo Costa (2001), o termo Orientação Sexual pode levar a ambiguidades, podendo ser interpretado como orientação estabelecida pela identidade da expressão do desejo sexual do sujeito manifestado geralmente nas práticas sexuais, ou como as ações educativas sobre a sexualidade humana, associadas às ideias de informação sexual e educação sexual. A primeira é entendida como um conjunto de informações, habilidades e "competências institucionais neutras", que não produziria uma mudança sobre a personalidade do educando, enquanto a segunda "envolve escolhas existenciais – filosóficas e éticas" (WEREBE, 1998).

Alguns autores (CARDOSO, 1996; MONEY, 1981; CAVALCANTI, 1993; SUPLICY, 1987) associam o uso do termo Orientação Sexual à identidade do desejo sexual, sendo manifestado na forma de atração por pessoas de outro sexo, do mesmo sexo ou por ambos os sexos. Portanto, haveria três direções possíveis: heterossexual, bissexual e homossexual. Luiz Mott (1998) explica que não é correto o uso de "opção sexual" para expressar a identidade sexual dos indivíduos, pois a mesma não se constitui de uma opção individual, mas é o resultado de múltiplos fatores – biológicos, psicológicos e socioculturais. Visto que a homossexualidade é tão amaldiçoada e discriminada na sociedade ocidental judaico-cristã, ninguém "optaria" com naturalidade por essa vivência sexual. Assim como não há um momento na vida em que o indivíduo faz a escolha pela heterossexualidade. Dessa forma, a melhor expressão para definir a preferência erótica dos indivíduos é orientação sexual (MOTT, 1998).

Segundo o Guia de Orientação Sexual (1994), a educação sexual constitui-se no processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia. Portanto, a educação sexual seria aquela informação transmitida pelos pais à criança, desde o nascimento, por meio de atitudes como a cor do quarto e do enxoval do bebê, os brinquedos da criança, as brincadeiras permitidas e proibidas, o tratamento dentro da família etc, e que permitem ao indivíduo modificar conceitos e comportamentos. Ribeiro (1993) cita, neste contexto, que não há dúvida de que os primeiros educadores sexuais seriam os próprios pais, porque a eles compete a maior parcela de responsabilidade na formação dos filhos.

Segundo Figueiró (1996), a Orientação Sexual teria uma finalidade apenas informativa, realizada de forma organizada, sistemática, localizada e institucional no ambiente escolar. Já a Educação Sexual, de caráter mais amplo, cabe à família, mas poderia ser realizada por diferentes instancias da sociedade, no entanto sem uma organização, visando a formação global do indivíduo.

O uso da terminologia orientação sexual parece estar ligada a transmissão de informações sobre aspectos biológicos e psicológicos da sexualidade, ou seja, anatomia e fisiologia da reprodução humana, de maneira técnica e mecânica. Fica, dessa forma, excluído o aspecto social e cultural da sexualidade.

Para Suplicy (1988, p. 41 e 42), a orientação sexual consiste em "uma proposta limitada, que visa preencher as lacunas das informações que não foram obtidas em casa, [...] sobre o conhecimento das informações biológicas e, sobretudo, psicológicas". A autora atribui a educação sexual à responsabilidade dos pais, sendo considerada toda experiência do dia a dia que a criança recebe desde que se encontra no útero materno, feita por

> Atos, palavras, e principalmente, atitude dos que convivem com a criança. Quando um pai belisca o traseiro da mãe, ele está mostrando o desejo. Quando ela responde com o olhar carinhoso ou malicioso, ou reclama e fica brava, ela também está ensinando, [...] A proximidade física de uma mãe de amamentar, tocar o seu bebê desenvolver a para mais ou para menos a capacidade de ter prazer físico, de ter intimidade afetiva com outro ser humano. Tudo isso é educação sexual, que ocorrerá no contato cotidiano da criança com os pais e será influenciada e transformada pelas outras experiências da vida. As perguntas respondidas ou ignoradas, os atos de carinho ou rejeição do pai ou da mãe um para o outro, as atitudes conscientes e inconscientes dos pais diante da sexualidade, os atos verbais e não verbais são as influências que a criança terá para elaborar a sua vida sexual. [...] Com isso os pais se constituem os principais educadores sexuais dos seus filhos (SUPLICY, 1988, p.4, 9-10).

Conforme Suplicy, orientação sexual deriva do conceito de Orientação Educacional, definindo-se como processo de intervenção sistemática ao qual cabe preencher lacunas, erradicar preconceitos, aprofundar informações e, mais do que tudo, propiciar uma visão ampla e diversa das opiniões sobre os temas da sexualidade. No entanto, a autora diz que não cabe à escola estabelecer juízo do que é certo e errado ou ditar normas de conduta, pois essa seria uma função dos pais. À escola cabe unicamente o papel de ensinar o respeito pelo próprio corpo e pelo outro, assim como o respeito para com os sentimentos próprios e do outro. Dentre as informações que cabe à escola divulgar estaria a anticoncepção e a procriação responsável (SUPLICY, 1988).

O raciocínio de preencher lacunas se baseia em que os pais vão explicando uma coisa aqui e outra ali, tendo caráter de formação e não de uma aula sobre sexualidade. Nesse sentido, a escola teria a função de complementar as instruções do ambiente familiar, dando suporte aos conceitos trazidos de casa. Contudo, como os pais, em geral, têm dificuldades em falar abertamente sobre sexo com os filhos (dificuldades estas, na maioria dos casos, de origem cultural), a escola tem participado, cada vez mais, deste debate.

Pode parecer uma contradição atuar para erradicar preconceitos ao mesmo tempo em que não interfere em concepções criadas no ambiente familiar. Por vezes, conceitos de sexualidade restritos e normatizadores são construídos e reforçados em casa. Se a escola pretende romper com preconceitos e estereótipos, deve sim refletir e discutir os julgamentos e opiniões trazidos pelos alunos provenientes dos diversos meios que influenciam na construção das suas concepções.

Quando chega à escola, cada aluno já carrega consigo sua concepção particular de sexualidade e valores influenciados pela cultura, pela família e pelo grupo social do qual faz parte. Assim, é necessário que a educação sexual escolar não apenas oriente, ensine, informe, mas também discuta, reflita e questione tais valores e concepções, de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão de sexualidade e sua prática como cidadão, abrindo espaço para a reconstrução de paradigmas e mudança de atitudes.

Segundo Sayão (1997), a orientação sexual é um processo de intervenção planejado e sistemático que deve ocorrer no interior das instituições escolares, tendo como propósito o esclarecimento de dúvidas, o questionamento sobre as posições rígidas quanto aos valores sexuais, assim como a resignificação das informações e valores produzidos e vivenciados por cada aluno e aluna. Nesse sentido, a orientação sexual adquire caráter um pouco mais amplo,

pois não se limita apenas a reforçar o que é ensinado em casa e nos diversos ambientes por onde circulam os alunos, mas se propõe a questionar e resignificar conceitos e valores, por vezes, naturalizados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais definem a Orientação Sexual a partir de diversos pontos de vistas, valores e crenças existentes na sociedade sobre a sexualidade. Não se pretende concorrer com a educação familiar, mas complemento para preencher as lacunas nas informações associadas à sexualidade e aos comportamentos sexuais. O uso de Orientação Sexual para o trabalho pedagógico na escola, de acordo com Nunes e Silva (1999), é oriundo de uma formação baseada na psicologia e medicina, em que subsiste uma noção de educação baseada na "*education orientation"* de inspiração tecnicista norte-americana e compreendem a orientação sexual como um conjunto de competências, habilidades e determinações científicas específicas.

Parece consenso entre os autores referidos acima a caracterização de Orientação Sexual como um conjunto de informações e competências dispostas a preencher as lacunas sobre sexualidade deixadas pela família. Contudo, como nos diz Costa,

> focar em aspectos fisiológicos e psicológicos não amplia o senso crítico e a visão de mundo das crianças e dos adolescentes e acabam acentuando uma explicação da "natural complementaridade" entre o sexo do homem e o da mulher além de expressar as mesmas "verdade e mentiras" do senso comum, muitas vezes revestidas de uma cientificidade aparente, que escamoteiam preconceitos e estereótipos da visão de sexualidade que objetiva manter a ordem e a conservação institucional. Professores e educadores imprimem um discurso travestido de "orientação" para normatizar o comportamento das novas gerações adequando-o à rigidez da sexualidade tradicional (COSTA, 2001, p. 27).

Ao não abordar aspectos da construção social e histórica da sexualidade, somente uma visão parcial do assunto é oferecida, incapaz de produzir reflexão quanto aos modelos padronizados de submissão e enquadramento social e sexual. Contudo, o efeito de uma "orientação", no sentido de apontar um caminho certo e desejável, se mostra ainda mais nocivo, pois traveste as concepções normatizadoras e preconceituosas de discurso científico, gozando de maior prestígio em relação a outros postulados, reproduzindo o que foi observado quando a medicina mostrou interesse na sexualidade.

Ribeiro (1990) critica a Orientação Sexual, pois não foge do conteúdo tradicional de sexualidade e no máximo produz informação sexual, reproduzindo definições e conceitos que

deveriam ser dados nas aulas de Biologia. O próprio termo orientação supõe direcionar, conduzir, encaminhar para, e este direcionamento caminha para aquilo que pode ser considerado como moralmente aceito pela sociedade. Portanto, cabe questionar o uso desse termo, pois não devemos reproduzir padrões e estereótipos apenas porque são aceitos socialmente. Há de se realizar um debate em torno dos motivos pelo qual aquele padrão é aceito e valorizar as outras formas de manifestação da sexualidade, de maneira a fazer florescer o respeito que todo ser humano deve ter com relação às suas individualidades, principalmente a identidade sexual.

Embora necessários, os aspectos da anatomia e fisiologia da reprodução, métodos contraceptivos e prevenção à DSTs não são suficientes para oferecer uma formação que provoque modificações em atitudes e comportamentos dos educandos em relação à sexualidade. A todo o momento, os alunos entram em contato com valores e normas advindos da família, colegas, amigos, redes sociais, igreja, mídia e outras esferas da vida social, sendo, muitas vezes, antagônicos entre si. Tais conceitos influenciam a forma pelo qual a sexualidade é interpretada, podendo se constituir como obstáculo à tomada de consciência e de decisões sobre possíveis mudanças de comportamento. Ou seja, deve-se observar não só o cognitivo, mas também a intervenção do social e emocional no processo educativo.

> O conhecimento sobre a sexualidade (em termos de saber) não pode ser considerado isoladamente, fora, por exemplo, de todo o plano afetivo que lhe é subjacente. É preciso tentar compreender o que este conhecimento representa como confluência entre o social, simbólico e o afetivo. Fora desde contexto, não é possível compreender as ideias que os indivíduos têm sobre a sexualidade (as representações, por exemplo, ligadas a todo um "folclore" sobre o sexual) e as significações que lhes atribuem (WEREBE, 1998, p.188).

Qualquer ação educativa em torno da sexualidade não pode ser neutra, visto que a educação é um processo de influência social. Portanto não é possível conceber uma intervenção em torno da sexualidade que não gere mudanças de pensamentos, de opiniões ou atitudes. O uso do termo Orientação Sexual sugere uma passividade do sujeito que aprende, que recebe as informações.

Uma revisão de Mary Neide Damico Figueiró (1996) feita em um universo de 12 livros, 21 capítulos de livros, 72 publicações e 14 dissertações e teses constatou que 50% dessa produção utilizou-se do termo Educação Sexual unicamente para designar práticas educativas para a sexualidade humana, enquanto que 40% utilizou o termo Orientação Sexual

como sinônimo de Educação Sexual e 10% fez uso para designar orientação do desejo sexual. Enquanto Educação Sexual é utilizado somente com o significado de ações pedagógicas voltadas para a sexualidade, Orientação Sexual é empregado tanto para as ações pedagógicas quanto para a expressão do desejo sexual. Não é interessante que haja esta confusão em relação aos termos.

Com objetivo de contribuir para o avanço teórico em torno da questão da sexualidade, faz-se necessária a unificação das terminologias usadas. Nesse sentido, a opção por Educação Sexual se mostra preferencial uma vez que é um termo já consolidado em vários países para manifestar a intervenção educativa sobre a sexualidade, tendo potencial dinamizador da participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem sem tratá-los como receptores de informações, além de evitar as ambiguidades presentes no termo "Orientação Sexual".

## 3.2 O TEMA SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE ENSINO

Não há como negar a relevância do estudo da sexualidade nos dias de hoje. Ela permeia conversas de meninos e meninas, é tema de músicas, danças, está presente em novelas e filmes. A sociedade exala sexualidade e negar esse conhecimento àqueles que mais têm dúvidas é cercear o direito ao pleno exercício da sua cidadania.

A escola é vista como um dos mais importantes meios para veicular informações. Preocupados com a grave epidemia de HIV que eclodiu na década de 1980 e nos casos crescentes de gravidez na adolescência, o Governo Federal inseriu as discussões acerca da sexualidade no âmbito escolar, principalmente no que tange à como evitar uma gravidez indesejada e proteger-se contra doenças sexualmente transmissíveis.

Contudo, essa não é uma discussão tão recente. No Brasil, a inserção da educação sexual na escola teve início nos anos 20 e 30 do século XX, quando os problemas de "desvios sexuais" deixaram de ser entendidos como crime para serem interpretados como doença. A escola passa a ser, então, um espaço de prevenção de distúrbios da sexualidade, devendo cuidar de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos sexuais normais. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Contudo, elas o deixam de fazer após um pronunciamento do governo militar que impediu a inserção obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. A posição oficial brasileira centralizava a família como principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas inserir, ou não, em programas de saúde. Durante os anos 80, a

polêmica continuou, contudo, com o aumento do número de casos de HIV, a população passou a valorizar a inserção de conteúdos de educação sexual nas escolas. Enquanto nos anos 30 a discussão ocorria num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas, atualmente a intensificação das preocupações está vinculada à proliferação de casos de AIDS/DST e ao aumento de casos de gravidez entre adolescentes (ALTMANN, 2001).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) deram legitimidade a uma abordagem de educação sexual no âmbito escolar. Sob a nomenclatura de "orientação sexual", a sexualidade tornou-se tema transversal, não ficando a cargo de nenhuma disciplina específica para o seu desenvolvimento. Os temas transversais visam obter uma articulação entre as disciplinas escolares que compõem o currículo, tendo como justificativa a incapacidade dessas mesmas em dar conta total da realidade social.

Os PCN justificam o uso de temas transversais da seguinte forma:

> por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações microssociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (BRASIL, 1998, p.26).

Segundo o documento, os critérios para a escolha dos temas transversais foram: urgência social, ao eleger temas graves que se apresenta como obstáculos para o pleno desenvolvimento da cidadania; abrangência nacional, ao abordar temas que pudessem ser, em maior ou menor escala, mesmo de diferentes formas, pertinentes em todo o país, sem excluir a possibilidade de estados e municípios elegerem outros temas relevantes às suas realidades; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, evidenciando a preocupação em alcançar a aprendizagem nessa etapa da escolaridade; e favorecer a compreensão da realidade e a participação social, possibilitando aos alunos a capacidade de posicionar-se diante de questões que interferem na vida coletiva, superando a indiferença e intervindo de forma responsável na realidade vivida. Assim os temas eleitos devem permitir uma visão mais ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, além de desenvolver um trabalho educativo que possibilite uma participação social dos alunos.

No entanto, como nos aponta Macedo (1999), os temas transversais, apresentados como fundamentais para a atuação crítica do aluno na sociedade, são, na realidade, postos em um patamar de importância inferior ao das disciplinas na organização do guia curricular. Visto que as escolas são organizadas em matérias, e que os PCN não rompem com a organização catedrática do conhecimento escolar, a abordagem dos temas transversais, de forma interdisciplinar, na realidade não esta a cargo de nenhuma disciplina, dificultando sua implementação.

A sexualidade entrou nos PCN sob o nome de "Orientação Sexual". Está organizado em torno de três eixos: "Corpo: matriz da sexualidade", "Relações de gênero" e "Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS".

### 3.2.1 O conceito de sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais

Nos PCN, a orientação sexual é entendida como sendo de caráter informativo. A sexualidade é concebida como um dado da natureza, como "algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida". Fala-se em "necessidade básica", "em potencialidade erótica do corpo", "em impulsos de desejo vividos no corpo", sobre o que os sujeitos, principalmente os adolescentes, precisam ser informados.

Há indicativos normalizadores da sexualidade. Segundo o documento, "é a partir da puberdade que a potencialidade erótica do corpo se manifesta sob a primazia da região genital, expressando-se na busca do prazer" (BRASIL, 1998, p.320). Esta frase relaciona o prazer sexual, a partir da puberdade, à sua genitalidade, excluindo seu caráter afetivo e social. Traz ainda a ideia de que no trabalho com crianças, os conteúdos devem também favorecer a compreensão de que "o ato sexual, assim como as carícias genitais, são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças. Os jogos sexuais infantis têm caráter exploratório, pré-genital" (BRASIL, 1998, p. 303). Esse trecho indica a exclusão da dimensão da sexualidade na infância, definindo que carícias genitais, só têm pertinência quando manifestados entre jovens e adultos. É uma evidência de que questões de desejo, de afetividade e desenvolvimento da sexualidade infantil não foram pensadas no processo de escolha dos temas a serem discutidos pela Orientação Sexual; é como se as crianças precisassem "ser protegidas da educação sexual". Isso explica, em parte, o fato de que, no documento, a sexualidade infantil é descrita sob o ponto de vista biológico e atrelada às funções hormonais. O documento aponta para a demarcação de um momento, uma época e

uma idade onde a sexualidade pode ser explorada, resultando numa pedagogia de prevenção que se estabelece através dos discursos de orientação sexual disseminados no cotidiano escolar.

Essa visão de sexualidade é limitada e fruto de construção de um padrão considerado correto. Segundo Britzman,

> a partir dessa perspectiva, nós podemos, pois, questionar os pontos falhos dos discursos sobre sexo, daqueles que defendem uma forma cultural apropriada e uma idade apropriada para a sexualidade. Pois dizer que estes termos são construídos significa dizer também que há grupos que são alvos dessa construção – grupos que são incluídos ou não na definição daquilo que é considerado apropriado (BRITZMAN, 2002, p.104).

No item intitulado "Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS" afirma-se que, "de maneira geral, o trabalho de Orientação Sexual visa desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida" (BRASIL, 1998, p.325). Parece um pouco contraditório que o documento se preste a livrar a sexualidade de preconceitos e tabus apenas vinculando-a ao prazer e à vida, justamente num capítulo que trata de prevenção às doenças. Inconscientemente, não podemos deixar de pensar na relação da sexualidade também com a dor, o mal-estar e até mesmo a morte. E relacionar a sexualidade apenas ao prazer e a vida não é suficiente para superar tabus e preconceitos. Esquece-se de mencionar a sexualidade como constituição do próprio sujeito, em suas dimensões biológica, psicológica e social (MAIA, 2011). Sexualidade é identidade, não apenas uma forma de obter prazer ou relacionada genericamente à vida.

Através da inserção da sexualidade em discussão no ambiente escolar, haveria aumento do controle exercido sobre os indivíduos, o qual se constrói não por meio de proibições, punições, mas através de mecanismos positivos de poder que visam a produzir sujeitos autodisciplinados na maneira de viver sua sexualidade (ALTMANN, 2001). A proibição aumenta a ansiedade em relação ao proibido, podendo ter efeito contrário ao esperado. É necessário, portanto que as discussões sigam no sentido de conhecer, esclarecer, se apropriar, de forma que o indivíduo tenha autonomia para realizar suas próprias escolhas, sejam elas quais forem.

Os PCN orientam que, ao abordar as DSTs, os professores e professoras devem fornecer informações sobre as doenças tendo como foco a promoção da saúde e de condutas preventivas, evitando, assim, acentuar a ligação entre sexualidade e doença ou morte. Os

conteúdos trabalhados na escola devem dar destaque aos cuidados para promover uma saúde sexual e reprodutiva. O “autocuidado” tem como mote o autodisciplinamento da sua sexualidade, ao conscientizar para ações não só curativas, mas também preventivas.

Trata-se de uma abordagem onde implicitamente traz uma falsa ideia de que, quanto mais se sabe sobre sexo, maior será o aumento da atividade sexual. Neste sentido, a orientação sexual nas escolas se torna uma pedagogia de prevenção para que os alunos aprendam a se defender do sexo, da própria sexualidade, de doenças sexualmente transmissíveis e de uma possível gravidez indesejada. Esse viés aumenta a tensão em relação ao sexo, pois está ligando-o diretamente a fatores negativos.

> Cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (FOUCAULT, 1985, p.27).

Foucault nos diz, ainda, que o poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas”, em governar, ou seja, estruturar o campo de ação dos outros. Nos PCN, há a intenção de estruturar a ação dos alunos e alunas de modo que estes incorporem a mentalidade preventiva e a pratiquem sempre.

> É fundamental que os professores, ao trabalharem as transformações corporais, as relacionem aos significados culturais que lhes são atribuídos. Isso porque não existe processo exclusivamente biológico, a vivência e as próprias transformações do corpo sempre são acompanhadas de significados sociais, como o que acontece com a menarca, a primeira menstruação. Existe uma infinidade de crenças a ela associadas e, portanto, sua ocorrência marca de forma indelével a vida das mulheres, com o significado que lhe atribui cada grupo familiar e social (BRASIL, 1998, p. 319).

O trecho aponta para uma importante questão: a sexualidade como um constructo cultural. Contudo, ainda demonstra uma preocupação em associá-la a fenômenos intrinsecamente biológicos. Para o PCN, há uma cultura que interpreta o corpo. Este, passivo, deve se encaixar aos padrões previamente formados, seja em seu grupo familiar, seja em um ambiente social mais amplo, porém é o corpo que ganha significado pela cultura. Não é dada a oportunidade ao indivíduo, como corpo único e individual, romper com o que fora construído de antemão. É um exemplo de normatização no qual o texto esta impregnado.

> Outra transformação bastante controvertida é a ativação dos hormônios ligados ao desejo sexual nas meninas e nos meninos. Existe a crença fortemente arraigada de que, no sexo masculino, esse processo é mais intenso, levando, portanto, "biologicamente", a maior interesse pela atividade sexual, e que a maior expressão da excitação nos meninos seria uma coisa natural. Como contraponto a essa crença, pode-se constatar o ainda vigente mecanismo social de tolerância e incentivo à iniciação sexual dos meninos concomitantemente com a repressão sexual das meninas e o tabu da virgindade feminina (BRASIL, 1998, p. 319).

Nesse ponto, o documento parece se contradizer ao que fora dito anteriormente. Ao discutir a relação entre os hormônios masculinos e o maior interesse pela atividade sexual, o PCN desconstrói essa naturalidade biológica que leva a uma tolerância em relação à iniciação sexual masculina, enquanto reprime e constrói tabus em torno da sexualidade feminina.

A educação sexual deve extrapolar o limite da informação preventiva e passar a configurar a produção de um saber sobre a sexualidade, contando com a participação de todos os segmentos da sociedade. Porém ao analisarmos o tema transversal "Orientação sexual" presente nos PCN, cabe ressaltar que o uso do termo "orientação" já traz implícita a noção de direcionar, conduzir, guiar a um caminho que pode ser considerado como moralmente aceito pela sociedade. Trata-se de uma pedagogia que podemos chamar de "programa para uma boa saúde sexual", ou seja, um programa voltado para a "higienização" da sexualidade.

A representação de sexualidade presente nos PCN define um regime de verdade que vai ao encontro do que Michael Warner (*apud* BRITZMAN, 1996 p.79) chama de heteronormatividade: "a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante". Esse caráter heteronormativo e higienizador constrói nos estudantes uma identidade "limpa", "normal", não desviante do que é moral e socialmente aceito, em que sexualidade e gênero se (con)fundem.

O documento traz avanços na discussão em torno da sexualidade, porém há espaço para aprimoramentos. Faz-se necessário a discussão de aspectos importantes que não estão evidentes no discurso como a sexualidade infantil, a homossexualidade, a bissexualidade e outras formas de vivenciar o desejo sexual, pois há a intenção de inocular a heteronormatividade. Quando o texto sugere a existência de uma pré-identidade biológica, negligencia o fato de que as identidades sexuais são socialmente construídas e indissociáveis das dinâmicas do saber-poder e que não se vive os sentimentos de uma forma linear, racionalizada e normatizada (BRAGA, 2006). Apesar de defender a sexualidade como construção histórica, cultural e social, tais conceitos ancoram sugestões de práticas voltadas para a normatização de comportamentos segundo um único padrão desejável. Dessa forma,

não rompe com os estereótipos construídos ao longo de séculos, podendo, inclusive, reforçar condutas consideradas preconceituosas e discriminatórias.

### 3.2.2 Sexualidade e a Base Nacional Comum Curricular

Vinte anos após a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o ministério da Educação (MEC) discute uma nova reforma curricular de âmbito nacional. Chamada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), servirá de guia para elaboração dos currículos nas escolas. Em sua última versão apresentada em abril de 2017, retirou-se praticamente toda discussão em torno da sexualidade, permanecendo apenas a dimensão do combate à violência sexual. É um retrocesso muito grande, que nos leva novamente ao período em tudo que se relaciona ao sexo é proibido, é sujo, é velado. Segundo o MEC, houve intensa discussão entre os elaboradores da BNCC com professores, gestores, especialistas e entidades de educação (BRASIL, 2017, p. 5). Contudo, somente na terceira versão, os conteúdos que discutiam a sexualidade de uma forma histórica, cultural e social foram suprimidos. Para entender essa ausência na BNCC, devemos contextualizar com os eventos prévios. Há, pois, movimentos antagônicos que disputam o poder de controlar o que deve ou não ser ensinado nas escolas.

Em 2011, o governo federal lançou o programa “Escola sem homofobia”, constituído de um material didático contendo orientações sobre como gestores, professores e profissionais de educação poderiam trabalhar as questões referentes a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Esse programa ficou conhecido como “kit anti-homofobia”. No material do kit há seis Boletins Escola sem Homofobia (Boleshs) destinados aos estudantes, com brincadeiras, jogos, letras de música e dicas de filmes. Todos voltados para a diversidade sexual e o combate à homofobia. Contudo, a proposta gerou tanta polêmica que a distribuição do kit, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2011 em 6 mil escolas de ensino médio, foi cancelada em maio daquele ano após pressão da bancada religiosa, que convenceu a presidência de que o material fazia “propaganda de orientação sexual gay”.

No Brasil, denomina-se bancada religiosa o grupo de legisladores explicitamente vinculados a igrejas. A grande maioria está vinculada às igrejas evangélicas e se organizam como Frente Parlamentar Evangélica (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011- 2020 foi encaminhado para a Câmara dos Deputados e aprovado em 2012, após receber cerca de três mil emendas. Após passar pelo senado, voltou para a câmara, onde foi aprovado em 25/06/2014. Esse PNE atualmente

vigente encontra significantes alterações em relação ao anterior no que se refere às questões sobre gênero e sexualidade, tendo alguns artigos completamente desaparecido ou modificados.

A proposta inicial continha tópicos como a análise dos livros didáticos combatendo conteúdo discriminatório em relação à mulher, do negro e do índio; a inclusão de discussões relacionadas aos temas transversais e às questões de gênero e etnia na formação docente; e a pesquisa de dados para elaboração de políticas na educação básica e no ensino superior. As alterações ao projeto foram tantas que de todas as propostas, restou apenas uma única estratégia do PNE atual, lei 13.005 de 25 de junho de 2014:

> Estratégia 7.23: garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014).

Observa-se que houve uma significativa redução no caráter educativo da sexualidade, perdendo completamente seu caráter social, questionador e transformador ao apoiar suas ações apenas no combate à violência sexual. Não há mais discussões importantes em torno na construção de identidades, as relações de gênero e o combate ao preconceito.

Este novo PNE propõe a construção de uma nova base nacional curricular, chamada de Base Nacional Comum Curricular. Visto que a sexualidade foi praticamente eliminada do Plano Nacional, ficou fácil retirar o tópico orientação sexual da BNCC, pois tal tema não faz mais parte do escopo da educação escolar.

Há, em curso no país, um movimento conservador que tenta vetar que questões relativas à sexualidade sejam discutidas em sala de aula. Uma agenda que se estabelece tanto na esfera federal, quanto estaduais e municipais, através dos planos de educação correspondente. Tendo em vista que um número considerável dessas ações é motivado por um ideal religioso tradicional, muitas famílias apóiam e reforçam esse movimento, dando legitimidade para as reivindicações como a do “Programa Escola sem Partido”, fundado em 2004 por um pai de aluno. Uma reportagem do jornal El País expõe os princípios dessa proposta:

> A concepção do movimento se apoia na crítica a duas práticas que ele considera comuns nas escolas: a "doutrinação política e ideológica dos alunos por parte dos

> professores" e a "usurpação dos direitos dos pais na educação moral e religiosa de seus filhos". Para deixar mais claro, ele oferece dois exemplos: o de um professor marxista e, portanto, ateu, que pode expor na sala de aula sua visão de mundo, diante de alunos cujas famílias praticam uma religião e acreditam em Deus; e o de professores que durante aulas de educação sexual digam para o estudante que "não há problema nenhum com sexo, com a pornografia e que masturbação faz parte da sexualidade", o que pode fazer com que o jovem tenha "uma vida sexual ativa estimulada pelos professores e as meninas engravidem, fazendo com que os pais paguem o pato (EL PAÍS, 2016).

Instaura-se um clima de desconfiança em relação à educação sexual. Muitos tentam relacioná-la apenas às questões referentes à identidade de gênero, ou “ideologia de gênero”, sendo, portanto, o motivo para que sejam retirados de pauta do ambiente escolar. Atualmente, ainda tramitam no Congresso Nacional ao menos cinco projetos de lei que têm como objetivo interferir diretamente nos conteúdos abordados em sala de aula, evitando uma suposta “doutrinação política e ideológica”. Na esteira dos debates sobre gênero e sexualidade, presentes nas elaborações dos Planos Municipais de Educação, alguns dos projetos também propõem coibir o ensino, nas escolas, daquilo que chamam de “ideologia de gênero” e outras formas de ‘ameaças à família’ (ZINET, 2015). Essa resistência apenas confirma o que Foucault (1984) descreve como intrínseco ao poder, pois à medida que grupos minoritários lutam para o reconhecimento de seus direitos e conquistam avanços importantes, aqueles que veem seu poder de controle diminuído e sua influência como formadora de opinião e comportamentos ameaçada partem para o ataque numa tentativa de retornar ao seu status anterior.

Desse modo, surgem tentativas jurídicas de criminalização dos discursos sobre gênero no espaço escolar em diferentes instancias do poder legislativo. O projeto de lei nº 193 de 2016, que tramita no senado, tenta aprovar a inclusão do Programa Escola sem Partido nas diretrizes e bases da educação nacional e que em seu Art. 2º VII apresenta este princípio.

> Direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (MALTA, 2016).

Existe uma clara tentativa de reivindicar a guarda da sexualidade unicamente à família, exercendo um controle para se evitar o que seria considerado um adiantamento do conhecimento de assuntos que não devem ser tratados precocemente, sob o risco de propiciar um incentivo à prática sexual. Caem na armadilha de pensar que falar sobre sexualidade (e não necessariamente em sexo) poderia incentivar a prática sexual. Ademais, dessa forma, pretende-se reproduzir as concepções estabelecidas no núcleo familiar, consideradas como os únicos ideais possíveis.

Em dezembro de 2017, a proposta de incluir o programa "Escola sem partido" às diretrizes e bases da educação nacional foi arquivada no senado a pedido do próprio autor. No entanto, alguns estados e municípios aprovaram leis inspiradas no programa ou estão em fase de discussão e tramitação. A aprovação de leis que coíbem a liberdade intelectual no ensino fere diretamente a constituição, como apontado pelo relator do projeto no senado, Cristóvan Buarque (EXAME, 2017).

Enquanto isso, professores que tentam introduzir conteúdos que induzam a uma reflexão acerca das múltiplas possibilidades de relações afetivas e familiares são interpretados como perigosos, pois seus discursos são amorais e considerados um afronte à família tradicional. Apoiada nesse debate, o fim da educação sexual nas escolas está inserido em um discurso de proclamação de verdades que só devem ser declaradas pelos responsáveis familiares dos alunos. Ninguém mais poderá discutir a sexualidade, para que ela possa permanecer no território moral e normalizador apregoado por cada família (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017). Porém, na realidade, o que esses grupos conservadores almejam é a difusão de uma moral cristã restrita e formadora de padrões. Desejam impor suas concepções do que é permitido e do que é imoral; do que é considerado "normal" e do que é antinatural. E assim voltar a ter o controle dos comportamentos como o faziam em séculos passados. Portanto, longe de um desfecho harmonioso, parece-nos ainda que tempos conturbados para a educação sexual crítica e emancipatória estão por vir.

# 4 METODOLOGIA

Será utilizada a abordagem da triangulação metodológica – TM, que confere à análise maior coesão para a combinação, melhor articulação das ideias que conduzem a investigação, ampla conexão e cruzamento dos temas, métodos, técnicas e estratégias de pesquisa, podendo ser utilizada tanto com métodos quantitativos quanto qualitativos, ou mesmo com os dois, e pode ser usada como ferramenta que vai do questionário, observação participante, transcrição das falas às entrevistas diretivas, semi-diretivas ou não diretivas ou ao caderno de campo. São esses caminhos que irão aprofundar os grupos de discussão, os meandros e interstícios que não deverão escapar à pesquisa. É nesse caso que a roda de conversa ganha contornos de análise e é eleita como nossa ferramenta de pesquisa que triangula temas como sexualidade, gênero e escola.

O objetivo metodológico da TM é proporcionar maior campo de análise com reflexão teórica ao pesquisador, para que também tenha, para além do domínio teórico-metodológico, o domínio epistemológico e axiológico do tema trabalhado. Tal recurso serve ao trabalho com projetos de intervenção que proporciona o pensamento científico e penetra à compreensão com método de análise propícia, para cada pista do objeto de pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 1996).

A roda de conversa, nesse sentido, confere ao pesquisador um instrumento de análise teórica e metodológica próprio a ser empregado não somente como estratégia de pesquisa, mas sobretudo como elemento constituinte dela.

Apoiados em Duarte (2009), a pesquisa que lança mão à TM nos leva a pensar a realidade que se quer investigar e que nos aponta os desdobramentos e relações que se estabelecem no campo de estudo, sobretudo quando convidamos outros sujeitos para pensar a problemática que envolve grande debate na escola. Essa metodologia também se presta a averiguação da múltipla dimensão construída pelos sujeitos sociais em comunicação com o mundo educacional que o circunda, para tal, a pesquisa triangulada se aporta, também, em caso específico, que delineia a peculiaridade, como vem a ser o caso constituído nas rodas de conversa pelo pesquisador realizadas. Nesse sentido e apoiados em Meksenas (2007), justificamos nossa opção pelo método qualitativo. Esse foi eleito, pois há, nessas rodas e nas considerações acerca delas, as especificidades da pesquisa empírica que conjectura abstrações e subjetivações no campo objetivo do método científico e que também permitem a livre

interpretação, baseadas em autores que conduzam à linha teórica e metodológica do trabalho na sua triangulação que redunda à análise.

Na visão de Creswell (2010), é uma forma de investigação adequada para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a uma questão social ou humana. A questão trabalhada por nós é polissêmica em seus significados, por isso, a TM nos pareceu a metodologia mais adequada ao objeto pretendido como pesquisa, justamente por comungar diferentes observações num mesmo campo.

A pesquisa, nesse campo, se alarga no método que lança mão de averiguações combinadas, reflexionadas e já testadas em outros trabalhos, como por exemplo, as rodas de conversas e a análise no que nelas foi produzido. A partir das configurações da pesquisa, as representações foram se delineando e o campo, como território livre e soberano da observação, foi conduzindo o pesquisador e sendo conduzido por ele em suas notas de campo, cadernos de realidades, relatórios de cenas, observações exploratórias, entrevistas, conversas, fotografias, convivências, gravações e confissões partilhadas (DENZIN E LINCOLN, 2006).

Eis aqui a maior justificativa para a metodologia escolhida para o presente trabalho de pesquisa que traz pesquisador e pesquisado para um campo de sentidos e sensações que colocam em xeque nosso cenário escolar e os processos que acontecem em torno dele.

Nesse olhar específico que a empiria permite ter, as controvérsias vão aparecendo, os meandros e silenciamentos vão dizendo e assinalando outras cenas não previstas, vão desvelando a realidade em que o pesquisador pretende observar de forma preenchida por todas as informações captáveis. É assim que os estudos das relações humano-sociais vão sendo construídos e adornados na pesquisa. Relações essas ligadas ao campo da sexualidade, que se torna assunto premente de discussão e análise, sobretudo no atual momento que atravessa nossa sociedade. Mas como fazer a triangulação num campo de análise tão complexo?

Nesse sentido é que Denzin e Lincoln (2006) assinalam a possibilidade de se recorrer às várias metodologias para a busca de dados para se proceder uma investigação pivotal, cercada, completa e cuidadosa na identificação do objeto que se pesquisa. Assim, asseguram que as pesquisas trianguladas estão num campo mais aberto, por isso a escolha. Esse campo de investigação nos permite a liberdade de ação e a interpretação calçada no campo da leitura específica conduzida para a realização do trabalho. Para essa ou aquela técnica, a TM nos faz vê que existem vários olhares porque não se localiza num único terreno de análise e, permite,

portanto, recorrer a inúmeras estratégias, e é essa combinação de abordagens metodológicas que se mostra mais chancelada e com credibilidade no seu resultado.

Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a triangulação presume uma importante concepção do fenômeno investigado, se constituindo num desenho seguro à pesquisa, garantindo rigor, riqueza, complexidade e complementaridade. Em decorrência desse fato, e por termos um tema de concepção polissêmica, buscamos, apoiados na TM ampliar acessos interpretativos, aprofundando as relações e recursos existentes no caminho metodológico que perfaz e constrói a pesquisa em sua análise.

Nesse contexto, nos referimos, apoiados ao levantamento de dados que trabalha diferentes dimensões de tempo, de espaço e de nível analítico, a partir dos quais os pesquisadores buscaram as informações para sua pesquisa, estabelecer as rodas de conversas como uma grande estratégia de levantamento das concepções, discursos, olhares e debates instituídos em torno da sexualidade e das questões de gênero trabalhados na escola; temas esses que se ancoram nos elementos de teoria e, pressupõe a abordagem do objeto empírico por perspectivas conceituais e teóricas diferentes; a que se subsidia e acontece na intervenção e olhar do investigador, que aconteceu na construção de composta por participantes da conversa com diferentes foco de pensamentos e com diferentes áreas do saber. A questão ética que se estabelece nessa metodologia, ou seja, a TM, visa a maior validade dos processos de investigação e das etapas que perfazem essa investigação (JENSEN E JANKOWSKI,1993).

Portanto, a triangulação apresenta realidades a serem entendidas, desveladas e compreendidas. Os métodos são combinados de diferentes formas, permitindo arranjos interdisciplinares e múltiplos olhares sobre um mesmo objeto de pesquisa. Aponta vários ângulos, o que permite confluências, debates, réplicas, discordâncias, perguntas, problematizações, dúvidas, numa discussão que confere clareza sobre a metodologia; seja ela do tipo estudo de caso, participante, pesquisa-ação, documental, exploratória, entre outras. É em nossa pesquisa colocamos em relevo e ação a pesquisa participante, elemento é estratégica própria da roda de conversa.

A triangulação metodológica ao ser trabalhada na educação, na perspectiva da pesquisa participante, lança mão de várias técnicas de exploração dos objetos analisados. Dessa forma, articula as fases da pesquisa, mobilizando diferentes instrumentos de análise como a entrevista, a roda de conversa, as observações diretas e indiretas advindas dessas rodas. Nessa composição as etapas são descritas na triangulação de técnicas num diálogo

construído pelo pesquisador/entrevistador que testa os pressupostos, problematiza a cena, descreve as realidades, conjectura os saberes, aponta propositivas, cerca o tema nas suas respostas e nas objetivações conferidas, inicialmente, à pesquisa.

A triangulação de métodos de dados visa aprofundar temáticas a partir de um campo propício de análise e interpretação, subjetivação, intersubjetivação e objetivação dos elementos colocados na lente *zoom* do estudo para que a complexidade do tema mobilize instrumentos quantitativos e/ou qualitativos em teorias e métodos.

Por fim, cabe dizer que, por oferecer ao pesquisador uma possibilidade maior das imbricações, argumentações e ponderações, a triangulação metodológica cumpre a função de dilatar os saberes constitutivos da elaboração de uma análise comprometida e fiel à causa academia, de expandir a confiabilidade dos dados e leituras das cenas apresentadas.

## 4.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS

### 4.1.1Questionário *online*

Com o objetivo de investigar como a sexualidade é vista e abordada por docentes de diferentes áreas, foi realizado um questionário disponibilizado através da internet, juntamente com a divulgação da Roda de Conversa.

Os resultados nos permitiram um primeiro olhar às concepções dos participantes que atuam no ensino, com relação à sexualidade, apontando quais temáticas são valorizadas e os obstáculos para a implementação de uma proposta voltada para a educação sexual.

### 4.1.2 Roda de Conversa

A pesquisa se utilizará da realização de rodas de conversa por seu caráter qualitativo e por se aprofundar em um fenômeno social complexo. Entende-se que essa estratégia metodológica possibilita uma aproximação entre o pesquisador e o universo da população-alvo da pesquisa, além de diminuir as possíveis influências que o pesquisador teria sobre os sujeitos da pesquisa ao deslocar o poder da discussão para o grupo (MADRIZ, 2000).

A roda de conversa, segundo Borges e Santos (2005), permite aos seus participantes que se expressem, de forma conjunta, suas opiniões, impressões, conceitos e concepções sobre o tema proposto, trabalhando de maneira reflexiva as manifestações apresentadas pelo grupo. Possibilita a criação de um espaço de diálogo e de escuta de diferentes ‘vozes’,

incluindo a de grupos minoritários, que, muitas vezes, são silenciados ou interpretados segundo a ótica do outro que não compartilha da sua mesma opinião ou não possui os mesmos questionamentos.

Constitui-se em um valioso instrumento de compreensão de processos de construção de uma realidade por um grupo específico. Por sua possibilidade de interação entre os participantes, a técnica de Roda de Conversa permite

> ... compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e relações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado...além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite idéias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (GATTI, 2005, p. 11).

Ao utilizar essa estratégia, objetivamos obter as concepções dos participantes, enquanto um grupo social, que dialoga entre si e constrói suas visões, não só de forma individual, mas também na relação que se estabelece entre seus pares. Através de um clima de acolhimento e cordialidade, espera-se que os sujeitos da pesquisa se sintam confortáveis para dividir experiências, aprendizados, situações do cotidiano e outros aspectos relevantes para a pesquisa sobre como a sexualidade é abordada em sala de aula.

Ao buscar compreender o contexto no qual ocorrem os significados e a importância atribuída a eles pelos seus agentes, espera-se obter subsídios para a contribuição no aspecto educacional das questões relativas a gênero e sexualidade. A partir das demandas do grupo social pesquisado, a pesquisa poderá se estruturar em direções não previstas inicialmente, pois partindo da integração e envolvimentos dos participantes, incorpora-se a perspectiva da população alvo (IERVOLINO e PELICIONI, 2001).

Segundo os autores em epígrafe, a coleta de dados por meio da roda de conversa tem como base a discussão focada em tópicos específicos e diretivos em que, da interação com o pesquisador, os participantes são incentivados a emitirem o seu ponto de vista em relação ao tema de interesse. As ‘falas’ produzidas representam as opiniões do grupo de estudo. Não há o compromisso de apresentar consenso durante as discussões, podendo existir pensamentos convergentes e divergentes que irão alimentar o debate. Cabe ao mediador, e nesse caso, o pesquisador dessa pesquisa, garantir a participação igualitária de todos, evitando o monopólio da fala por um único participante, bem como estruturar as discussões de modo a manter o foco

no tema de estudo e evitar que polêmicas se prolonguem e desviem os participantes do objetivo da roda de conversa.

Para realizar a roda de conversa, o mediador pode usar vídeos, reportagens, imagens, filmes e outros suportes para introduzir a temática na discussão pelos participantes e deixar que eles expressem suas opiniões livremente. É imperioso mencionar que o mediador mantém o foco no tema em debate, mas não deve fazer isso de maneira impositiva, para que a roda de conversa não se torne um interrogatório, no qual o mediador faz perguntas diretivas e os participantes respondem de maneira fechada.

Depois de realizada a roda de conversa, procedemos à transcrição e análise da mesma e posteriormente, o confronto dos dados com os demais instrumentos utilizados ao longo da investigação.

## 4.2 LOCAL DA RODA DE CONVERSA

O ciclo de Roda de Conversa teve como local o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRJ, *campus* Mesquita (Espaço Ciência Viva). Por estar no centro do município de Mesquita, torna-se um local de fácil acesso por meio de transporte público, além de ser o município onde o pesquisador trabalha. Vale ressaltar que foi a primeira roda de conversa do *campus* Mesquita, o que tornou ainda mais especial.

## 4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nossa roda de conversa contou com a participação de, aproximadamente quarenta pessoas. O convite aos participantes, em função do grupo social a ser estudado, abrangeu sua variabilidade por experiência profissional. Todos estavam ligados aos espaços formais e não formais de ensino. Eram professores da rede pública, estudantes de licenciaturas, pedagogia e alunos da rede pública. Foram tantas demandas para colocação da experiência, que vimos que o mais importante ali se estabelecia, o debate, o contato, as trocas, as conversas. E ninguém ia embora, apesar do tempo avançar, as conversas continuavam a desvelar sentidos, talvez nunca antes desvelados e partilhados em escuta e compreensão.

Segundo Iervolino e Pelicioni (2001), uma roda de conversa pode ter convidados que passeiem pela temática sob diferentes olhares. Levamos ao debate uma antropóloga e uma psicóloga, além do mestrando na qualidade de professor da rede pública de ensino. Por um

compromisso pessoal de última hora, a mestra em ciências sociais e professora da rede pública Natasha Dias não pôde comparecer. Os três representam diferentes perspectivas da pesquisa na área da sexualidade. Optou-se por fazer a divulgação ampla da roda de conversa a fim de oportunizar participantes com variadas vivências e experiências profissionais, e que trouxessem suas experiências nos diferentes espaços de ensino, contribuindo para a feitura do nosso produto educacional, um livro de contos baseados nos depoimentos dos participantes que versa sobre a sexualidade em variadas perspectivas.

O convite para a roda de conversa foi feito por meio de um evento público em uma rede social, com convites enviados por e-mail, mensagens no celular e cartazes fixos em murais das escolas do município. Visando ampliar o alcance da divulgação, os seguintes cartazes foram feitos:

Figura 1: Cartazes de divulgação da roda de conversa

A pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob o CAAE nº 80346317.3.0000.5268.

# 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário *online* e a roda de conversa forneceram dados que nos alertam para a necessidade de um debruçar mais apurado em relação ao tema. A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa, bem como sua discussão, partindo uma perspectiva mais ampla, através do questionário, que nos aporta conceitos importantes para compreender a dinâmica das concepções trazidas pelos participantes da roda de conversa, de maneira mais específica.

## 5.1 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL - QUESTIONÁRIO *ONLINE*

Durante uma pesquisa prévia, foram encontrados textos evidenciando a carência na formação inicial para uma abordagem em sexualidade. Silva e Megid Neto (2006), em pesquisa sobre a produção científica em torno da educação sexual, afirmam que sem uma formação inicial e continuada eficiente, os resultados obtidos sobre as práticas escolares na perspectiva da Educação Sexual continuarão, em sua maioria, sem expressão. Em face de suas dificuldades, o professor/educador acha melhor tratar dos aspectos biológicos pura e simplesmente e, para isso, considera que existe o professor da área de Ciências. Então, "Educação Sexual nada tem a ver comigo" é a resposta mais comum dos professores, o que o tranquiliza em relação a seu falso "não-envolvimento" com o tema. É preciso, principalmente na formação continuada, oferecer subsídios para o enfrentamento de questões que invadem a sala de aula e, muitas vezes, pegam o profissional de surpresa. Somente com o preparo necessário será possível mudar o cenário atual da educação sexual para que as orientações sobre o tema, contidas especialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, não fiquem reduzidas a orientações técnicas sem implementação na prática escolar.

Maia e Ribeiro também sustentam que uma das metas para garantir uma Educação Sexual crítica e emancipatória nas escolas é garantir que "formação continuada de professores e professoras e agentes escolares dispostos a trabalhar com educação sexual em suas disciplinas [...] não devem ser pontuais, mas sim amplos, formativos e com continuidade" (MAIA E RIBEIRO, 2011, p. 81 e 82).

Com o objetivo identificar quantitativamente o que professores pensam sobre a educação sexual, a relevância do tema no âmbito escolar e a presença de formação em sexualidade, foi realizado um questionário com perguntas diretas e de múltipla escolha. Foi utilizado o "GoogleForms" (https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/) como plataforma digital e o convite para acessar o questionário foi realizado através de aplicativos de mensagens e grupos de discussão. Foram obtidas 129 respostas ao total, sendo algumas perguntas não obrigatórias.

As primeiras questões visavam traçar um perfil profissional do respondente. Desse modo, pergunta-se qual disciplina leciona, qual a etapa de ensino que atua, tempo de atuação profissional, faixa etária e sexo declarado. Em seguida, investiga-se as concepções sobre o assunto e a atuação profissional focando a educação sexual. Por fim, é questionada a formação profissional especifica em sexualidade e o interesse em uma possível formação. Os resultados são apresentados a seguir.

Pergunta 1: Que etapa do ensino atua profissionalmente?

O gráfico abaixo ilustra a quantidade e a porcentagem relativa de cada resposta. Foi observado que a maioria dos professores atua no ensino médio (64,8%), com o segundo segmento do ensino fundamental em segundo lugar (39,8%) e o primeiro segmento do ensino fundamental em terceiro lugar (14,1%). O somatório ultrapassa os cem por cento, pois era possível marcar mais de uma resposta, visto que, frequentemente, os professores atuam em mais de um segmento.

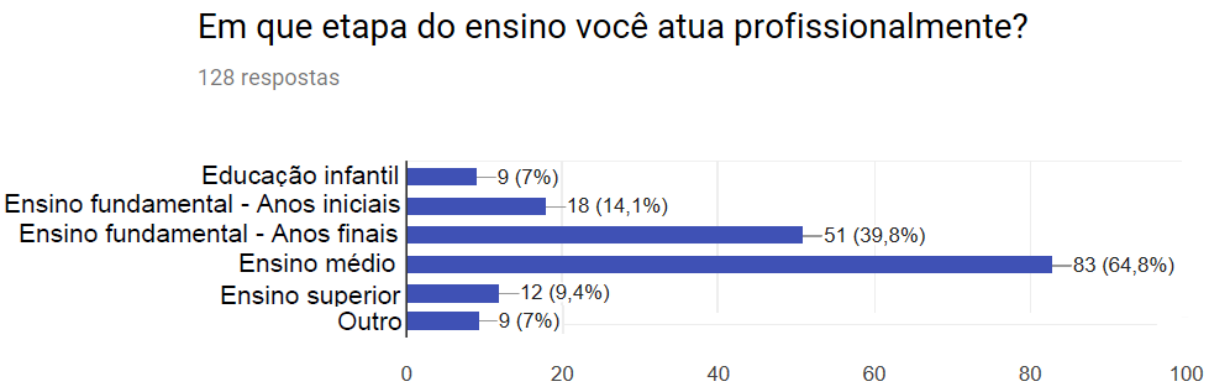


Gráfico 1: atuação profissional dos respondentes

Pergunta 2: Que diciplina(s) leciona?

A maioria dos professores leciona a disciplina de Ciências (24,2%), com Português em segundo lugar (19,5%), seguido por Biologia (15,4%) e Química (14,6%). Catorze respostas

não se enquadraram nas opções descritas e preencheram o quadro “outros”, totalizando 11,2% do total. Também era possível marcar mais de uma opção.

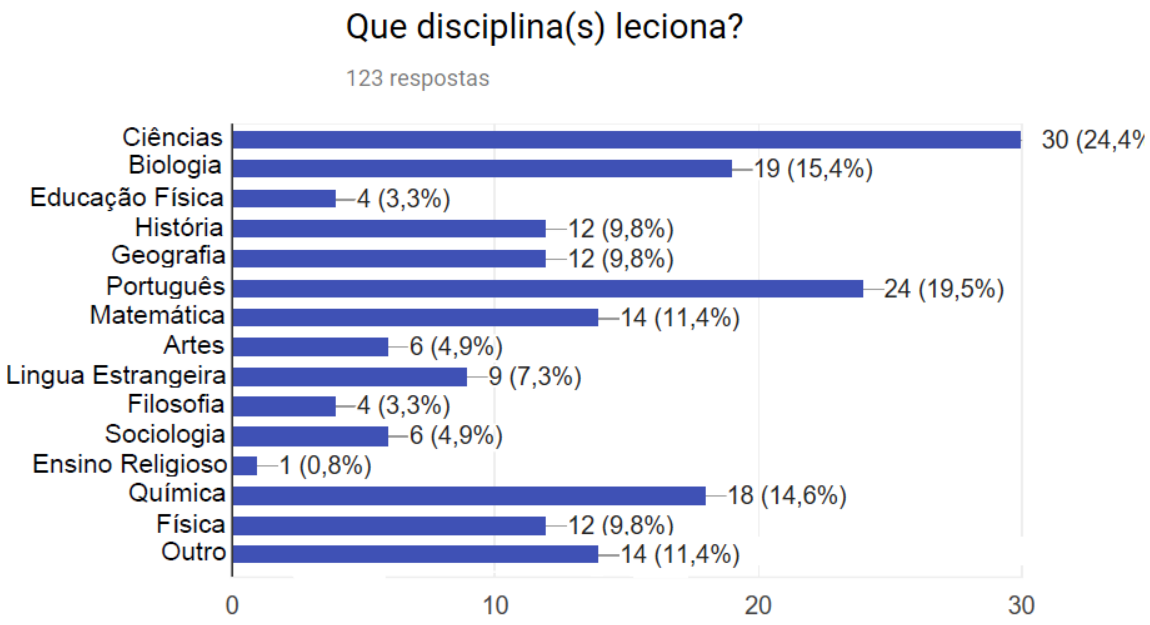



Gráfico 2: disciplina que os respondentes lecionam

Pergunta 3: Quanto tempo atua como professor/a?

Em relação ao tempo de atuação profissional como docente, a maior parte das respostas foram conferidas por professores entre seis e dez anos de experiência em docência (35,7%), seguidas pela faixa entre onze e vinte anos de docência (33,3%) e a faixa dos professores até cinco anos de docência (17,8%). Essas respostas trazem evidências de que a maior parte dos professores apresentam considerável experiência docente.

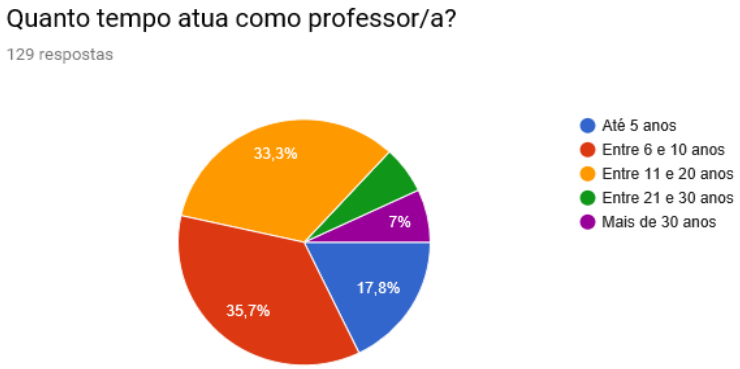



Gráfico 3: atuação profissional

Pergunta 4: Qual a sua faixa etária?

Com relação à faixa etária, a maior parte dos professores está entre 31 - 40 anos de idade (40,2%), seguida pela faixa entre 20 - 30 anos (27,6%) e 41- 50 anos (18,9%). A comparação de respostas entre os gráficos 3 e 4 sugerem que os docentes iniciam sua vida profissional cedo e, por isso, chegam a faixa etária entre 31 e 40 anos com mais de dez anos de docência. Porém, não é objetivo desse questionário investigar essa hipótese.

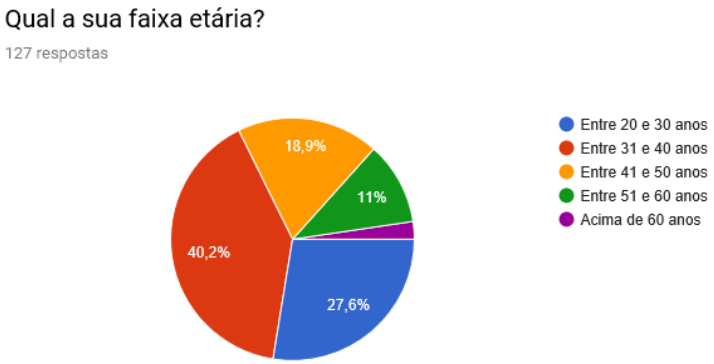



Gráfico 4: faixa etária

Pergunta 5: Qual o seu sexo?

Em relação ao sexo declarado, a maior parte das respostas foi dada pelo sexo feminino (54,6%). Os homens correspondem a 42,6% do total de respostas e 0,8% (equivalente à 1 resposta) não quis declarar seu sexo.

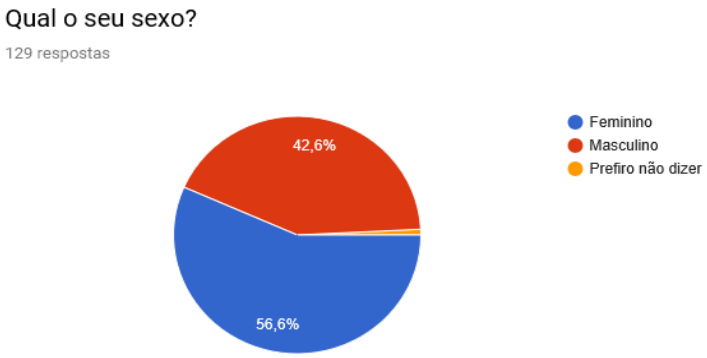



Gráfico 5: sexo declarado

Dessa forma, formamos o perfil dos respondentes: A maioria das respostas foram dadas por professoras entre 31 e 40 anos de idade com experiência docente entre 6 e 10 anos.

Pergunta 6: Já presenciou alguma situação de discriminação ou preconceito sexual no ambiente escolar?

Essa pergunta foi propositalmente genérica, pois muitas situações podem ser caracterizadas como preconceito ou discriminação. E o olhar do professor é fundamental para identificar essas situações. O total de respostas mostra que 83,7% dos professores afirmam ter presenciado algum tipo de discriminação ou preconceito sexual no ambiente escolar. A escola é um local privilegiado de interações sociais e todas as situações que ocorrem na sociedade são reproduzidas nesse ambiente. Contudo, não devemos ficar passivos e aceitar com morosidade que discriminação ou preconceitos de qualquer espécie sejam eventos corriqueiros. Essa informação demonstra a necessidade de problematizar e discutir situações como essa no cotidiano da escola e da sala de aula, seja uma brincadeira, um bullying ou até mesmo agressões. Os professores que dizem nunca terem visto preconceito ou discriminação sexual (16,3%) podem estar relativando o caráter prejudicial de certas "brincadeiras" que ocorrem em sala de aula.

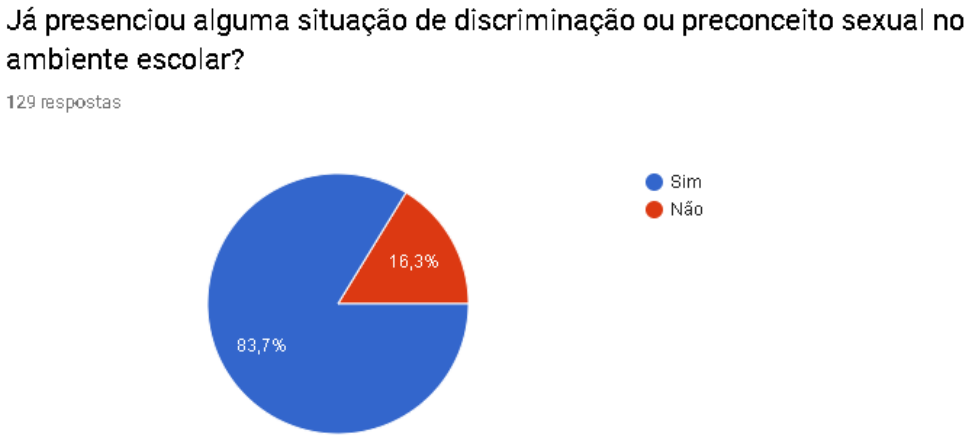


Gráfico 6: discriminação sexual no ambiente escolar

Pergunta 7: Tem costume ou já realizou alguma intervenção relacionada à Educação Sexual?

As respostas nos mostram que a maior parte dos professores (51,6%) tem o costume de trabalhar sexualidade e 21,9% já desenvolveu alguma atividade em sala de aula consoante a Educação Sexual, seja de forma planejada ou na forma de extra-programação, totalizando 73,5% do total de respostas. Neste sentido, admitindo que a educação sexual possa ser feito por professores de qualquer disciplina, com diferentes objetivos e usando diferentes técnicas,

foi utilizado o termo “intervenção”, de forma mais aberta, e não “aula”, pois este termo poderia ser interpretado como algo mais delimitado e planejado. Porém, chama atenção que 26,6% dos professores jamais fizeram qualquer tipo de atividade que pudesse envolver alguma discussão em torno da sexualidade. É considerado um número alto tendo em vista que essas questões possuem diferentes perspectivas, possibilitando ampla discussão em torno de situações que são cotidianas como a violência contra a mulher, a luta feminista, direito ao voto, homofobia, diversidade sexual, a sensualização na música ou televisão  etc

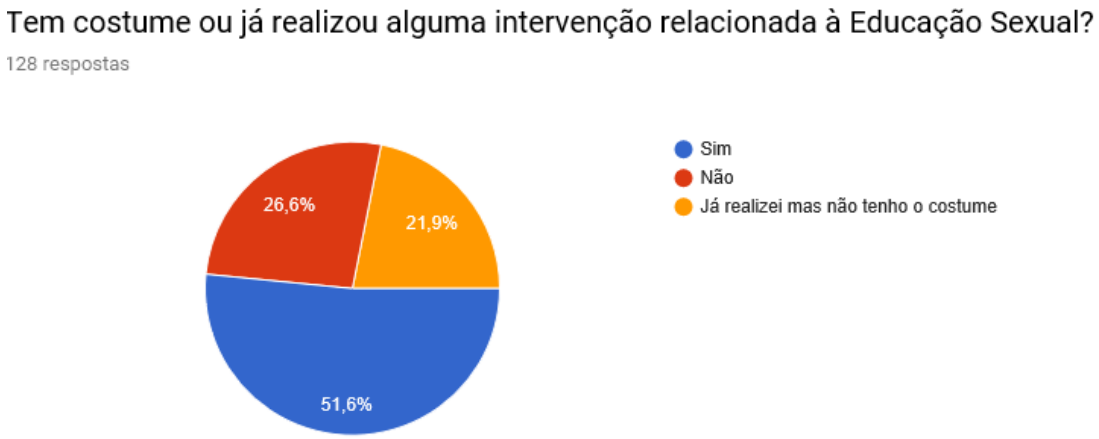



Gráfico 7: atividades relacionadas à educação sexual

.

Pergunta 8: Dos temas elencados abaixo, quais considera importante para a educação?

Os temas que os docentes julgam mais relevantes na Educação Sexual foram “Diversidade Sexual” (65,9%), “Doenças Sexualmente Transmissíveis” (64,3%), “Métodos Contraceptivos” (61,2%) e o “Gênero como construção histórica, cultural e social” (56,6%). Outros temas destacados foram “sexualidade como identidade” (49,6%), “O papel do homem e da mulher na sociedade atual” (45,7%) e “Anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores” (45%).

Chama a atenção o primeiro e ultimo colocado na pesquisa. A diversidade sexual foi eleita a temática de maior relevância para a Educação Sexual. Talvez pela percepção dos professores de que na escola há muito preconceito sexual. Há alunos que recebem dos pais uma criação em que o diferente não é aceito, especialmente se for diferença de orientação sexual, gerando conflitos que se ampliam no ambiente da sala de aula e no ambiente escolar como um todo. Já o último lugar, a anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores, é o que primeiramente se faz como educação sexual.

Gráfico 8: Temas importantes na Educação Sexual

Pergunta 9: Dos temas elencados abaixo, quais já foram abordados na sua prática docente?

Este questão visava verificar o que os professores realizam como Educação Sexual em sala de aula. Os temas elencados são exatamente os mesmos da questão anterior, porém enquanto a pergunta 8 buscava saber o que os docentes achavam importante, nesta o objetivo é conhecer a prática docente. Será que eles trabalham exatamente o que consideram relevante dentro dessa temática?

Verificou-se que as doenças sexualmente transmissíveis - DST (56,6%) foram os conteúdos mais frequentemente abordados, seguido dos métodos contraceptivos (45,1%) e diversidade sexual (44,3%). Observa-se que temas ligados à doenças e gravidez são os mais abordados pelos professores, independente da área de atuação, evidenciando um caráter ainda de prevenção e do sexo ligado ao medo. A sexualidade como identidade foi o tema menos trabalhado pelos professores que responderam a pesquisa (27%), mostrando ainda uma dificuldade em relação ao assunto. Não podemos perder de vista que a pesquisa foi respondida por professores de diferentes áreas de ensino e, por isso, temas que são trabalhados prioritariamente por professores de Ciências não tiveram a frequência tão alta.

Contudo, fazendo um recorte e analisando somente as respostas dos professores de Ciências e Biologia, observamos que “DSTs” foi o tema mais abordado com 81,8% das respostas, seguido por “Anatomia e Fisiologia dos Sistemas Reprodutores” (75,7%), Métodos contraceptivos (69,9%) e gênero como construção histórica, social e cultural (30,3%), evidenciando o caráter biológico quando se pensa em Educação Sexual.

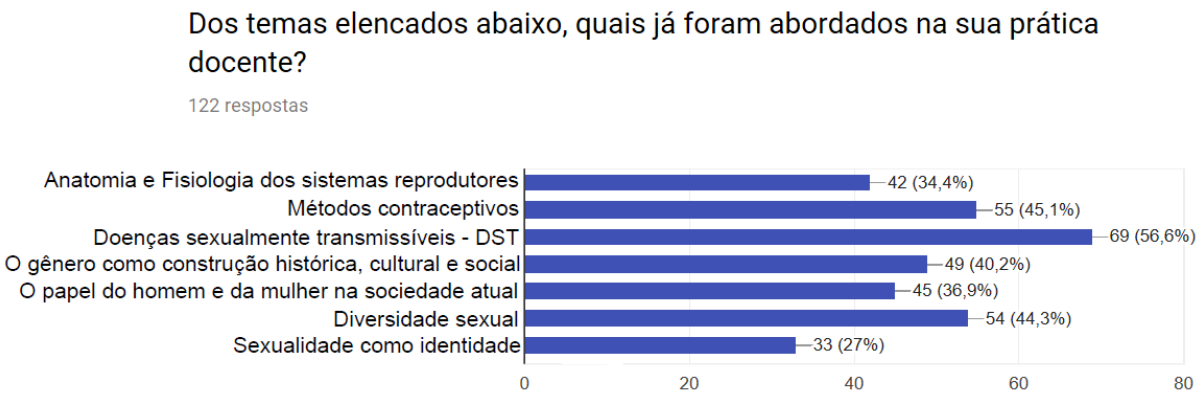



Gráfico 9: temas que são abordados na prática dos professores.

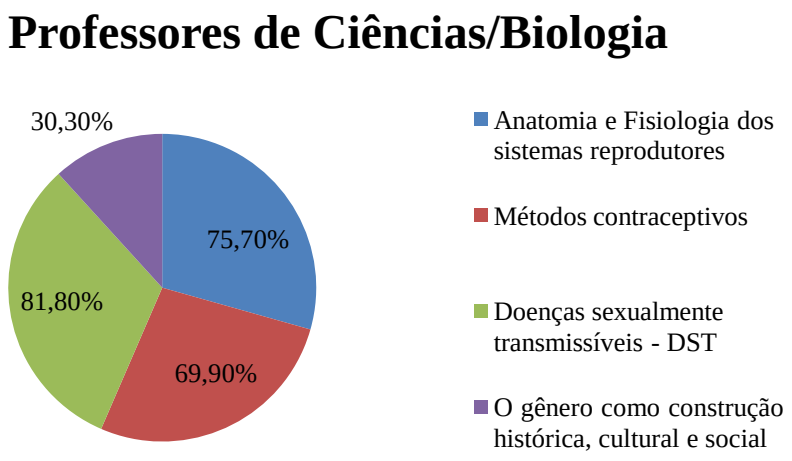



Gráfico 10: Temas abordados por professores de Ciências/Biologia

Pergunta 10: Quais os principais motivos que limitam o trabalho de Educação Sexual em sala de aula?

Com relação às dificuldades enfrentadas pelos docentes para implementar estratégias didáticas relacionadas a educação sexual, a resposta mais frequente foi “carência na formação profissional” (51,6%), seguida por “falta de tempo no planejamento letivo” (47,6%), “resistência dos pais dos alunos” (45,2%), “resistência da equipe pedagógica” (31,7%), “não acho importante para os meus alunos” (5,6%) e outros motivos que somam 7,2%.

O resultado ilustra que os professores não se sentem capacitados para abordar conteúdos de sexualidade, corroborando o que tem sido evidenciado pelas pesquisas acadêmicas. Já a falta de tempo no planejamento letivo traz à tona um pensamento de que a educação sexual tem momento e local específico para ocorrer, sendo frequentemente abandonada em função de um currículo a ser cumprido. A resistência dos pais dos alunos

pode ser justificada com a crescente popularização de ideias como a do programa Escola sem Partido, que visam coibir a abordagem de assuntos como a sexualidade em sala de aula, criando uma atmosfera de medo e angustia nos professores que pretendem realizar algum trabalho em educação sexual.

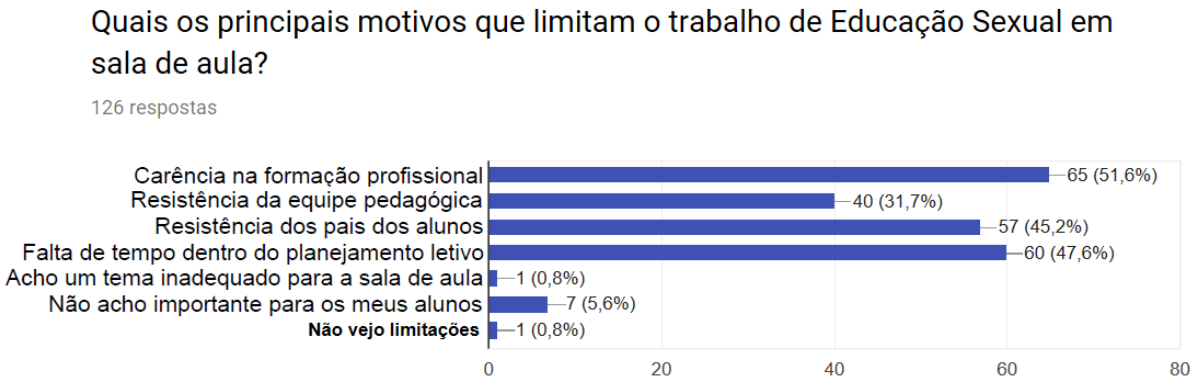


Gráfico 11: Limitações no trabalho de Educação Sexual

Pergunta 11: Já participou de algum curso de formação continuada relacionado à sexualidade?

As respostas nos mostram que a grande maioria dos professores não possui nenhum tipo de formação específica relacionada à sexualidade (79,8%), complementando a informação do gráfico anterior que apontou a carência na formação como empecilho para realização de educação sexual. Somente cerca de 1/5 dos professores que responderam o questionário possuem algum tipo de formação para sexualidade (20,2%).

Como dito no início do capítulo, a formação dos professores é apontada como uma das grandes barreiras para a implementação da educação sexual com qualidade nas escolas. Devemos, pois, investir nessa formação, seja inicial ou continuada em sexualidade para fornecer os subsídios necessários à atuação eficiente dos profissionais da educação. Somente assim poderemos mudar o quadro que se apresenta atualmente. Mas será que os professores almejam esta formação?

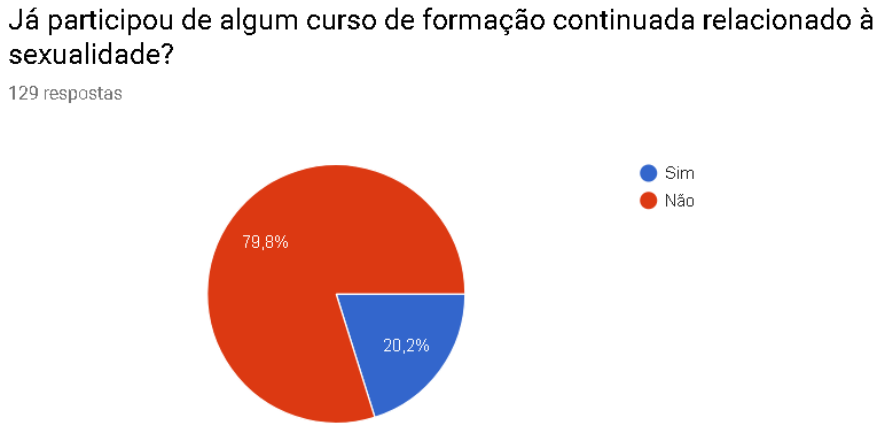


Gráfico 12: Formação específica em sexualidade

Pergunta 12: Gostaria de participar de um curso de formação continuada em gênero e sexualidade se houver a oportunidade?

Foi constatado que a maioria dos professores deseja receber uma formação específica em gênero e sexualidade (63,6%), pois têm interesse e percebem a relevância do tema para a prática docente. Entendemos que o "talvez" (24,8%) se destine aqueles que condicionam a formação a fatores como valorização financeira, tempo disponível para a formação, enfoque do curso etc. Contudo, o que chama atenção é a frequencia de professores que não desejam receber qualquer tipo de formação relacionada ao tema (11,6%). Não foi o objetivo do questionário, mas talvez seja um ponto de análise futura entender o porquê dessa recusa.

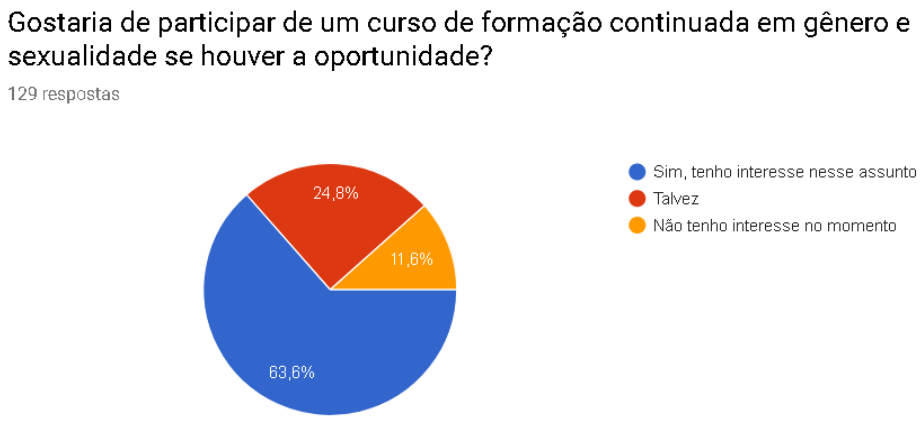


Gráfico 13: Vontade de receber formação em Gênero e Sexualidade

Esse questionário *online* esteve disponível para resposta entre os dias doze e vinte de agosto de dois mil e dezessete.

## 5.2 A REALIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA “DEBATENDO SEXUALIDADE NA ESCOLA” – DIZERES E SABERES.

No dia da realização da roda de conversa, a sala foi especialmente preparada através da decoração com arranjos de flores e um café da manhã variado, disponibilizado a todos os participantes. Tal estratégia objetivou criar um clima de acolhimento e pertencimento, ponto basilar para o sucesso do encontro. Conforme os participantes chegavam, eram recebidos pela Professora Dra. Maylta Brandão dos Anjos - orientadora da pesquisa - e pelo pesquisador.

No início da roda de conversa, foram comunicados os objetivos da pesquisa de mestrado, o objetivo do encontro, distribuídos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e o Termo de Uso de Imagem e Voz (uma vez que o evento seria registrado em áudio e vídeo para posterior análise) e apresentados os convidados para dinamizar a roda de conversa. A Dra. Beatriz Brandão iniciou sua fala apresentando a temática da sexualidade de forma mais ampla, fornecendo uma visão que conversa com o social e cultural. Em seguida, a especialista em sexualidade Gizele Araújo apresentou a perspectiva da Psicologia, das relações humanas e as possibilidades de trabalhar a temática no ambiente escolar. O mestrando, professor da rede publica e autor da pesquisa, trouxe o olhar da sexualidade na sala de aula, nas situações do cotidiano escolar e dos obstáculos que os professores enfrentam ao trabalharem a temática com seus alunos.

Finalizando esse momento de apresentação das diferentes perspectivas, a Dra. Maylta Brandão compartilhou o seu olhar sobre o campo, a partir da ótica de quem observou mudanças significativas na forma como a sociedade vive a sexualidade, provocando, em determinados momentos, um choque de gerações. Cada integrante teve dez minutos para apresentação inicial. Achamos esse momento importante para o levantamento das questões de sexualidade, incentivando a reflexão e o desvelar de concepções e vivências que poderiam estar ocultas por convenções cerceadoras do sexo.

O momento seguinte foi de debate e trocas de experiências. Os participantes puderam interagir com suas perguntas, concepções, preocupações e vivências particulares. As temáticas que surgiram desse momento versavam sobre abuso sexual na infância, homossexualidade, bissexualidade, exposição sexual por meio da internet *(sexting)*, experiências em sala de aula, transexualidade, violência sexual, percepções pessoais e machismo. Abaixo trazemos algumas falas que sintetizam as discussões estabelecidas durante a roda de conversa. Com base em leituras relativas à temática de cada fala, são apresentadas algumas discussões visando o

diálogo entre o que fora dito pelos docentes participantes, as conclusões da roda de conversa e a literatura científica. Desse modo, busca-se a aproximação entre a prática profissional, as concepções pessoais dos docentes e o discurso científico, formando uma rede de saber que se relaciona e dialoga entre si.

Para manter o sigilo dos participantes, utilizamos nomes fictícios na narração dos depoimentos.

A professora "Ângela" contou-nos um episódio de sua vida profissional que reflete um pouco sobre como muitos professores trabalham sexualidade em sala de aula.

> "(...) eu entrei para dar aula de Ciências e tinha uma camisinha em cima da mesa. Quando eu olhei aquela camisinha eu pensei: meu Deus, o que eu vou fazer?!..."
> (Ângela)

A fala evidencia que o tema sexualidade surgiu a partir de uma situação que ocorreu em sala de aula e que não estava inicialmente previsto no planejamento docente. Partindo do circunstancial, o professor desenvolve sua prática do que no momento é colocado e das respostas e reflexões que seu estudo e forma de ver o mundo irão se situar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apontam que a Educação Sexual pode ser inserida "dentro da programação" – conteúdo organizado, planejado e dividido entre os professores de cada série – ou "extra-programação" – todo professor, sem planejamento prévio, aproveita alguma situação ou fato espontâneo para ensinar sobre Educação Sexual (BRASIL, 1998 e 2000). Podemos relacionar o proposto nos PCN com o que Werebe descreve como Educação Sexual formal, que possui planejamento prévio de conteúdos, e a Educação Sexual informal, que aproveita uma pergunta, uma situação ocorrida ou um fato espontâneo para ensinar (WEREBE, 1981). Muitos educadores apontaram, durante a roda de conversa, que o surgimento de questões relativas à sexualidade é comum no cotidiano da sala de aula e muitos aproveitam esses momentos para dialogar com os alunos. E sendo a sexualidade um assunto ainda considerado tabu, não é raro que os alunos desafiem professores a ficarem desconfortáveis em discuti-la. É importante, porém que os professores não se retraiam ou se fechem para o assunto, pois a curiosidade do aluno certamente não será desfeita.

A exclamação da professora deixa perceptível a sua sensação de falta na busca da fala adequada para desenvolver a atividade. São situações que requer uma formação necessária e oportuna aos temas relativos à Educação Sexual, mesmo que seja extra-programação, como o

do relato. A formação do professor é fundamental para que ele tenha clareza das múltiplas dimensões que a sexualidade pode adquirir durante a construção da identidade individual dos sujeitos, capacitando-o, de forma crítica, para lidar com as dificuldades naturais que resultam dos tabus e preconceitos intrínsecos ao sexo, ao gênero e à orientação sexual (MAIA e RIBEIRO, 2011).

> "(...) o que eu fiz? Peguei a camisinha. Quem é que conhece uma camisinha? Vamos abrir a camisinha. To eu lá no dedo. Bom, dei uma aula sobre isso. Para mim foi dificílimo. Eu já era velha de jornada. Eu pegar aquela camisinha, botar no dedo, mostrar para a turma, e aí começa as questões deles..."
>
> (Ângela)

Apesar de se sentir sem o preparo adequado, a professora não deixou de abordar o tema que surgiu naquele momento – o uso da camisinha. Enfrentou suas limitações e superou as barreiras para comunicar-se. E os alunos, em uma fase crítica de busca por identidade e auto-afirmação, aproveitaram a oportunidade para lançar outros questionamentos. O(a) professor(a) de Ciências e Biologia, frequentemente, é responsável por sanar a curiosidade dos estudantes em relação ao corpo e sexualidade. Contudo, se o desconforto em falar sobre tais assuntos for tão grande que o impeça de tratá-lo com a devida clareza, o diálogo pode não ser produtivo ou até ser confuso, não alcançando o propósito do esclarecimento, sem juízo de valores impresso. É importante ter em mente os aspectos histórico, social e cultural da sexualidade, assim poderemos ter o preparo para superar a visão simplificada do sexo unicamente ligado à biologia dos corpos. A roda de conversa gostou da atitude da professora, que não se furtou em encarar e abordar o assunto. A professora concluiu seu relato:

> "(...) formação de professor. Como a professora disse, nós viemos de uma geração enrustida. Quando eu menstruei, a minha avó chegou perto de mim, deu uma toalhinha e falou assim: é isso que tem que usar... Nós somos enrustidos. Precisamos desmitificar nosso eu quanto (seres) sexuais que somos. Essa é a minha proposta: ajudar o professor. Esses trabalhos, esses discursos têm que ser feito nas escolas..."
>
> (Ângela)

A sugestão da professora é a de maior aproximação entre os saberes da Academia e o da Escola, levando a discussão em torno da sexualidade diretamente aos professores. Segundo Maia e Ribeiro (2011, p.82) "parceria das escolas com a universidade e com estudiosos em

sexualidade e educação sexual, buscando a formação especializada e a cooperação mútua das pesquisas com a extensão" é uma das metas para garantir a implementação de uma educação sexual crítica e emancipatória nas escolas.

Como seres sexuais e particulares que somos, muitas vezes é difícil compreender a sexualidade do outro que destoa de nossas próprias convicções construídas sobre camadas de repressão, experiências pessoais e crenças particulares. E quando se trata de gerações diferentes, onde as mudanças ocorridas são significativas, um professor que foi educado segundo a lógica de uma sexualidade mais restrita pode apresentar maiores dificuldades em lidar com as novas configurações do sexo. Contudo, não podemos nos fechar em nossas próprias concepções e esquecer que nossa sociedade é formada por uma multiplicidade de indivíduos com suas próprias marcas e identidades. Olhar o outro como ele realmente é pode nos ajudar a abrir os olhos e perceber que nem tudo acontece como nos ensinaram que deveriam ser.

Outra história marcante ilustra a importância da Educação Sexual na escola foi trazida para a roda de conversa:

> "(...) tem a historia do abuso que é silencioso e a criança acaba não sabendo diferenciar o que é assedio do que é elogio. Eu sofri abuso quando eu era criança, com cinco anos, e eu me lembro de tudo. Não chegou a ser estupro porque meu pai chegou na hora e conseguiu impedir que a situação acontecesse. E eu me recordo depois de eu ficar me sentindo mal, me sentia dolorida, chorava para tomar banho. Eu me recordo dessas cenas, mas eu era criança. Na minha casa não se falou mais no assunto..."
>
> (Beatriz)

Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que, aproximadamente 7,4% das meninas e 3,3% dos meninos já sofreram algum tipo de abuso sexual (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005). No entanto, o número real é desconhecido, visto que muitas crianças não revelam o abuso, somente conseguindo falar sobre ele na idade adulta. A educação sexual, como um espaço de discussão, conscientização e ação, poderia abordar, desde a infância, as diferenças entre o carinho próprio de adultos com crianças e o carinho adequado de adultos entre si, diferenciando do que pode ser considerado inapropriado. Dessa maneira, talvez seja possível reduzir as situações de vulnerabilidade em todas as etapas da vida, não apenas na infância, mas também na idade adulta. Não queremos dar a impressão de que a escola possa concorrer solitária no combate à violência sexual, contudo há sim potencial para contribuir na

apropriação do corpo, nas relações que se faz com o outro e dos limites que caracterizam o respeito e as boas relações, minimizando as condições de fragilidade.

Chamou a atenção da roda de conversa que, imediatamente após o fato ocorrido, a participante, ainda criança, demonstrou diversos desconfortos. Esses sinais são como alertas que nos ajudam a compreender o que a criança muitas vezes não consegue verbalizar. Talvez pelo despreparo ou numa tentativa de fugir do ocorrido, a família optou por não discutir esse drama vivido na infância. Por vezes, podemos pensar que a criança esta fazendo birra ou sendo malcriada, porém devemos estar atentos ao que poderia estar significando algo mais complexo. Os adultos esperam que as coisas sejam sempre ditas, porém as crianças muitas vezes se comunicam de formas não verbais. E mesmo que a família da participante tenha decidido não tocar mais no assunto, a ferida e o desconforto não se esvaneceu.

> "(...) o meu pai e minha mãe, quando ficaram de frente a essa situação que eles não sabiam como lidar, eles simplesmente escondiam tudo que dizia respeito a sexo dentro da nossa casa. A minha mãe botava a gente para tomar banho e ela puxava assim a cortininha e ficava do lado de cá para nem ela ver a gente tomando banho. Ela começou a tratar a nossa sexualidade de uma forma muito fechada... (O abuso sexual) foi agressivo, mas muito agressivo foi a minha mãe e meu pai não abordarem isso comigo porque quando eu cheguei na escola no período que as meninas namoravam, com doze, treze anos, quando os meninos me paqueravam eu me retraia toda e não aceitava. Eu comecei a namorar um pouco mais tarde, eu tinha medo que os meninos tocassem em mim, tocassem no meu corpo, chegassem perto, trocar de roupa perto das outras pessoas...porque a minha mãe e meu pai fizeram isso. Só que na escola, eu também não recebi nada..."
>
> (Beatriz)

Segundo a LDB (BRASIL, 1996), a educação é dever da família e do Estado. Quando adentramos no âmbito da educação sexual, observam-se discursos efusivos no sentido de limitar a tutela exclusiva à família. Contudo, alguns pais não conseguem dialogar com seus filhos de forma aberta sobre o assunto ou podem tratar a sexualidade de forma tão cerceadora que cria concepções traumáticas em relação ao sexo. O caso descrito pela professora ilustra, mais uma vez, a importância da Educação Sexual na escola.

Conforme crescia, a ferida foi se aprofundando, reverberando em sua vida social e afetiva. Foi colocado várias vezes na roda que talvez, se a escola tivesse olhado para essas questões desde cedo, a superação desse episódio pudesse ser mais harmoniosa. Para os participantes, o silêncio é a pior solução para o problema, porém é frequentemente a escolha mais comum para o enfrentamento de situações delicadas como a de um abuso sexual. Afirmavam ainda que, por mais doloroso que fosse, é necessário encarar com coragem,

responsabilidade e carinho. É preciso cuidar para que não venha a ser uma ferida crônica. Reprimir não alivia a dor, como exposto na roda de conversa.

A participante também chama a atenção para a inércia da escola, que nada fez para que ela pudesse entender que aqueles sentimentos de retração e desconforto com a figura masculina não era normal. No dia a dia escolar, poucos professores teriam a perspicácia para visualizar esse problema de socialização. Ou mesmo a própria Beatriz poderia não se sentir à vontade para expor sua condição. No entanto, numa aula com a temática de sexualidade e afeto poderia despertar a curiosidade em entender o porquê desse desconforto da participante e levá-la a buscar auxílio especializado. Talvez a própria escola pudesse fazer esse encaminhamento. É uma das possibilidades que a roda de conversa vislumbrou para que histórias como a de Beatriz não fique sem respostas.

> "(...) nós nos mudamos no ano seguinte, para uma cidade chamada Guaíra, no Paraná, e meu pai, que ele queria colocar a gente muito guardado, ele fez a gentileza de colocar a gente numa escola de freira. Foi expulsão porque, na época eu me lembro que eu fiquei com comportamento muito agressivo porque eu não queria a aproximação das pessoas. E a gente acabou mesmo com a professora pedindo pra ele encontrar uma outra escola, que o formato de ensino ali não seria proveitoso pra gente..."
>
> (Beatriz)

A fala apresenta um pai que toma atitudes em que as consequências não ajudam para superação do episódio. Ao contrário, o que foi estabelecido, gerou um sentimento de revolta e agressividade no sujeito depoente, culminando com problemas de socialização.

A literatura aponta que crianças e jovens vítimas de abuso sexual costumam apresentar sintomas como transtorno de ansiedade, sintomas depressivos e agressivos, distúrbios alimentares, além de prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais como, por exemplo, medo, perda de interesse pelos estudos e pelas brincadeiras, dificuldades de se ajustar, isolamento social, déficit de linguagem e de aprendizagem, fugas de casa, ideias suicidas e homicidas, automutilação e agressividade (BRIERE E ELLIOTT, 2003; COHEN, MANNARINO E ROGAL, 2001; DUARTE E ARBOLEDA, 2004; HABIGZANG E CAMINHA, 2004; RUNYON E KENNY, 2002). Vemos esses sintomas culminar no depoimento do sujeito da roda de conversa, quando Beatriz fala "foi expulsão porque, na época eu me lembro que eu fiquei com comportamento muito agressivo porque eu não queria a aproximação das pessoas".

É dessa forma que o isolamento se faz constante na vida das vítimas de abuso sexual. Se por um lado, sofreram com invasivas com a violência praticada, por outro sofrem pelo afastamento, silêncio, incompreensões e julgamentos avessos da sociedade. Tal fato merece um debruçar que repense essa questão, pois ela influencia, diretamente, a vida dos sujeitos que poderão levar essa marca e talvez, nunca se desfaçam dela. Por isso, diálogo e compreensão devem configurar atos de aproximação, alteridade e respeito pelas dores e feridas dos outro (ADED et. al., 2006; HORONOR, 2002; ZAVASCHI, et. al., 2002; WHIFFEN e MACINTOSH, 2005; PASSARELA, MENDES e MARIL, 2010; GERKI et al., 2005; CRISMAN et. al., 2004).

O depoimento de Beatriz nos remete ao que Santos e Dell'Aglio (2010) assinalaram acerca da criança abusada sexualmente. Para os autores, essa poderá carregar tal trauma por toda a vida, no entanto, somente buscará o auxílio especializado tempos depois, quando os efeitos emocionais e psicológicos se tornarem mais críticos. Na maioria das vezes, a vítima não terá uma situação propícia para a sua denúncia num primeiro momento, causando, portanto, maior tempo de exposição à violência e agravamento psicopatológico do caso, o que vimos ser expresso no caso acima. Ainda segundo esses autores, a figura masculina é percebida como ameaçadora, segundo a ótica da criança que sofreu abuso sexual. Tal percepção pode se generalizar, comprometendo o estabelecimento de um vínculo adequado de confiança e segurança com figuras do sexo masculino, o que resvalará para o isolamento, timidez, falta de entrosamento, insociabilidade, ansiedades e tantos outros sintomas que deprimem o sujeito de si e da sociedade a qual participa e vive. (SERAFIM *et al.*, 2011).

É importante ambientar esse depoimento que, durante a roda de conversa, deixou a todos surpresos com a coragem de expor um episódio tão delicado na vida da participante. Um silêncio reverente foi criado para ouvir, com muita atenção, à experiência de vida daquela mulher que, em diversos momentos, se emocionou, provocando reações semelhantes em outros participantes. Criou-se um ambiente de compaixão e solidariedade, fortalecendo a voz da participante enquanto contava os detalhes de sua história. Apesar de os participantes não se conhecerem, a narrativa forte contribuiu para a empatia entre todos do grupo e abriu espaço a relatos igualmente marcantes. Outras participantes também assinalaram ter sofrido abuso sexual, reforçando o quanto este evento é comum na vida das mulheres. Após a exposição, a participante agradeceu pela escuta e, segunda a própria, sentia-se mais fortalecida após discutir isso com outras pessoas e falar em voz alta o que sentia ao longo dos anos que ficara em silêncio. Assim poderia ser feito na escola, por meio da educação sexual, ao se abrir para a

fala dos alunos que tanto têm necessidade de expor seu cotidiano. A participante relata não ter obtido ajuda da escola que frequentava. Talvez tudo poderia ter sido diferente caso ela encontrasse um ambiente propício ao diálogo e à troca.

Continuando a narrativa e tentando explorá-la mais nesse contexto, a fala a seguir nos dará mais pistas para perceber essa dada realidade vivida por muitos sujeitos sociais.

> "(...) nesse assunto aqui de abuso, tem o medo do que a sociedade vai dizer. Porque geralmente quem foi abusado, a primeira coisa que (dizem é) "mas você queria!", "mas você facilitou", ai a própria pessoa também se pergunta "será que eu gostei, será que eu não gostei, será que eu facilitei, será que eu quis?"Então pra mim esse medo de se expor e se colocar vulnerável tem o próprio medo de ser julgada. O maior medo é do outro...o olhar do outro. E o medo de si próprio. Você se pergunta "pera aí, e se...e se... e se eu tiver facilitado?" Eu também já ouvi muitas pessoas e tem isso. O medo do outro e o medo de si mesmo..."
>
> (Cristiane)

Vemos na fala da nossa participante ser expressa a culpabilização. É a vítima culpando-se do seu algoz. Vimos no depoimento que muitas desistem de denunciar por medo do que a sociedade irá pensar. O medo de ser vista com maus olhos pode gerar um sentimento de humilhação, fazendo com que casos de abuso sexual não venham à tona, anistiando o abusador que se sente livre e seguro para repetir o ato com outras vítimas. O anonimato ocasionado por via do medo o protege para realização dos seus abusos. Ele conta com isso para perpetuar seu ato.

Neste caso, podemos pensar no que Costa *et al*. (2009), dissertou do medo. Dessa forma especifica que além do medo, o sentimento de tristeza, vergonha, angústia se tornam presentes. Há um sentimento de falta de proteção e apoio, preocupação, dor e aflição. Esses são os mais comuns em vítimas de abuso sexual e sua família.

Sinclair e Martínez (2006), apontam, também, para a existência de uma vitimização secundária, que se configura no sofrimento das mães (e de outras pessoas) que carregam sentimento de culpa e sentimento de responsabilidade diante dos acontecimentos abusivos. Portanto, o abusador conta com o silêncio de sua vitima sob vários aspectos voltados ao medo de rompimento dos laços e do sofrimento causado a outrem.

O medo, a opressão, os comentários e a acusação às vítimas se constituem nas possíveis consequências elencadas como justificativas para o silêncio e as não denúncias por parte das famílias, principalmente quando este ocorre intrafamiliar (COSTA, 2009). Contudo, o apoio promovido à família, tanto à vítima do abuso quanto aos pais, tem sido mencionado

como um mediador das consequências negativas frente ao abuso sexual, como ferramenta de denúncia e como inibidor dessa violência (STEEL *et al*, 2004).

Diante de um quadro grave como o de um abuso sexual, acentuado sua gravidade quando ocorre na infância, em que a criança está em pleno desenvolvimento físico, mental e psicológico, a escola não deveria se omitir, sob o risco de comprometer o crescimento saudável do(a) infante. Uma rede de proteção à infância não pode se estabelecer apenas por meio de leis e estatutos. Devemos agir no sentido da prevenção, pensar para além da punição, pois para quem foi vítima de abuso sexual, as feridas permanecem e demoram a cicatrizar, como apresentado pelos autores citados e através do depoimento na roda de conversa. A educação sexual voltada para a infância poderá dar o suporte para que a criança seja capaz de identificar as situações de risco e se proteger da ameaça. Podemos, também, pensar em ações que tenham como público-alvo os pais ou responsáveis, criando um ambiente de acolhimento que poderá se configurar numa relação de confiança entre escola e família.

Outro depoimento marcante foi trazido pela participante mais jovem. Uma estudante do último ano do ensino médio. Sendo homossexual, ela contou como foi difícil o processo de aceitação por si própria e por parte da família, em especial sua mãe.

> "(...) Quando eu me assumi para a minha mãe, ela não aceitou muito. Teve a as perguntas e as desavenças, mas é aquela coisa de família. Mas eu cresci numa família que me acolheu sem saber o que eu era. Então foi um choque. Poxa, ontem minha mãe estava me abraçando, mas hoje está me batendo. E ainda tem as falas da rua. Ah, você é isso (gay), mas você já foi à igreja? Você já namorou um menino? Então. Essas coisas, as pessoas acham que não machuca, mas machuca. E ainda falam "nossa, você é tão bonita pra ser isso!..."
>
> (Daniele)

Na fala da participante, podemos perceber os conflitos vividos ao assumir sua sexualidade. Como uma jovem que, desde cedo, já identificava sua identidade homossexual, o passo seguinte foi a comunicação aos familiares próximos. O depoimento conta o apoio que a menina sempre recebeu da família e, por isso, a surpresa ao assumir sua sexualidade e ver todo aquele apoio desaparecer. Conflitos com sua mãe, que não a aceitou, abalaram a relação das duas.

O apoio familiar é muito importante para a superação de dificuldades. Jovens homossexuais precisam lidar com preconceitos, discriminações e incompreensões de grande parte da sociedade (PALMA E LEVANDOWSKI, 2008). Nesse sentido, a falta de carinho e apoio familiar torna esse processo de lidar com a própria sexualidade muito mais difícil e

turbulento. Muitas vezes, a felicidade por assumir sua sexualidade se torna frustração por conta do abandono familiar. Em alguns casos, a família não só deixa de apoiar o jovem gay como também pode contribuir para a violência e preconceito. Daí advém comportamentos de automutilação e pensamentos suicidas que podem, em casos extremos, se traduzirem em ações concretas para pôr fim à própria vida.

> "(...)Eu me assumi quando eu tinha 12 anos. Como uma menina de 12 anos fala isso pra mãe? Depois de quatro anos tentando conseguir o respeito da minha mãe e a aceitação, (...) eu tinha 16 anos, eu falei "mãe, eu não mudei. Eu ainda sou gay".(...) Ela olhou nos meus olhos disse: eu não te aceito, mas eu te respeito. E aquilo foi o ápice para mim. Mudou tudo. É diferente porque sem o amor da minha mãe, eu pensava em suicídio, eu pensava no fim, eu falei: porque eu to aqui? Eu sou um fardo para minha família. Mas depois que minha mãe disse aquilo, eu comecei a ver meu futuro... Eu sou gente. Eu estou sendo gente que eu mereço ser. Os homossexuais merecem ser (gente)..."
>
> (Daniele)

Sua fala trouxe à tona um aspecto que não havia sido pensado antes da realização da roda de conversa: o suicídio. Vários autores apontam a ideação suicida como consequência após a vitimização homofóbica (BIRKETT et al., 2009; BONTEMPO e D'AUGELLI, 2002; FAULKNER e CRANSTON, 1998; HERSHBERGER e D'AUGELLI, 1995; RIVERS, 2001, 2004; RUSSELL, 2011; RUSSELL et al., 2011 *apud* ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015). A ausência de suporte familiar para lidar com uma carga emocional elevada advinda de preconceitos, agressões físicas e morais e discriminação no ambiente escolar pode fazer surgir, em alguns indivíduos, os ideais suicidas. Um retrato infeliz da nossa herança cultural e de uma sociedade que vê a homossexualidade como maldição. Foi apontado, na roda de conversa, que muitos encaram o suicídio como um ato de covardia ou fraqueza. Também foi dito que poderia ser um ato de coragem daquele que se vê sem saída para seu sofrimento. O que foi consenso, porém, é que a falta de suporte psicológico, a ausência de apoio familiar e alguns fatores fisiológicos internos poderiam se somar na produção do suicídio. A escola deve se manter sempre alerta aos sinais que adolescentes e jovens dão no dia a dia indicando uma possível fragilidade emocional.

Segundo Teixeira-Filho e Rondini (2012) a adolescência é um período em que o indivíduo se torna mais susceptível a conflitos emocionais. À medida que se dá o desenvolvimento e amadurecimento biológico e psicológico, ele/ela depara-se com as primeiras pressões sociais que, articuladas à realidade emocional dos envolvidos, podem

contribuir para alterações de comportamento e surgimento de quadros depressivos, os quais, se não forem superados, correm risco de desembocar em ideações e tentativas de suicídio.

Diversos estudos concluíram que a tentativa de suicídios e idéias suicidas em homossexuais pode ser até três vezes maior que em indivíduos heterossexuais, sendo a adolescência o período mais crítico (RAMAFEDI, 1994; SAVIN, 1996; PAUL-GIBSON, 1989; GAROFALO *et al*, 1998; TAMAM *et al*, 2001; D'AUGELLI *et al*, 2002; HERRELL *et al*, 1999 *apud* TEIXEIRA-FILHO E RONDINI, 2012). A prevalência de suicídios em adolescentes não heterossexuais está relacionada à desesperança e negação interna da sexualidade, que costumam ser reforçadas pela sociedade heteronormativa em que vivemos (OLIVEIRA, 1998). É necessário viver o luto pela identidade heterossexual antes de viver e aceitar a sua própria identidade sexual. Para alguns jovens, esse processo pode ocorrer de forma abrupta, ou de maneira muito lenta ou ainda nem ocorrer, tornando-o frustrado em relação à sua vida sexual.

Apesar de, hoje em dia, haver maior flexibilização em relação aos papeis desempenhados pelos gêneros, a adolescência para jovens que não se alinham ao padrão heterossexual naturalizado ainda permanece marcada por conflitos. O(a) adolescente homossexual sabe que sua sexualidade diferente da de seus colegas pode ser fator de não aceitação por seu grupo de amigos, familiares e sociedade em geral. A homossexualidade é negativamente tratada, em programas humorísticos, novelas, filmes e na escola (LOURO, 1997; CLAUZARD, 2002; NASCIMENTO, 2004) e contribui paras posturas e sentimentos negativos a respeito de si mesmo, que, como estudou Hardin (2000), nascem das mensagens negativas amplamente divulgadas pela sociedade em torno da homossexualidade, resultando numa introjeção dessa homofobia. Todos esses fatores tornam a pessoa não heterossexual mais vulnerável a apresentar determinados comportamentos de risco, que, em geral, são comuns na adolescência.

A educação sexual poderia contribuir para desmistificação da homossexualidade e de seu caráter pejorativo que ainda é reproduzido na sociedade. Além de auxiliar o(a) jovem homossexual na auto-aceitação e na superação pela heterossexualidade perdida, poderia contribuir na construção de cidadãos que valorizam outras formas de representação da sexualidade. Como a participante diz em sua fala, "os homossexuais são gente e merecem ser gente". São pessoas como todas as outras e não cidadãos de segunda classe. Abolir concepções preconceituosas e construídas sobre bases da segregação e superioridade

heteronormativa são pontos importantíssimos dentro da fala e da voz dessa participante que convergem para o avanço de uma sociedade mais justa e igualitária.

O depoimento levantou reações de apoio à Daniele. Muitos demonstraram surpresa por, desde muito cedo, a participante ter a convicção de sua orientação sexual. Houve algo como um acolhimento maternal, talvez para tentar mostrar o apoio que sua mãe demorou tanto para conceder. E também para deixar claro que há muita gente interessada nas questões dos homossexuais, na luta contra o preconceito e contra a discriminação.

Mais uma declaração que destacamos é o de uma assistente social que, mesmo com as questões colocadas por seu princípio de religião ortodoxa e heteronormativa, demonstrou ter um pensamento de vanguarda em relação às questões sexuais. Na fala da participante "Elisa" ficou claro que mesmo que as igrejas evangélicas, tenham adotado um discurso de uma sexualidade restritiva, com propósitos exclusivamente reprodutivos e binaridade do gênero, há pessoas, como ela, que estão dentro da "fé" se colocando de forma crítica a determinados assuntos. A participante parece ter repensado a concepção adotada em sua igreja, demonstrando propriedade crítica, ao falar sobre o assunto.

> "(...) sou assistente social... Tenho trabalhado com um grupo de 80 mulheres e que verdadeiramente tem esses assuntos em pauta. No meio onde eu vivo, eu sou cristã, eu vejo que há um preconceito em que a gente se coloca enquanto dono da verdade, a gente condiciona as pessoas a sofrerem, não só mães como pais, pessoas que não entendem a sexualidade. A minha fé é minha fé, entretanto o individuo, quando ama eu tenho que respeitar a escolha dele. Eu não posso julgar as pessoas que não são (heterossexuais). A gente vem de gerações que não entende, que não compreende, mas a gente precisa buscar conhecimento. Se eu fosse ficar com a mente fechada na minha caixinha achando que é tudo aquilo que minha mãe me ensinou e que a sociedade me passou, eu estava com a mente fechada, com meus olhos vendados. Mas quando eu vou para o campo em que eu vejo, a máscara cai. A gente vê as pessoas sofrendo, pessoas que precisam ser acolhidas com maior valor, não interessa o que ela escolheu. Interessa que ela, enquanto ser humano, enquanto indivíduo ou jovem que às vezes eu encontro, eu tenho que amá-lo. Ouvir e me colocar no lugar dele. A minha fé não tem nada a ver. O que ele pratica não tem nada a ver. Na Igreja ainda há um preconceito muito grande. Vai orar, vai fazer isso e vai resolver. Não é assim..."
>
> (Elisa)

Como lidar com esse conflito enquanto pessoa que circula pelos dois territórios? Há de se fazer uma escolha ou podemos filtrar o que é positivo nas duas esferas? Ao admitir os preconceitos e visões anacrônicas presentes no ambiente que congrega sua fé, a participante lança uma crítica àqueles que se fecham nas suas ideologias e não buscam compreender o

outro na realidade que se apresenta. Talvez, em função de sua profissão como assistente social, sua visão em torno da sexualidade tenha se alargado de forma a buscar a melhor maneira de alcançar seu público-alvo e exercer sua função com respeito às diferenças.

Há, no entanto, certa confusão em relação ao processo da não heterossexualidade. Na sua fala, Elisa diz "entretanto o individuo, quando ama eu tenho que respeitar a escolha dele. (...) A gente vê as pessoas sofrendo, pessoas que precisam ser acolhidas com maior valor, não interessa o que ela escolheu". Nessas duas ocasiões, a participante se dirige à homossexualidade como escolha. Essa concepção tem origem no antigo termo "opção sexual", que ainda é muito utilizado na igreja para se referir aos indivíduos que se declaram gays. Ao se referir à homossexualidade como escolha, justifica-se o distanciamento e segregação daqueles que optaram, por livre e espontânea vontade, viver a sexualidade de forma incompatível com o padrão ou com o "determinado por Deus". No entanto, assim como apresentado em seções anteriores desta dissertação, vários teóricos já discutiram essa nomenclatura e é consenso dizer que tratar a homossexualidade como opção é um equívoco, uma vez que ninguém escolhe ser heterossexual ou homossexual. Por isso, o termo correto a ser utilizado para designar as preferências afetivas é "orientação sexual".

Não há um momento na vida da pessoa em que se faz a escolha pela heterossexualidade ou homossexualidade. Visto que o (a) homossexual sofre com preconceitos, discriminação, ameaças e falta de direitos na sociedade brasileira (e em muitos países a situação é ainda pior), ninguém em sã consciência optaria por viver sua sexualidade dessa maneira. Contudo há sim uma opção a se fazer: a de viver a própria sexualidade de forma plena e buscar a felicidade afetiva independente do que sociedade possa pensar, ou ceder, se esconder e, talvez, ser frustrado nos seus afetos e na sua sexualidade. Ou seja, a única opção que existe é sair ou não do armário.

Elisa também menciona que, em sua opinião, a Igreja muitas vezes se declara como donas da verdade e não estão abertas ao diálogo. A sexualidade é um dos pontos em que há mais atrito entre ciência e religião. Enquanto o discurso científico admite várias formas de representação do gênero e das formas de viver a sexualidade, a religião só admite uma única forma: homem ou mulher heterossexual. Algumas denominações, como as pentecostais e neopentecostais, o discurso e a prática são tão radicais que até mesmo homens e mulheres ficam separados no espaço físico do templo. E muitas pessoas aceitam esse discurso sem refletir no dano que ele representa ao respeito e afetividade com o ser humano. A própria participante admite que essa visão de sexualidade praticada pela igreja traz sofrimento a

muitas famílias. Tanto a pessoa que sofre por ser homossexual e não contar com o apoio da família e amigos, quanto à família em que ter um homossexual dentro do seu lar representa uma deshonra das mais graves.

No entanto, Elisa parece ter superado essa visão restritiva e se mostra propensa ao diálogo e às novas representações da sexualidade. O amor, tão exaltado na religião, é a grande receita para tratar o ser humano, independente de gênero ou orientação sexual. A fala da participante evidencia que esse é o caminho escolhido por ela para tratar as questões de sexualidade.

A continuação de sua fala elucida um pouco mais sobre suas concepções.

> "(...) eu falo muito com famílias, eu falo muito com homens sobre sexualidade. Vocês, muitas vezes, são enrustidos. Muitas vezes nós não somos felizes na nossa sexualidade e ai a gente quer colocar regras e ficar falando do outro. Porque quando eu sou feliz na minha sexualidade, cara, eu não vou me meter na vida do outro. Se ele ta feliz assim, problema dele, legal! Bacana! E muitas das vezes o que a gente vê nessa questão da sexualidade é que nós não entendemos e devido ao nosso ensinamento, nós fazemos sexo errado. Então nós não somos felizes e a gente não entende isso a gente quer prejulgar o outro e condenar o outro..."
>
> (Elisa)

A fala da participante está impregnada de sentidos que nos remetem às questões norteadoras da Educação Sexual, tais como a felicidade das relações humanas, o respeito às individualidades e a valorização das diferenças. Podemos observar que dentro de sua prática profissional, a participante tem buscado superar os tabus construídos socialmente.

Segundo Foucault (1984) a sexualidade constitui um dispositivo no qual o saber-poder atua sobre os corpos visando o controle dos indivíduos e das populações ao produzir normatizações e modos de vida. O controle do sexo definiu o que seriam as boas práticas, ditas normais (heteronormativo, monogâmico, dentro do matrimônio e para reprodução) das outras práticas, ditas anormais. Portanto, a imposição de regras apontada pela participante se insere no contexto do controle da sexualidade exercido desde a infância, reverberando nas práticas sexuais do indivíduo adulto, conduzindo a rejeição da sexualidade alheia à norma.

O que a participante chama de "enrustidos" se relaciona com que Hardin (2000) chamou de homofobia introjetada. Muitas pessoas se tornam avessas aos homossexuais por medo de elas próprias serem homossexuais ou de que os outros pensem que o são. De acordo com Borrillo (2010, p. 30-31), a homofobia está interligada com o sexismo e o

heterossexismo, pois enquanto o sexismo implica “tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto à hierarquização das sexualidades”; o heterossexismo tem por objetivo o de instituir uma “hierarquia das sexualidades”, na qual a heterossexualidade se estabelece como a norma padrão a partir da qual se analisam as outras sexualidades, que passam a ser qualificadas como “incompletas, acidentais e perversas” e, ainda, “patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização”. Assim, pode-se dizer que na lógica (hetero)sexista “a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual”. E este é o discurso oficial da Igreja que ainda hoje se reproduz com mais veemência, numa tentativa de interromper as discussões em torno da sexualidade e retornar aos padrões restritos de heteronormatividade.

Para Louro (1999b), a homofobia não só é permitida como muitas vezes é ensinada na escola. Ela é expressa pelo desprezo, pelo afastamento e pela imposição do ridículo, como se homossexualidade fosse algo pejorativo e “contagioso”: A simples aproximação a um/uma homossexual poderia ser interpretada como adesão à homossexualidade. O resultado se traduz no que Peter McLaren chamou de apartheid sexual (apud LOURO, 2000).

Não podemos permitir a reprodução de estereótipos ou concepções que ofendam a dignidade da pessoa humana. A importância da Educação Sexual se reafirma no compromisso de pôr fim ao sofrimento de alunos que se identificam como não heterossexuais. A roda de conversa se mostrou unânime na conclusão de que somente através da educação seremos capazes de superar conceitos que classifica, divide, segrega, penaliza e impõe sentimentos de amargura e solidão com base numa condição intrínseca do indivíduo, como é orientação sexual. Devemos ser ativos na vigilância e interrupção de comportamentos homofóbicos em sala de aula. Homofobia não é brincadeira, não é zoação, não é curtição com a cara do outro. Homofobia é um comportamento degradante e vergonhoso, que coloca o Brasil como o país que mais mata homossexuais no mundo (BORTONI, 2018). No entanto, ainda não é crime.

Superar conceitos e preconceitos é adentrar ao desconhecido. É superar os limites do nosso pensamento e da nossa zona de conforto em prol de outras possibilidades de amar, de conhecer e de respeitar. E por isso Elisa foi parabenizada durante a roda de conversa por todos os participantes. Apesar de estar num contexto em que a sexualidade ainda é vista de forma restritiva e padronizada, ela foi capaz de superar a visão religiosa para melhor encarar os desafios de sua vida profissional. A busca de novos conhecimentos fora de sua zona de

conforto fez com que Elisa pudesse ver a realidade de forma mais complexa, retirando a venda que estava em seus olhos.

Outra história marcante evidenciou um comportamento cada vez mais comum nos jovens e o despreparo da escola frente a esse tema.

> "(...) a minha irmã tem 11 anos. Ela está atualmente no sexto ano, que equivale à quinta série. A turma dela tem mais ou menos a mesma idade. Acho que a menina mais velha tem 12 anos. Outro dia minha irmã chegou em casa e contou pra mim a seguinte historia: "irmã, senta aqui pra eu contar pra você uma coisa". Quando ela fala assim eu já sei que ela vai contar um problema muito grande porque ela me procura e não procura a minha mãe. Sentei com ela. Ai ela falou "olha, eu quero pedir uma opinião pra você, mas eu não quero que você julgue ninguém, só quero que você escute". "Ta bom, pode falar". "Eu tenho uma coleguinha que ela fez uma coisa que eu acho meio errado. Mas depois aconteceu uma coisa pior com ela e ai eu estou do lado dela, mas ninguém entende porque eu estou do lado dela". Que a coleguinha dela fez? A coleguinha tem doze anos. Tem um menino na turma que ela gosta e ele sempre conversavam pelo whatsapp e um dia o menino falou pra ela e disse assim: me manda um nude. E ela mandou. E ele publicou na internet. Eles tem doze anos, só pra lembrar. Eles são menores de idade. Nenhum dos dois irão responder por isso. Quem vai responder são os pais. Já está rolando processo. Está feia a situação..."
>
> (Fabiana)

Texto chama atenção para um comportamento cada vez mais comum entre os jovens: o *sexting*. Formado pelas palavras inglesas *sex* (sexo) e *texting (*traduzido livremente como conversas por mensagens via aparelho celular), o nome vem definir as trocas de mensagens, fotos e vídeos com conteúdo sexuais, podendo conter nudez com intuito de provocar sexualmente o (a) parceiro (a) (LENHART, 2009; AGUSTINAS, GOMEZ-DURAN, 2012; BARROS, 2014).

Para os nativos tecnológicos, a facilidade de acesso à rede mundial de computadores aliada a facilidade do registro fotográfico, têm provocado uma relação de instanteneidade do presente e da expressão do sujeito com outros indivíduos. Segundo Cordova e Jesus (2015), as mudanças sociais e tecnológicas modificaram as relações entre os sujeitos e as fotografias, assim como o conceito de privacidade. Sendo a sexualidade uma das identidades de maior expressão, podemos dizer que a tecnologia também tem afetado o modo como as relações são construídas. O compartilhamento de mensagens, imagens eróticas e vídeos por meio do celular e outras plataformas emerge como uma nova possibilidade de vivenciar experiências e intimidades com o (a) parceiro (a). O namoro virtual é, na contemporaneidade, uma nova forma de relacionamento.

É fundamental entender o papel dos aparelhos celulares na vida sexual de adolescentes e jovens adultos, uma vez que a comunicação por mensagens de texto ocupa um papel de destaque nesse processo (LENHART, 2009). O autor diz ainda que jovens mais dependentes do celular são os mais prováveis de enviar ou receber imagens e mensagens sexualmente sugestivas. A dinâmica do *sexting* varia. Pode fazer parte do cotidiano de um casal, pode ser uma preparação para aqueles que ainda estão se descobrindo e ainda não tiveram sua primeira relação sexual ou ainda como uma forma de aproximação e sedução de um (a) parceiro (a) sexual (LEAL et al, 2017).

Nos dias atuais, em que selfies são instantaneamente compartilhadas, as fronteiras entre a vida pública e privada se tornam imprecisas. Segundo Thompson (2011) o público pode ser definido como aquilo que tem como objetivo original ser visível e observável por todos, aberto aos vários olhares, enquanto o privado tem como objetivo manter-se reservado ou escondido dos outros, sendo executado em segredo ou com o conhecimento de poucas pessoas. Ainda que imagens eróticas sejam compartilhadas diretamente a alguém por meio da internet, o objetivo principal é a manutenção do caráter privado. A exposição do conteúdo do *sexting* fora do contexto original é considerada uma violação dos direitos individuais, prevista em várias leis e, como no caso mencionado na roda de conversa tratar-se de uma criança, há ainda a proteção do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

De acordo com a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe do ECA, a criança é definida como pessoa até doze anos de idade incompletos e o adolescente entre doze e dezoito anos. O artigo 17 da referida lei prevê o direito "(...) a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais" (BRASIL, lei 8.069/1990, art. 17, p. 3). Há ainda a lei 11.829 de 2008, que aprimora o combate à produção, à venda e à distribuição de pornografia infantil, bem como criminaliza a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

A exposição da imagem por meio da internet é algo que acontece com certa frequência e motivou a criação de leis específicas como a 12.737/2012 também chamada de Lei Carolina Dieckmann. Muitos adolescentes parecem não se dar conta da fragilidade da segurança de dados online, tornando o *sexting* um comportamento que tem aumentado entre esse grupo, principalmente entre aqueles que demonstram maior dependência à tecnologia. Há um alerta a ser feito quanto às novas formas de relacionamento nesse mundo virtual, pois muitos jovens desconhecem os perigos e os impactos que uma declaração equivocada ou uma imagem

indevidamente compartilhada podem ter na vida real. Porém há formas de proteção para casos que extrapolam os limites do bom senso. O caso ilustrado na roda de conversa é um exemplo de como a inocência e imaturidade podem ultrapassar o bom senso e convergir para um problema muito grave, com reflexos jurídicos. A continuação do depoimento esclarece um pouco da conduta das pessoas em volta.

> "(...) E a escola chamou única e exclusivamente os pais dela. Porque pra escola, ela esta errada, ela é mulher e mulher não deve mostrar o corpo. Ele pediu, ele recebeu e publicou. E ela é a errada. E aí todo mundo, inclusive as coleguinhas dela, ficaram contra ela. Chamaram ela de piranha, de vagabunda, de coisas tenebrosas que eu realmente fiquei...eu não tinha idéia que eles já tinha noção dessas coisas. E eu tenho bastante contato com a minha irmã. E ainda assim eu fiquei chocada. E quando a minha irmã se posicionou a favor dela, todo mundo começou a associar a imagem ruim que tinha da menina à minha irmã. Então você está apoiando ela porque você faz a mesma coisa, você é igual. Devem conversar com você, te pedir e você faz a mesma coisa. Ninguém entende que ela esta apoiando a menina não por que ela acha que está certo, ela ser uma criança e ter essa atitude, mas porque ela é a vitima. Foi a imagem dela que foi parar na internet. E ninguém aceitou. Nem a minha mãe. A minha mãe está contra minha irmã. Ela acha que a minha irmã está errada. Que a minha irmã tinha que ficar contra a menina também e a menina está errada, mas o garoto ninguém fala.[...] Porque a mulher continua sendo o problema..."
>
> (Fabiana)

Um estudo de Leal (LEAL et al, 2017) com alunos do ensino fundamental e seus pais evidenciou que, na opinião da maioria dos participantes, a vítima era culpada por ter sua imagem vazada. O próprio termo "vítima" para quem foi exposto foi contestado. Para os adolescentes, quem envia suas fotos pela internet sabe das consequências e, por isso, contribui de alguma forma para ter sua imagem divulgada. Lenhart (2009) apontou que os adolescentes consideram as imagens oriundas de *sexting* como inapropriadas, em especial quando se trata de meninas e, por isso, julgam aquelas que são exibidas nelas.

A culpabilização da vítima, em especial da mulher, não surge como uma surpresa e apenas reflete a assimetria das relações de poder entre os gêneros. Tradicionalmente, às mulheres, cabe o papel da castidade até a idade adulta, reservadas apenas aos seus maridos. Pensar na sexualidade feminina fora de um relacionamento heterossexual monogâmico e estável ainda é visto como uma transgressão, uma imoralidade. Já os homens, a sua masculinidade é posta à prova se ele não iniciar sua vida sexual precocemente, de preferência com várias parceiras diferentes (TAQUETTE, 2008). Essa assimetria das relações entre os gêneros se evidencia ainda mais na vivência da sexualidade.

A escola, como um ambiente de formação de cidadãos, não apenas como um local de transmissão de saberes científicos historicamente acumulados, deve se preparar e pensar com muita cautela na reação às situações adversas como a apresentada na roda de conversa. Do ponto de vista legal, vimos a existência de leis que asseguram a preservação da imagem da menor exposta. Contudo, a escola parece ignorar o julgamento moral que se faz numa situação dessas. Ao convocar apenas a família da menina, a mensagem que fica é a de que a aluna foi responsável pela exposição indevida, enquanto o menino apenas reagiu como era esperado para um homem. Infelizmente, condutas como essa apenas reforçam os estereótipos de gênero e causa uma dupla dor, a de ter sua intimidade exposta e do julgamento moral equivocado.

> "(...) Quando a coordenadora do colégio sentou pra conversar com a menina, os pais da menina, [...] e ela falou "Ah, mas ela está errada. Com certeza ela induziu ele a isso". E eu fico pensando, como um profissional que passou anos estudando pra isso? Ela chega e fala isso, e pra crianças que estão em formação, são pessoas que vão absorver absolutamente tudo..."
>
> (Fabiana)

Mais uma vez fica evidente a posição da escola por meio da coordenadora. A culpa da vítima está posta enquanto o aluno que divulgou a imagem íntima da menina torna-se o seduzido, agindo de forma passiva perante o ocorrido. A participante então questiona a formação da profissional envolvida na história. De fato, muitos profissionais não se sentem capacitados para enfrentar desafios como esses que envolvem a sexualidade. Por esse motivo é que cursos de formação inicial e continuada devem abordar a temática com urgência, pois fica cada vez mais em evidente que o despreparo pode, frequentemente, levar a atitudes inadequadas na solução dos conflitos.

Sayão (1997) chama atenção de que, muitas vezes, os educadores e todo o corpo escolar são visto como modelos em seus atos, coletivos ou individuais. Contudo, não podemos esquecer que a escola é feita de pessoas que foram criadas e estão vivendo sob as mesmas influências da sociedade. Ou seja, por mais que os profissionais no corpo escolar tenham se preparado para desempenhar suas funções no âmbito escolar, quando vêm à tona temas de sensível repercussão, como é a sexualidade, pode haver insegurança em relação aos novos conhecimentos e, consequentemente, recorrer aos conceitos restritivos e estereotipados aprendidos ao longo da vivência em coletividade. É necessário estar alerta para que possamos nos desnudar dos interditos, das doutrinas e dos preconceitos. Despir-se das velhas

concepções de sexualidade, arraigadas tão profundamente em nosso sobconsciente, não é tarefa simples, nem tampouco sereno e muito menos estável. É um processo diário, um exercício de reflexão contínuo que não devemos nunca abandonar.

A *sexting* pode ser descrita como o exercício da sexualidade modificado pelas novas tecnologias. Não podemos deixar de informar aos jovens sobre o alcance e a falta de controle sobre vídeos e imagens compartilhadas na web. A aquisição de uma consciência em torno da sexualidade deve ser multidisciplinar e, portanto, ampla, de forma que as várias maneiras de expressar a sexualidade na contemporaneidade sejam racionais, inteligentes e responsáveis.

Este foi um depoimento que deixou muitos incomodados com a atitude das pessoas envolvidas. Como uma menina tão jovem já se vê julgada e castigada por ter uma única atitude irresponsável, ou talvez até ingênua. Como as pessoas podem ser tão cruéis e não mostrar o mínimo de compaixão? Como pode a culpa resvalar totalmente sobre a menina enquanto o menino sai ileso, talvez até como vítima? Como pode as responsáveis pela escola tratar o caso com tamanha frieza e insensibilidade? São perguntas que povoaram a roda de conversa e que nos fazem refletir sobre em que podemos melhorar, sobre onde será que erramos para produzir comportamentos tão incompatíveis com a cidadania e o respeito ao ser humano, mas mais importante é, o que podemos fazer para que histórias como essa não se repitam?

Apesar do estudo de LEAL (2017) apontar que a maioria dos alunos culpa a vítima pela exposição inapropriada, não era se esperar que adultos incorressem no mesmo equívoco, principalmente quando ocupam cargos de grande responsabilidade como a direção ou coordenação educacional. A participante continua seu relato demonstrando seu ponto de vista sobre esse assunto.

> "(...) Meu irmão tem duas mulheres e ai na minha família é uma família de muitas mulheres também. Ele mora com uma, mas namora outra no mesmo bairro. Mas então, eles sabem né. O que se fala quando tem churrasco, almoço, assim "ah mas ele não se encontrou ainda. Fabiana se casou, separou casou, separou. Fabiana realmente é difícil." Meu irmão pode ter duas mulheres, mas eu não posso casar e separar duas vezes. A culpa é realmente das mulheres. Todo esse tema que é tabu para eles (família) é diretamente transpassado por religiosidade. Eles são religiosos e tipo, esse tema nunca vai ser debatido. Nunca. Chance alguma. Ele vai ser escondido debaixo do tapete, tanto que minha mãe sabe do assunto, mas meu pai não faz idéia do que está acontecendo. E se souber, se ele souber, vai bater na minha irmã. Então não fala. Você cala, você finge. Tem um elefante na sala, mas você não esta vendo. E é muito problemático. E eu pensei "caraca, isso deve ser só na minha família". Não é não. Eu fui conversar com a família das coleguinhas dela. A maioria é assim. Tanto que as mães estão sabendo da situação e os pais não estão sabendo de nada..."
> (Fabiana)

Considerando outras esferas da vida em sociedade, a participante compartilhou uma situação pessoal em que, segundo sua análise, ela mesma foi posta em situação moralmente duvidosa em relação ao seu irmão, unicamente em função do seu gênero. Sendo a escola uma instituição imersa na sociedade, muitas vezes, reproduz seus dilemas e preconceitos no interior de seus muros. Ao nos deparamos com situações que vexam o outro em função do gênero ou orientação sexual, não podemos permanecer indiferentes. Por isso, a reflexão crítica em torno da sexualidade se faz tão necessária.

Vasconcelos (1971) diz que todos nascemos fundamentalmente neutros, diferenciados apenas pela genitalidade. Características típicas de homem e mulher não são herdadas pelo sexo biológico, mas adquiridas socialmente. Segundo Foucault (1984), o dispositivo da sexualidade normatiza o sexo educado, considerado bom e saudável. Ao nascer, somos incorporados ao esquema já vigente de controle das sexualidades. A função sexual modelar existente espelha o que os indivíduos devem almejar para que se ajustem à sociedade. Esse modelo irá determinar os comportamentos típicos aceitáveis para homens e mulheres.

De acordo com Amancio (2001), o estereótipo masculino, ou seja, os atributos associados aos homens, é ressaltado, enquanto o estereótipo feminino é marcado pela submissão, a reprodução biológica e a invisibilidade na sociedade. Segundo o próprio autor, a fixação desses estereótipos causam baixa autoestima, tendência ao insucesso e desequilíbrio na idade adulta, uma vez que a sociedade é “programada” de modo a valorizar o padrão masculino.

Uma vez constatada que homens e mulheres possuem as mesmas capacidades intelectuais, buscou-se justificar a divisão sexual do trabalho em características de temperamento. Sendo assim, as mulheres eram caracterizadas como dóceis, delicadas e afetivas, enquanto aos homens coube o papel da racionalidade e agressividade. Dessa maneira, o sexo biológico chancelava, mais uma vez, a distinção entre os papeis de homens e mulheres na sociedade. Até que, em meados dos anos 1960, estudos da área da psicologia se opuseram aos estereótipos sexuais. Começava a emergir o conceito de gênero, distinguindo-se do sexo biológico. Trata-se de um avanço na área, deixa de lado a compreensão das diferenças entre homem e mulher como inatas, imutáveis e biologicamente determinadas para uma visão psicossocial, ou seja, determinada a partir de uma série de fatores interagindo de forma única para formar a identidade individual do sujeito (HOLLWAY, 1994).

Apesar de, ainda hoje, nos depararmos com discursos evocando as diferenças sexuais como justificativa para tratamento diferenciado à mulher, a literatura já tem demonstrado uma

superação dessa visão estereotipada. Contudo, mais lentamente são os avanços nesse campo em termos de alcance na sociedade e, por isso, o debate não pode esmorecer. Há de ser uma constante que estejamos sempre dispostos a lutar contra concepções anacrônicas, que visam, principalmente, a dominação da mulher e a segregação daqueles que não se encaixam no padrão modelar para o binário macho x fêmea. Mais uma vez, a educação sexual pode auxiliar a desconstruir os estereótipos que limitam a ação de homens e mulheres, com reflexos nas relações pessoais, no mercado de trabalho e na própria identidade de individual. Quem sabe, assim, a mulher possa superar a culpa que vem desde que a religião a acusou de comer o fruto proibido.

Outro depoimento que trazemos é o de uma professora que descreve a dinâmica de sua família em relação a conceitos de sexualidade.

> (...) a minha família, eu escutava minha mãe falar "na minha família, graças a Deus, não tem viado, não tem piranha, não tem maconheiro, não tem drogado, não tem bandido". De uns anos para cá, lá em casa tem drogado e já tem transgênero. Olha, para trabalhar isso na cabeça da minha mãe, porque nos outros pode, né? Na minha agora está acontecendo. E ela aceita, com facilidade porque é dentro de um relacionamento, de uma família, que minha mãe ama, venera. Então para ela, já encarou isso como normal. "Não, temos que aceitar né? " A gente não conversa com isso em casa. Conversa aceitação, mas não como é que ela está vivenciando isso. Está acontecendo na casa da minha irmã, mas não na minha, não é com meus filhos. O negócio não está complicado, mas para ela, eu acho que ela está tendo conflitos de aceitar. Quer dizer, ela aceitou, mas será que está complicando, como está isso na cabeça dela?
>
> (Gabriela)

Vemos na fala desse sujeito presente a cultura de geração de uma época marcada por intensas transformações na forma pelo qual a sexualidade era vivenciada. Podemos dizer que há conflitos entre rígidos padrões morais de sua infância em oposição às transformações que estavam ocorrendo, sem, contudo, o devido período de acomodação interna da nova realidade que se apresentava (SALES, 1988). Na fala "lá em casa tem drogado e já tem transgênero", é um exemplo de que, ainda que essa geração sinta-se conectado com a atualidade, ainda há resvalos. Apesar de o depoimento apontar para um sujeito que toma a liberdade e aceitação como rumo, há desvios que se configuram nesse caleidoscópio de discussão e disputa de conceitos do que sejam sexualidade, questões de gêneros e novos relacionamentos a partir das novas configurações.

De acordo com Tiba (1986), talvez a principal explicação para essa desorientação seja que o discurso liberal e a psicologização instalou-se na superfície do cognitivo, na periferia da

personalidade desses indivíduos das gerações passadas, ao passo que a educação e os valores mais conservadores que receberam durante a infância e juventude permanecem gravados, quase intactos, numa região mais profunda de sua personalidade. Essas "camadas", a periférica e a profunda se alteram durante o período de crescimento e, principalmente, mediante a necessidade de criar os seus próprios filhos. Quando se apresentam questões mais sérias, como é o caso da sexualidade, a camada mais profunda entra em ação e eles acabam reproduzindo discursos e copiando as mesmas atitudes que condenaram anteriormente. Segundo SUPLICY (1991), a questão da sexualidade alterou-se sobremaneira nas últimas décadas, deixando pais e filhos confusos em relação às diretrizes do que é aceitável. Antigamente os valores eram extremamente demarcados, embora muitos padrões fossem baseados em preconceitos e exclusão das diferenças. Hoje, com o alargamento das discussões em torno da sexualidade, as famílias confrontam-se entre os velhos estereótipos que segregavam o diferente e os discursos atuais de tolerância e respeito. Muitas dúvidas são produzidas nesta interseção.

Outro aspecto abordado por SUPLICY (1991) diz respeito à sexualidade de pais que, para lidar com a sexualidade dos filhos, necessitam se defrontar com a sua própria sexualidade. Nesta posição, muitas vezes, incômoda, podem surgir angústia e ansiedade. A sexualidade dos filhos traz à tona aspectos reprimidos do subconsciente de muitos pais. De modo a evitar qualquer insegurança, surge, mais uma vez, os velhos conceitos aprendidos na infância do indivíduo como forma de fuga para evitar a reflexão e confronto com a própria sexualidade. Segundo Tiba (1986), isso explica, talvez, o porquê pais ditos "psicologizados", que compreendem, ao menos num nível superficial, os fatores psicológicos que influenciam na formação da personalidade e da sexualidade durante a adolescência, pouco modificam a forma de tratar os aspectos mais controversos da sexualidade, quando comparados com a criação que receberam na infância e adolescência.

A fala da participante também aponta para a via do afeto construindo um novo tipo de lidar com as configurações de gênero, caso da avó com a neta. Novas perspectivas e relacionamentos vão surgindo a partir dessas expressões quando são colocadas às claras nas famílias. Uma das maiores causas de depressão em jovens LGBT's é a rejeição por parte dos familiares mais próximos. De igual intensidade é a força que o jovem adquire para enfrentar as adversidades e preconceitos da sociedade quando recebe o apoio, respeito e amor daqueles cujo afeto é valorizado. Segundo Arán *et al* (2008), muitos transexuais relatam uma condição de intenso sofrimento psíquico, que se manifesta de diferentes formas, entre elas a tentativas

de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústia das mais diversas formas o que é provocado não apenas pelo conflito de não pertencer ao sexo biológico como também pelas inúmeras consequências sociais intrínsecas a esta condição. A dificuldade em encontrar emprego, os obstáculos para o convívio social, as barreiras para a mudança na identidade civil e, principalmente, a certeza de pertencer ao gênero oposto ao sexo de nascimento são alguns dos sofrimentos aos quais indivíduos transexuais relatam como desestabilizadores.

> "(...) tudo para mim é permissivo. Eu me permito. Eu não coloco muitas barreiras nas coisas. Posso até que eu tenha meus preconceitos, e tenho meus preconceitos, mas eu sou aquela que está tudo bom. Hoje estou com 58, quando eu tinha 13 ou 14 anos, ela (mãe) dizia "você é muito avançadinha para sua época". Tudo eu me permitia. Andar pelada, já andei pelada, depois de tomar banho, eu fico sem calça. Agora que eu estou mais velha que eu uso calcinha, mas antes não usava... Meu neto, quando vai dormir comigo fala 'vovó, põe calça que eu vou dormir com a senhora'..."
>
> (Gabriela)

Podemos perceber na fala acima, o sentimento questionador que se manifesta desde muito cedo em relação a determinadas regras sociais como, por exemplo, o de ter o corpo sempre coberto por vestimentas. Ao ouvir seu relato foi possível perceber que o despojamento é uma marca de sua personalidade, refletindo em seu modo de se expressar. Contudo, nem todos estão preparados para ouvir depoimentos como esse, visto que reação dos participantes poderia indicar um possível desconforto, ou até mesmo um julgamento, que é feito em toda a sociedade aos indivíduos que se permitem exibir seu corpo com mais liberdade. Foram registrados risos, cabeças se abaixando ou em movimento de negação e um burburinho que tomou conta da sala. Tal desconforto gerado com este depoimento nos remete às questões da sexualidade e nudez como um tabu presente de forma sólida em nossa sociedade.

Também é possível perceber um tom de segurança ao colocar perante o grupo as suas questões de sexualidade. Um lidar outro com o corpo que se sobrepuja às pressões para que este permaneça oculto por se tratar de algo sujo ou depravado. Refletindo sobre o valor do corpo em nossa sociedade atual, podemos verificar que há valorização dele, exibindo-o em propagandas, novelas, filmes e revistas. Os textos publicitários e as propagandas televisivas se utilizam do corpo para vender seus produtos, associando a idéia de saúde e felicidade ao adquiri-lo (SHIMP, 2002). Na medida em que associam seus produtos ao corpo, também reforçam e influenciam fortemente na formação de hábitos e modos de pensar.

A linguagem publicitária é essencialmente persuasiva e carregada de ideologias, sendo usada muitas vezes como instrumento de controle social, pois consegue impor-se e interferir nas atitudes de seus receptores. (ROCKENBACH, 2009). Bourdieu nos traz o conceito de poder simbólico, em que uma realidade é construída para reafirmar os instrumentos de imposição ou legitimação da dominação. É uma espécie de poder "invisível" que "não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder, ou seja, o poder simbólico é exercido mais no consentimento dos subordinados do que na própria imposição dos dominantes (BOURDIEU, 2005). Dessa maneira, temos uma sociedade que valoriza o corpo feminino de acordo com os pressupostos que determinados grupos impõem, ou seja, são jovens, esguias, de corpo torneado, belas curvas, seios grandes, glúteos arrebitados, boca entreaberta e olhas lascivo (COSTA e SOUZA, 2011). Em contrapartida, marginalizam o corpo da mulher que não se encontra nessa configuração, sendo incentivado que se esconda em peças de roupas cada vez maiores. O quadro de desprezo se torna ainda mais forte quando levamos em conta o fator da idade (SIMÕES, 1994). Tais questões parecem superadas pela participante ao orgulhar-se de exibir seu corpo, ainda que não possua o padrão valorizado pela sociedade.

Embora seja capaz de exercer sua liberdade no sentido de não se deixar influenciar totalmente pelos estereótipos sociais, a participante admite a existência de preconceitos. É natural que haja conflitos entre o que se acredita e o que foi aprendido desde pequeno. Somos parte de uma sociedade que nos ensina, desde pequeno, a odiar o diferente, aquilo que foge aos padrões. E mesmo que saibamos o correto, que respeitemos as diferenças e valorizemos a diversidade, vez ou outra nos deparamos com situações em que descobrimos as raízes ainda resilientes das velhas concepções que um dia foram semeadas. Livrar-se das ervas daninhas exige um cuidado diário. A humildade para reconhecer esse processo nos aproxima da mudança que queremos ser na sociedade.

> "(...) acho que as coisas são muito naturais. O mundo, a minha cabeça é natural. Eu não tenho essa coisa, esse pudor, essa vergonha. Eu uso o banheiro de porta aberta. Eu não fecho nada. Então é a cabeça, tem que se libertar. Eu sou professora, dou aula para homens, só homem. Eu chego e falo essas coisas, abertamente. Falo de menstruação, falo de prazeres sexuais, orgasmo. Eu acho que a gente tem é que tirar a roupa, mas as roupas da cabeça. Não é tirar a roupa do corpo, é tirar a roupa da cabeça, o despir. Você vai olhar as coisas como elas têm que avançar. É difícil aceitar? É. Mas tem que conviver e respeitar as diferenças..."
>
> (Gabriela)

Iniciamos com a fala: “acho que as coisas são muito naturais”. Entendemos que a sexualidade sofre um processo contínuo de construção, ao longo de toda história e da vida humana (FOUCAULT, 1985). A sexualidade não se constitui apenas em uma questão pessoal, mas abarca aspectos sociais e políticos, estando relacionada à maneira como a sociedade se constitui culturalmente. Caracterizando-a como um “dispositivo histórico”, Foucault (1985) faz uma critica à ideia de naturalização da sexualidade com base em atributos biológicos.

A “naturalização” a qual a participante se refere parece estar relaciona não com a aceitação das coisas como “estruturas imutáveis e fixas”, mas no sentido de natureza e a forma como os animais se relacionam. A sexualidade humana é extremamente complexa e diversificada, há os estereótipos sexuais, os preconceitos contra formas desviantes da padronizada socialmente, a luta pela valorização da diversidade e igualdade de direitos, as imposições sociais do patriarcado e muitas outras lutas que são travadas no interior da sociedade. No mundo natural, no entanto, a sexualidade não parece ser tão complexa.

Há, no entanto, uma importante ressalva a este pensamento. São Tomás de Aquino se utilizou da concepção teológica de uma Natureza (*physis*) herdeira do pensamento grego, em particular de Aristóteles, para separar as práticas sexuais em “normais” e “anormais” (ou perversas, desviantes). Nesse sentido, a sexualidade normal, conforme observado na natureza, é aquela em que ocorre a união de dois órgãos sexuais diferentes para a preservação da espécie. Esta apraza a Deus, logo é boa. Práticas outras que desviam da referência animal são caracterizadas como “contra a natureza”, desviantes ou perversas (CECCARELLI, 2000). Portanto, pensar na sexualidade humana fazendo relação à sexualidade animal contribuiu apenas para reforçar o pensamento do sexo exclusivamente para reprodução, sem conexão com a identidade pessoal, o aspecto histórico e as relações de poder. A busca pelo prazer sexual sem fins reprodutivos é caracterizada como anormal e englobam as relações homoafetivas, masturbação, o coito interrompido, sexo oral, o sexo anal e até mesmo o sexo vaginal com preservativo ou utilizando outros métodos contraceptivos.

Em outro trecho, a participante diz “eu sou professora, dou aula para homens, só homem. Eu chego e falo essas coisas, abertamente. Falo de menstruação, falo de prazeres sexuais, orgasmo”. Entende-se que, ao abordar tais assuntos considerados tabus em nossa sociedade, a participante conseguiu superar a ‘vergonha’ de ser mulher falando de sexo para um público masculino. Talvez ela pudesse ficar em uma situação de desconforto, no entanto, o que sua fala indica é o conforto e despreocupação com os pudores exagerados. De acordo com Maia e Ribeiro (2011, p.80), um dos princípios centrais de uma proposta de Educação

Sexual é que o "educador possa lidar com as questões de forma 'natural', qualquer que seja a área de sua disciplina, ele precisa estar interessado no tema, sentir-se bem para falar de sexualidade e ter uma atitude positiva e sadia em relação a ela".

A participante propõe "tirar a roupa da cabeça", em uma alusão à roupa do corpo que esconderia as 'vergonhas' da nudez. Nesse sentido, entende-se que tirar a roupa da cabeça é libertar-se das vergonhas, dos pudores exagerados, dos preconceitos, do machismo, da homofobia, xenofobia e outras concepções que atrapalham a convivência de forma harmônica numa sociedade que deveria tratar a todos de forma igualitária, independente de sexo, cor, raça, religião ou orientação sexual. No entanto, ao dizer "é difícil aceitar? É. Mas tem que conviver e respeitar as diferenças", a participante deixou escapar que ainda carrega alguns dos preconceitos aprendidos durante a formação de sua personalidade. Mais uma vez recorremos a Tiba (1986) para entender a visão da psicologia, em que as novas concepções da sexualidade, mais inclusivas e abrangentes, localizam-se em um terreno superficial da mente, enquanto aquilo que somos ensinados desde pequeno permanece mais profundo e acessível. Talvez, por isso, seja tão difícil superar preconceitos que estão tão profundamente enraizados. Mesmo quando pensamos ter uma visão ampla e livre de preconceitos, podemos cair em algumas armadilhas que nos fazem recorrer aos conceitos de sexualidade cerceadoras. Contudo, de acordo com a teoria construtivista de Piaget (1977) do conhecimento, podemos dizer que a mudança de concepção não ocorre de maneira abrupta, com um conceito sendo imediatamente substituído por outro, mas por desestabilizações dos esquemas mentais que irão conduzir a uma nova reconstrução do conhecimento. Desse modo, os 'pequenos deslizes' representariam o processo inacabado da reconstrução de concepções, e cada um terá seu próprio tempo para realizá-la de forma a estabelecer uma estrutura firme de pensamento.

> "(...) tenho alunos que se transvestem. É Marcio e quer ser Márcia e se transveste, se veste de mulher. (...) Banheiro, não são criança, são adolescentes, já são até adultos. Banheiro "professora, quero ir ao banheiro". "Mas qual banheiro você vai?" Vai ao de mulher! Aí na escola não pode usar banheiro de mulher. A mulher aceita muito mais fácil do que o homem. Então tem que fazer outro banheiro. É uma confusão que a gente cria que é irreal. As coisas estão aí, as pessoas são seres humanos..."
>
> (Gabriela)

A participante nos traz à discussão uma questão que tem sido negligenciada: a transexualidade no espaço escolar. Segundo Bento (2008, pag. 131) "[...] há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais que extrapola os muros da escola, mas

que encontrará neste espaço um terreno fértil de disseminação". É, portanto, na escola, que a sexualidade e os corpos serão normatizados de acordo com o que é padronizado pela sociedade em que está inserida. Àqueles que trazem em seus corpos a marca da "transgressão" do gênero são excluídos. Talvez a escola seja o ambiente onde a pessoa trans terá maior resistência, pois sendo um local de formação, a transgressão da sexualidade dita normal será ativamente combatida pela engenharia de produção de corpos. Tal embate, como já visto em outro depoimento, será fator de sofrimento.

> Se homossexuais masculinos e/ou femininos, podem manter sua identidade sexual em segredo por medo do preconceito, discriminação, as travestis trazem no corpo, (e não só nele), a desconstrução e construção da identificação de gênero, sendo, então, expostas a todo e qualquer tipo de preconceito (CAVALCANTI, 2011, p. 9).

O universo escolar das pessoas trans é marcado pela exclusão e por ações de violência e/ou descaso dessas ações por parte da instituição escolar. Violência que não se restringe apenas ao bullying praticado por outros discentes, mas também por docentes e equipe pedagógica. De acordo com Cesar (2009), umas das formas de violência é o não reconhecimento do nome social. As listas de chamada, os exames e mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes que estão demarcados nas regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero. O nome está intimamente relacionado à construção da subjetividade individual. Ao negar a utilização do nome social, é negada também a identidade com a qual a pessoa se identifica.

Uma investigação de Ivan Junckes e Joseli Silva concluiu que

> o resgate das experiências das travestis no espaço escolar evidencia que a escola tende a reproduzir o preconceito e a discriminação presentes na sociedade brasileira em relação às sexualidades consideradas fora das normas hegemônicas. Elas revelam outra versão do significado construído sobre o espaço escolar, tradicionalmente considerado um local protegido, onde são cultivadas as regras do respeito, da cidadania, da igualdade e do acesso universal ao conhecimento (JUNCKES e SILVA, 2009, p.164).

A escola para os alunos trans não é um ambiente de tranquilidade, inclusão e socialização. Pelo contrário, a discriminação e exclusão no ambiente escolar evidenciam que, desde cedo, esses alunos são expostos aos preconceitos e discriminação presentes na sociedade. Aos que persistem e não evadem da escola, há uma batalha pela auto-afirmação e

aceitação de sua própria identidade. Em um ambiente em que todos dizem “você não pode ser assim, você não tem direito de escolher seu nome ou seu gênero”, manter-se fiel ao que se sente é um exercício de resistência diária.

Um estudo de Alessandra Bohm constatou que eram restritos os casos de ingresso, resistência e permanência de travestis na escola em razão do *bullying* que vivenciam cotidianamente mesmo pelo corpo docente e gestores/as que lhes recusam a utilização do nome social e de roupas e adereços femininos, por exemplo. “A escola, tal qual como se organiza e se estrutura hoje, não é para as travestis ou para qualquer outro “monstro” que fuja às normas socialmente estabelecidas” (BOHM, 2009, p. 83). E cada vez mais “monstros” estão surgindo no ambiente escolar. A escola precisa, urgentemente, repensar seu papel e abraçar a diversidade, tomando ações no sentido de diminuir, ou até mesmo findar o sofrimento de pessoas que fogem ao padrão socialmente estabelecido.

A inclusão da educação sexual no ambiente escolar poderia dirimir preconceitos. Contudo, nada será possível se os gestores e corpo docente negarem os direitos básicos da pessoa trans. Neste processo, a formação inicial e continuada do corpo escolar se mostra imprescindível, sendo um dos fatores que necessita maior investimento para que o respeito às diferenças seja uma temática constantemente em pauta na escola. Junckes e Silva (2009) destacam essa perspectiva ancorados na necessidade de cumprimento das políticas públicas de inclusão.

A participante traz, ainda, a questão sobre qual banheiro será utilizado pelos transexuais na escola e compartilha que em seu ambiente de trabalho é proibida a utilização do banheiro ao qual a pessoa trans se identifica. Elizabete Cruz questiona “Por que a o banheiro a ser utilizado por uma travesti pode gerar mais polêmica do que o fato de que as escolas podem estar contribuindo para a exclusão (explicita ou implícita) de travestis?” (CRUZ, 2011, p. 13). De fato, a questão mais importante aqui não é o banheiro que se deve utilizar e sim o que podemos fazer para que travestis e transexuais não sejam violentados no ambiente escolar a ponto de verem excluídos e, por fim, endossem as estatísticas de evasão escolar. Por meio dessa argumentação, a autora observa que a questão sobre qual banheiro a travesti deve utilizar na escola, ou demais espaços públicos, constitui-se apenas a ponta do *iceberg* de um vasto processo de exclusão e vulnerabilidade que são vivenciados por pessoas *trans* em nossa sociedade.

Por fim, a participante lembra-nos algo que a sociedade parece esquecer ao tratar desse tema: “As coisas estão aí, as pessoas são seres humanos”. Não podemos esquecer a

humanidade da pessoa trans. E como pessoa humana, tem direito à sua dignidade, princípio fundamental do estado democrático de direito e garantido pela declaração dos direitos humanos e pela constituição brasileira.

O próximo depoimento nos traz um pouco da relação de uma professora e sua filha. A difícil relação entre adolescentes e pais se torna ainda mais sensível no que tange à sexualidade. Aqui temos algumas pistas de como se dá essa relação.

> (...) minha filha tem 13 anos, vai fazer 14 em outubro [de 2017] e ela vinha num processo de muitos conflitos e mãe sabe coisas. Antes de pensar, a mãe tem intuição e sabe. Então eu senti que ela tinha algo a me dizer a respeito da sexualidade dela, mas eu respeitei o tempo dela me dizer, né. Houve um momento que eu perguntei pra ela "e você filha, gosta de menino ou de menina?" Ela me olhou assustada. "Não, minha mãe não pode fazer essa pergunta". E ai, pelo whatsapp, ela não mora comigo, mora com a avó paterna, mas a gente tem um diálogo reto, horizontal. "Mãe, preciso te contar porque eu sinto que você tem que saber, você merece saber, e eu descobri que sou bissexual e é isso. Depois de muito refletir, eu cheguei à conclusão de que eu sou bi mesmo e é isso". Aí eu respirei porque, até então entre intuir e saber, ne. Não, de forma algum meu amor diminuiu ou passou por mim aquela questão de "ah, preciso aceitar".
>
> (Helena)

O discurso acima evidencia uma mãe que deseja participar da vida de sua filha, inclusive no que diz respeito à sua sexualidade. Apesar de não estarem próximas fisicamente, o uso de tecnologias permite a aproximação emocional das duas. Segundo conta a participante, a intuição de mãe a fez perceber que sua filha poderia ter uma orientação sexual não heterossexual. A reação surpresa da filha ao ser questionada pode indicar que ela ainda não se sentia preparada para compartilhar essa parte importante da sua vida. Ou talvez ainda não compreendesse o que estava sentindo. Em relação a isso, Mott (1987) afirma que são poucas as homossexuais/bissexuais que conseguem a maturidade da auto-aceitação e revelam a sua orientação sexual para familiares ou colegas. Algum tempo depois, após refletir e compreender melhor o que se passava em seu interior, a própria filha buscou a mãe para compartilhar suas conclusões acerca de sua sexualidade. Agora, diante da certeza, a mãe procura dar o suporte emocional à filha, mostrando que o amor não muda diante da notícia. Mott (1987) também afirma que a grande maioria das mães que têm filhas homossexuais parece esperar uma mudança nessa orientação sexual.

A fala da participante "Não, de forma algum meu amor diminuiu ou passou por mim aquela questão de "ah, preciso aceitar" soa como uma crítica a alguns casos, principalmente dentro das famílias, que dizem aceitar a condição de não heterossexualidade, contudo se

mostram deprimidas diante da notícia. A própria roda de conversa apontou para a frequência de discursos como “respeito, mas não aceito”, como a representada pela participante Daniele. Este pensamento contribui para a intolerância e o inconformismo diante da notícia, tornando a família, para a maioria de lésbicas e bissexuais, a principal fonte de repressão e cobradora de compromissos sociais heterossexuais. As famílias atuam a partir da crença de que todos os filhos serão heterossexuais e crescerão segundo esse estilo de vida (SANDERS, 1994). A dissonância entre o projetado e a realidade pode ser fonte de conflitos que não serão facilmente dissolvidos sem mudança dos pressupostos da família. Arquivos do Grupo Gay da Bahia trazem registros de filhos e filhas que sofreram inúmeras agressões físicas por parte dos pais, quando esses descobriram sua homossexualidade/bissexualidade (MOTT, 2003).

> “(...) A minha preocupação é como eu vou conduzi-la numa sociedade que é tão preconceituosa e separa “isso é de menina, isso é de menino”. Mas eu conheço minha filha desde a barriga. Já sabia que em algum momento algum processo poderia acontecer. E ai, meu discurso pra ela foi que “primeiramente não precisa ter vergonha de me falar nada, por mais errada que esteja, eu quero ser a primeira a saber. Segundamente, eu te amo. Nada muda. E vamos então agora procurar uma psicóloga. Não tem mais escolha porque você vai precisar estar preparada pra enfrentar a não aceitação, inclusive dos avós, que acham que ela está errada. Mas o meu amor, a minha admiração não muda, ela é minha filha, meu amor...”
>
> (Helena)

Nesta fala, a mãe revela a preocupação em relação aos desafios que a filha irá encontrar ao se assumir diferente da norma heterossexual. Preocupações que decorrem do preconceito, da discriminação e da violência que a filha poderá sofrer ao revelar sua identidade sexual. A mãe evoca mais uma vez a intuição para buscar ajudar a filha nesse aspecto de sua vida, pois entende que há muitas questões que podem provocar ansiedade e abalo psicológico. E deixa clara a opção por amá-la integralmente, em todas as suas particularidades. Quando há o apoio familiar, os desafios da vida em sociedade se mostram menos assustadores.

Mott (1987) nos diz que poucas famílias aceitam e convivem bem com membros de orientação sexual não heterossexual, estando mais presentes a intolerância e o inconformismo. Desses sentimentos negativos advêm rupturas na relação familiar em decorrência do luto pela alteração dos planos futuros. Strommen, citado por Goldfried e Goldfried (2001), enfatizou que os pais passariam por diferentes fases no seu processo de aceitação da homossexualidade dos filhos, sendo que a última delas, após a superação do luto pela identidade heterossexual do/a filho/a, seria a aceitação completa, sendo ele/a quem é e da forma que é. Contudo, o

tempo necessário para completar este processo pode variar entre os diferentes indivíduos do grupo familiar. É comum a incitação à auto-anulação da identidade homo/bissexual, numa tentativa de reaver os sonhos e planos futuros decorrentes da identidade heterossexual. A mudança de perspectiva, com reorganização de valores e expectativas é o primeiro passo na aceitação da identidade homo/bissexual. Foi dito na roda de conversa que a negação da identidade não heteronormativa é a negação da realidade e que esta deve ser "confrontada", não no sentido do combate, mas na aceitação e orientação para um crescimento pleno e saudável.

Nesse sentido, a participante orienta sua filha no que pensa ser o mais correto: o acompanhamento psicológico. Questões como a rejeição dos avôs e da sociedade como um todo foram levantadas para justificar esta ação. Segundo Palma e Levandowski (2008), o processo de aceitação da identidade não heterossexual nem sempre ocorre de forma espontânea, podendo haver a necessidade de uma intervenção psicológica no sentido de expandir a visão da sociedade e, consequentemente, das famílias, para a importância da aceitação e do apoio aos seus membros nas diferentes formas de relacionamentos afetivos, sexuais e arranjos familiares existentes na atualidade. Nessa perspectiva, quem mais necessita do apoio psicológico não é a filha em si, que revelou sua bissexualidade, mas os avós, que não a aceitam.

De acordo com a resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a homossexualidade/bissexualidade não é passível de tratamento uma vez que não se configura doença. Ou seja, qualquer intervenção psicológica que tenha como propósito a reversão da identidade homossexual é considerada antiética e sujeita à punição pelo CFP. Podemos dizer que a homossexualidade não tem cura, mas o preconceito e discriminação sim. E já que não é possível levar a população inteira ao psicólogo, o que podemos fazer é evitar que tais concepções se instalem, pois ninguém nasce odiando o próximo. Daí a importância da Educação Sexual desde a base, visando o entendimento da construção da sexualidade, mostrando que existem muitas formas de viver a própria sexualidade e que não há nenhum demérito em ser diferente do padrão heterossexual. Quem sabe, um dia, a própria questão da heterossexualidade como um padrão possa ser superada pela sociedade.

> Mas na cabeça da gente, mãe, a preocupação é que como o filho vai enfrentar o mundo lá fora. Porque a gente quer proteger. É natural que a gente queira proteger.[...] Eu falei pra ela também "hetero ou não, você tem que respeitar o seu corpo e o corpo do outro. Você é a mesma, se você ficar com menino é assim,

> respeite-se, respeita. Se você ficar com menina, respeita a menina, respeita você". A regra é básica, bem matemática.
>
> (Helena)

Nesta fala, a participante demonstra a preocupação em orientar a filha no que diz respeito ao lidar com as relações humanas, independente de gênero. A roda de conversa se mostrou unânime em afirmar que o respeito deveria estar em primeiro lugar ao lidar com o outro, independente de ser uma relação esporádica, uma relação contínua ou mesmo afetiva/amorosa. São regras básicas da convivência em sociedade ou, como no discurso da participante, são regras "bem matemática".

Outro ponto que chamou a atenção da roda de conversa foi o acolhimento da mãe à sua filha, abrindo caminho para que o diálogo se estabeleça de forma contínua. Mesmo em face da aparente dificuldade da filha em comunicar sua orientação sexual, a mãe compreendeu e tentou auxiliá-la da melhor forma que achou necessário.

Abaixo teremos mais um depoimento de uma professora expondo suas preocupações a respeito da temática.

> "(...) Eu trabalho com os anos iniciais, já ha dezessete anos e assim, não tenho facilidade para lidar com o tema. Já me deparei com situações difíceis que eu também assim como a professora, fiquei numa saia justa. Não consegui resolver. Fiz o melhor que eu pude no momento. E assim, o que eu falei pra ela é o melhor que eu pude oferecer. Aqui a gente não está pra julgar. Pra dizer, você esta certa, você esta errada. O que a pessoa tiver de ser, vai ser. O que me cabe é orientar e respeitar que cada um se respeite dentro da sua humanidade, dentro da sua identidade. Aceitar aquela pessoa independente da opção ou orientação, me corrijam, não sei qual o termo usar, sexual que quiser. Eu acho que e isso. O que vale pra mim é esse lado humano. Não vou julgar uma pessoa pela orientação dela. Nunca. É o que vale pra mim é a pessoa. Se ela presta ou se ela não presta. Não vai ser você dar mais ou menos valor a ela. Dentro desse aspecto, das religiosidades, às vezes dão um entrave. Estou muito grata a todos vocês pelo que aprendi hoje..."
>
> (Ingrid)

A fala da participante evidencia o que muitos profissionais do ensino vêm sentindo atualmente quando são requisitados para lidar com assuntos consoantes à sexualidade: reconhecem a importância do tema, sabem de sua complexidade e desejam ter uma atuação profissional mais assertiva, porém ainda não se sentem plenamente capacitados para abordar a temática com a profundidade adequada. A questão da formação dos professores para o trabalho com Educação Sexual já foi levantada por esta dissertação e se junta aos trabalhos que convergem nessa mesma perspectiva (JARDIM e BRETAS, 2006; FLORES, 2004; MADUREIRA e BRANCO, 2015).

Quando o profissional se depara com uma situação de insegurança para tratar determinado assunto, seja ao abordar um conteúdo da disciplina ou ao lidar com eventos espontâneos da sala de aula, em geral busca um ponto de apoio onde poderá ancorar sua prática e seu discurso. No entanto, quando se trata da sexualidade, deixamos nossas concepções pessoais falarem mais alto. Muitas vezes tais concepções convergem para a sexualidade restritiva, para a heteronormatividade e determinismo biológico, distanciando-se do objetivo de formação de valores necessários à plena cidadania e respeito às diferenças.

O depoimento que a participante trouxe à roda de conversa nos dá a esperança de que alguns profissionais, mesmo que não se sintam capacitados para abordagem da educação sexual ou não acompanhem as rápidas transformações e desdobramentos da área, são capazes de compreender a essência de toda a discussão: o respeito e valorização à pessoa humana, seja ela quem for ou como desejar ser. Nesse sentido, a fala da participante deixa nítido esse entendimento. A empatia por outro ser humano talvez seja o maior legado que a escola pode deixar na formação do aluno. E para isso é necessária a vivencia cotidiana de tais valores.

Ela traz, também, a religiosidade como um entrave aos avanços em torno da discussão da sexualidade. Parece-nos incoerente que uma religião, seja ela qual for, não valorize a vida humana, independente de como ela seja. Contudo, é o que temos observado. Os mais ferrenhos opositores da educação sexual no âmbito escolar são os representantes da igreja, em especial a chamada “bancada evangélica” que, aliada aos interesses de outros grupos conservadores, impede a discussão e aprovação de leis reivindicadas pelos movimentos feminista e LGBT, como a criminalização da homofobia e feminicídio.

Como bem disse Louro (2000), apoiada em Jeffrey Weeks (1995), a emergência das “identidades sexuais de oposição”, ou seja, aquelas que se opõem ao determinismo biológico e à sexualidade binária, coloca em questão a rigidez das identidades herdadas de todos os tipos, não apenas sexual. “Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e "modos de vida" ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe” (LOURO, 2000,p. 33). Atualmente, a propaganda conservadora tenta cooptar a juventude para resgatar os valores e práticas tradicionais sob o argumento de que o esfacelamento da sociedade é fruto da emergência de grupos minoritários que ocasionaram mudanças relacionadas à forma de encarar a sexualidade. Infelizmente, muitos compram esse discurso e reproduzem os preconceitos e estereótipos que violam o respeito e as liberdades individuais. Mas como dizia Foucault (1984), a resistência é inerente ao poder. Não há avanço que venha sem uma intenso debate e

luta de poder. E por isso estamos aqui, para resistir àqueles que desprezam a diferença e se veem ameaçados por aqueles que só desejam a igualdade de direitos.

> "(...) eu faço mediação em sala de aula com crianças com déficit intelectual. Ai eu acabo descobrindo que eu estou numa escola religiosa e eu sou tudo menos mediadora de criança com déficit intelectual porque eu sou mediadora de uma sala inteira, onde você se assusta de ver a quantidade de alunos tomando ansiolíticos. E de pedir socorro pra você. "Preciso conversar. Eu preciso falar". E ai você diz assim: "mas tem um orientador educacional na escola. Você tem uma psicóloga na escola". "Pelo amor de Deus, elas são todas religiosas". E ai você vai vendo o quanto é difícil você trazer esses assuntos a baile..."
>
> (Juliana)

A fala da participante traz a tona o que poderia ser uma simples dificuldade encontrada no local de trabalho como mediadora de alunos com déficit intelectual. Contudo, o que chama a atenção é o relato do receio desses alunos em conversar com a pessoa responsável pela orientação educacional devido a sua orientação religiosa. Há uma tradição da Igreja em abafar e suprimir determinados assuntos, principalmente quando estão relacionados à sexualidade. É uma das razões para que, ainda hoje, temas como maturação sexual, masturbação, libido, homossexualidade, transexualidade, independência feminina, aborto, entre outros, sejam considerados tabus. Muitos pais corroboram essa visão por medo de que os filhos possam desenvolver a sexualidade de forma precoce. Quando falamos de crianças com déficit cognitivo, o painel se mostra ainda mais grave.

Pinel (1999), ao analisar a concepção dos responsáveis sobre a sexualidade dos filhos com deficiência cognitiva, conclui que muitos ainda consideram a educação sexual como uma ameaça à "inocência" desses filhos, pois poderia provocar condutas promíscuas por parte dos mesmos. Glat (1992) afirma que esta é uma concepção equivocada, pois em nossos dias qualquer criança tem acesso a informações sobre o sexo pelos meios de comunicação, conversas com colegas ou ouvidas dos adultos que, desta forma, são deturpadas, fragmentadas ou mal interpretadas. Lamentavelmente, pais com essa opinião não percebem que a maioria das condutas inadequadas de seus filhos com deficiência mental acontece devido à ignorância sobre a sexualidade e ao isolamento em relação aos pares do outro sexo. Wüsthof (1994) alerta para o fato de que as proibições, sonegação de informações e orientações não resolvem nada, pois os jovens vão continuar explorando o mundo à sua maneira, só que às escondidas e correndo mais riscos. Negar a sexualidade dos jovens, ainda que tenham algum comprometimento cognitivo, não afasta sua percepção. Eles recebem informações de várias

fontes, mesmo que não entendam plenamente o real significado. Devemos escutar, conversar, orientar com naturalidade, falando francamente, evitando constrangimentos e deixando que explorem o mundo que o cerca, inclusive no que tange à sexualidade (DENARI, 2003). Assim como nos diz Solange Ferreira, "toda pessoa, ao seu modo e condição, tem o direito à expressão da mesma, seja por meio de um aperto de mão, de um abraço, de masturbação ou de penetração erógena" (FERREIRA, 2009, p.50).

> "(...) Eu falo isso hoje, eu tenho um filho de 30 anos. Mas eu lá me sinto meio fora da casinha. Talvez por minha mãe, eu sou mais velha que você professora. Eu tenho 58, dia trinta e um (de agosto de 2017) agora eu faço 59, e a minha mãe ter se casado aos quinze anos com um homem de trinta e cinco. Então eu passei uma vida inteira ouvindo a minha mãe dizer "cuida do seu corpo, ele lhe pertence. Você que tem que saber o que fazer com ele, como não fazer", o que era uma coisa totalmente fora de época. E ai eu criei um filho da seguinte maneira: entrou numa loja, quis uma boneca da Monica. Eu pensei que meu marido e minha sogra fosse me matar. Eu falei "ele vai levar a boneca da turma da Monica sim!". Da criança querer comprar uma camisa pólo cor de rosa e o pessoal "cor de rosa?!" É! Cor de rosa. O que ele tiver que ser, a opção de vida que ele tiver que tomar, ele vai tomar e com isso não vai mudar absolutamente nada em mim..."
>
> (Juliana)

Nesta fala, a participante traz algumas marcas que caracterizaram sua educação. Não era comum que meninas fossem ensinadas a cuidar e proteger seu corpo, independentemente de marido. Assim, quando ela fala "Você que tem que saber o que fazer com ele, como não fazer", isso mostra um pensamento alinhado às causas feministas. O feminismo que reivindicava a liberdade sexual e do corpo da mulher viria eclodir apenas na década de 70. No entanto, a luta pelos direitos femininos no Brasil possui uma longa história.

Segundo Constância Lima Duarte (2003), O feminismo no Brasil pode ser registrado em quatro ondas. A primeira, em 1830, buscava o direito básico à educação, ou seja, a possibilidade de serem educadas para ler e escrever. Primeiramente, mulheres letradas ensinavam outras mulheres. Elas eram permitidas apenas nas escolas de freiras. Em 1832, Nísia Floresta Brasileira Augusta escreve "Direitos das mulheres e a injustiça dos homens", o primeiro livro a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho.

A segunda onda ocorreria em 1870, quando muitos jornais e revistas divulgavam a pauta feminista. As principais reivindicações continuavam sendo o ensino de qualidade para mulheres presença no mercado de trabalho. Eram fortemente influenciados pelos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos da América.

A terceira onda, em 1920, surgiu com uma grande movimentação das mulheres em busca de mais cidadania: o direito ao voto, ao ensino superior e ampliação dos postos de trabalho (em geral, eram professoras). Dentre as personagens desta época, destaca-se a atuação da bióloga Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, por quase cinquenta anos, resistiu e disseminou as idéias feministas por todo o Brasil. Em 1927, o Rio Grande do Norte se torna o primeiro estado a aprovar o voto feminino. Em 1929 é eleita a primeira prefeita da América do Sul, no município de Lages, também no Rio Grande do Norte. Nacionalmente, o foto feminino foi aprovado somente em 1932, quando Getúlio Vargas o incorpora ao novo código eleitoral. Elas, no entanto, só iriam usar o direito conquistado nas eleições de 1945 devido à suspensão das eleições imposta por Vargas.

A quarta onda, e talvez a mais intensa, viria apenas em 1970. Nenhum outro movimento foi capaz de mudar, em tão pouco tempo, as relações entre homens e mulheres na sociedade. As principais reivindicações giravam em torno da liberdade sexual. O avanço na medicina mostrava que as mulheres não eram tão diferentes dos homens. Com o surgimento dos anticoncepcionais, a mulher pode dissociar o sexo da reprodução/maternidade/amor/compromisso. “Nosso corpo nos pertence” era o lema do movimento que buscava a liberdade de exercer o prazer sexual. Surgiam discussões relacionadas ao controle da natalidade e planejamento familiar como políticas públicas. O aborto também entrou em pauta. Em 1975, a Organização das Nações Unidas declara o “8 de março” como dia internacional da mulher, uma forma de refletir o papel da mulher na sociedade, lembrar o sacrifício e lutas do passado e mobilizar para avançar em questões como igualdade de gêneros, equiparação salarial, contra a violência à mulher o direito ao aborto. A luta feminina já vem de longa data. Porém é a partir dos anos 70 que ganha corpo e uma base teórica. E abriu caminho para as reivindicações de outros grupos como os movimentos LGBT.

Voltando ao conto, podemos dizer que a participante recebeu uma educação que anteviu a esse grande movimento das mulheres na década de 70. Pensar na concepção de que a mulher é dona do próprio corpo e tem autonomia para decidir como melhor utilizá-lo pode nos dar indícios de que sua formação foi, em geral, voltada para a quebra de barreiras e preconceitos.

Ao se tornar mãe e se ver diante da necessidade de educar seu filho, optou por seguir um caminho livre dos estereótipos que tanto limitam a vida das crianças. O exemplo trazido à roda de conversa ilustra um filho que se interessou por brincar com a boneca da personagem de histórias em quadrinhos “Mônica”. O brinquedo é, segundo Brougère (1995, p. 9), um

objeto cultural que traz inúmeros significados e que servirá de veículo às brincadeiras, “sintetizando a representação que uma dada sociedade tem da criança. O brinquedo se mostra como um objeto complexo que permite a compreensão do funcionamento da cultura”. Nos processos de socialização e formação da identidade das crianças constroem-se práticas de escolha de brinquedos e de brincadeiras por gênero e por sexo e criam-se os estereótipos (KISHIMOTO, 2008). Ao nascer, o quarto das meninas já fora todo preparado de cor rosa e com bonecas, enquanto o dos meninos é azul, com carros em miniatura. As meninas costumam brincar de “casinha” e representam o papel da mãe; já os meninos brincam de “motorista”, que dirige os carrinhos. Brincar de boneca estimula a sensibilidade afetiva do cuidar, típico das mães. Por isso dizemos que brincar de boneca é coisa de menina, pois o universo feminino se restringe, em grande parte, a casa e à família. Meninos não devem brincar de boneca, pois seu papel na sociedade é ser forte, racional e com pensamento lógico aguçado. Suas brincadeiras de lutinha e carrinho valorizam o mundo exterior e do trabalho (BROUGÈRE, 1995; FALKSTROM, 2001; AZEVEDO, 2003).

Quando a participante contraria o marido e a sogra para fazer valer o desejo de seu filho que queria brincar com a boneca da Mônica, ela toma um passo importante em direção à independência dos estereótipos de brincadeiras apropriadas para meninos e meninas. Este processo, que na visão dela pode parecer muito natural devido à sua educação, para outras pessoas pode ser entendido como uma transgressão ou até um incentivo à homossexualidade (VIEIRA, 2013). A própria roda de conversa salientou que ainda é comum o sentimento de defesa da heterossexualidade a todo custo, como se uma simples cor ou um brinquedo pudesse alterar a preferência sexual “natural” do indivíduo, ou nas palavras da participante, sua “opção”.

Guacira Lopes Louro afirma que

> muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma (LOURO, 2000, p. 9).

Ora, se a sexualidade fosse algo puramente ligado à biologia dos corpos, não há justificativa para o impedimento de brincadeiras ou de cores, pois nada poderia alterar o que fora previamente escrito pelo sexo biológico. Desse modo, o determinismo biológico é

negado pela própria sociedade que defende uma natureza heteronormativa da sexualidade. Parece confuso que a sexualidade heterossexual precise ser continuamente reforçada e defendida contra possíveis “desvios” do padrão. Somente entendendo a sexualidade como uma construção histórica, social e cultural será possível compreender como nossa sociedade se organiza na construção e defesa da heterossexualidade como norma padrão de comportamento sexual.

Louro reforça sua teoria ao dizer que

> A heterossexualidade é concebida como "natural" e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (LOURO, 2000, p.13).

Defender a natureza heterossexual da sexualidade humana é incompatível com o discurso que determina o que meninos e meninas devem brincar, devem vestir, devem gostar ou devem se comportar. No entanto, ao admitirmos a separação do sexo biológico e a construção do gênero, chegaremos ao que Judith Butler chamou de performatividade, ou seja, a identidade masculina e feminina são continuamente reforçadas. Butler diz que gênero tem o papel de produzir uma falsa noção de estabilidade, em que se ancoram os dois sexos fixos e opostos da matriz heterossexual. E todos os discursos são produzidos para a manutenção da ordem compulsória. Tal manutenção se daria pela repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos assim como nós os conhecemos atualmente. Este é o conceito por trás da performatividade, um ato intencional que produz significados (BUTLER, 2003).

Faz-se necessário, de modo a evitar confusão de conceitos, diferenciar o que entende-se por sexo biológico, gênero e orientação sexual. Sexo biológico é representado pela manifestação dos cromossomos e da genitália masculina ou feminina. Já o gênero se relaciona a fatores internos, ou seja, com uma identificação maior ao espectro que vai desde o universo masculino ao feminino. A construção do gênero ocorre de maneira social, cultural e histórica, porém a maneira como a pessoa se enxerga determina o seu gênero. Já orientação sexual relaciona-se com o objeto do afeto e da atração sexual, podendo ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

Ao comprar uma camisa de cor rosa, Juliana dá sinais de ruptura intencional na manutenção da ordem compulsória em relação à cor de menino. E ao romper com este estereótipo, algumas incompreensões podem ser geradas, uma vez que este processo já é assimilado e naturalizado pela sociedade como um todo. Durante a roda de conversa, foi colocado que a postura da participante de forma ativa na derrubada de alguns estereótipos, como a de cor e das brincadeiras permitidas, ilustra o tipo de educação que ela deseja para seu filho: liberdade para ser quem se realmente é, diminuindo as interferências externas que visam normatizar comportamentos com base em um padrão historicamente construído. Uma vez que os padrões são reafirmados continuamente em várias instâncias da sociedade, é pouco provável que alguém consiga eliminar completamente a interferência dos estereótipos na formação da personalidade.

A educação sexual deve expor historicamente a construção dos padrões de masculino e feminino, permitindo a reflexão acerca do que se considera justo e apropriado para a sociedade do século XXI. As novas gerações devem possuir uma visão mais ampla acerca da sexualidade, e isso não significa aumento das relações sexuais, da promiscuidade ou o fim da família, como alguns movimentos de conservadorismo radical querem nos fazer acreditar. Significa olhar o outro sem a lente do preconceito, sem a lente da intolerância, sabendo que por trás de um ser sexual existe um ser humano, com sua história de vida, sua família, suas dúvidas e seus conflitos.

Por fim, o depoimento de Daniele sobre suas impressões acerca da roda de conversa.

> Eu queria parabenizar não só vocês da mesa, mas todo mundo que teve a coragem de se expor com histórias e escutar. Parabenizando vocês por abraçar isso porque realmente se isso for mais amplo, pode mudar o mundo. Porque existem pessoas com medo e vocês estão abraçando de uma forma que a gente precisa. Então parabéns, gente.
>
> (Daniele)

Este depoimento final ilustra a intenção da roda de conversa: escutar as vozes, compreender as demandas e acolher àqueles que têm medo de viver numa sociedade que não os compreendem.

A troca proporcionada pela roda de conversa foi tão intensa e maravilhosa, que ninguém parecia querer ir embora ou interromper a discussão. Por cerca de 150 minutos foi possível debater, aprender e trocar vivências em torno da sexualidade, uma dimensão de nossa identidade que não escapa a nenhum indivíduo.

## 5.3 REFLEXÕES A PARTIR DA RODA DE CONVERSA

O tema “Debatendo sexualidade na escola” nos levou a considerar a construção histórico-social da sexualidade abrindo espaço para que sejam discutidas as concepções, dúvidas e representações relativas à sexualidade. Outro ponto para debater sobre o tema em estudo se relaciona a dificuldade em se trabalhar educação sexual na escola pela resistência dos pais, ou por concepções antagônicas no ambiente doméstico. Foi sugerido que se realizassem eventos, como a roda de conversa, na escola, para a comunidade escolar. Essa possibilidade não havia sido pensada e abre espaço para uma ação diferenciada com os pais dos alunos. O debate aberto provocado pela roda redirecionou o campo das experiências.

Após o evento solicitamos que os participantes fizessem uma avaliação dos temas ali debatidos. Foi evidenciada, segundo os participantes da roda de conversa, uma importante característica do projeto em questão: o carinho, respeito e ética para o tratamento da sexualidade, um tema complexo, cheio de tabus e preconceito. É, de fato, uma preocupação constante na feitura do texto e da pesquisa, pois há muitos pensamentos antagônicos e até radicalizações por parte de militantes que representam essas concepções díspares. Acreditamos que, mais do que apontar caminhos, o que deve ser valorizado é o diálogo. Somente pela troca de ideias e abertura de pensamentos poderemos avançar efetivamente para um lugar de acolhimento e respeito em torno da identidade sexual.

Registramos aqui alguns depoimentos dos participantes avaliando a roda de conversa:

> Hoje foi exatamente assim: um dia chuvoso e BOM, para não dizer MARAVILHOSO. Voltando da Roda de Conversa de Mesquita, IFRJ, ouvi na radio que "hoje era mais um dia daqueles ruins", dizia a repórter se referindo à chuva. Na mesma hora pensei: "por que o dia é ruim? Apenas porque chove? A chuva também tem sua beleza. Acho os dias chuvosos lindos. Acho até que fazem bem para alma porque, de alguma forma, eles me deixam mais introspectiva e reflexiva. Tem um "quê" de aconchego. De sentimento e se soubermos acolhê-los, dizem, podem nos trazer algumas surpresas. Dizem. E hoje, não é que recebi algumas surpresas??!!Antes mesmo de chegar ao IFRJ para a "Roda de conversa sobre Sexualidade", "coincidentemente", sentei-me no trem de frente para dona Rosa, uma senhora, daquelas que são vovós mesmo. Encontrei Dona Rosa, contadora de historias no trem. Com isso, ja cheguei ao IFRJ para lá de inspirada, com o coração borbulhando. Ele já estava preparado para o momento seguinte. Podia estar frio do lado de fora. Mas dentro da sala do Campus Mesquita, havia calor. Calor humano. Humanidade. Solidariedade. Conhecimento. Partilha. Emoção. Seres humanos. A roda de hoje representou tudo isso para mim. Mas também representou o ENCONTRO. Encontro não apenas com as maravilhosas informações trazidas pelos palestrantes. Mas ENCONTRO com uma das coisas que mais admiro: ENCONTRO DE SERES HUMANOS nas suas dúvidas, nas suas verdades, mas também nas suas possibilidades de ENCONTRAR o outro nas suas histórias. O tema da Sexualidade não se esgotou. E não era essa a proposta. Mas nos uniu: "me sinto alinhavada com

as histórias de cada uma aqui", disse uma companheira querida. E é nisso que eu acredito. Acredito no ENCONTRO. Acredito no VÍNCULO. E foi isso que experienciei hoje: para além de um debate sobre Sexualidade, uma contação das histórias mais lindas. Agradeço a cada pessoa que participou e também agradeço a Deus, que resolveu lavar o céu hoje. Refletir sobre antigos padrões também. Mas quem não gosta daquele cheirinho de casa limpa? O "desconhecido", o novo, não precisa ser traumático. Pensar sobre as identidades de gênero e Sexualidade também não.

(Participante A)

Sexualidade não fazia parte de meus temas de pesquisa. Até que a grandeza desse tema me foi tomando a chegar a ser convidada para uma roda de conversa. Pela expectativa e respostas percebidas após a divulgação, tinha certeza que seria muito bom. Mas foi muito mais. Foi surpreendente. Vi de perto, olho no olho, o quanto esse tema une o humano no que lhe é mais elementar. Foi a tarde de debates mais emocionante que já participei, a que mais vi o coração conduzir. Não teve nada de vertical, não teve ensinar e aprender. O que teve foi horizontalidade, teve o compartilhar. Teve o ambiente acolhedor para a abertura de vidas, intimidades e lágrimas. Teve o conhecimento e o reconhecimento no que somos com o outro. Agradeço a oportunidade de ter sido engrandecida nesse dia.

(Participante B)

Nossa quinta não poderia ter sido melhor, com está roda de conversa enriquecedora e reveladora. A participação dos condutores desta mesa nos aproximou e nos interrogou, as respostas dos ouvintes participante foi notória é questionadora e sabemos que: ainda temos muito, mais muito o que aprender. A hora passou e nem sentimos.

(Participante C)

Hoje o dia foi tão bom. Adorei ter tido a chance de ter esse debate maravilhoso.

(Participante D)

Que tarde maravilhosa! Como pode pessoas tão jovens tratarem um tema como a Sexualidade nas escolas discutido na Roda de Conversa no IFRJ- Mesquita com tamanha propriedade e naturalidade digne-se a mesa, todo louvor pela seriedade e esmero com sua pesquisa, outrossim, coroe-os pela exposição gentil, ética e respeitosa de seus saberes.Não menos importante, foi a participação dos ouvintes que enriqueceram a tarde com sua efetiva participação. A Todos, minhas gratidão e admiração, que transpassa o brilhantismo da condução da conversa culminando em cada sensação hoje por mim experimentada. Não há como encerrar de outra forma, senão perguntando:"_. Quando é a próxima roda de conversa"

(Participante E)

A Roda de Conversa nos convidou a uma reflexão sobre nossas próprias ideias de sexualidade e a construção da identidade da nova geração. Ao discutir o tema percebemos que a sexualidade do ser humano deve ser entendida dentro de sua complexidade. E o que esperamos? Que todo ser humano merece ser respeitado, feliz e realizado.

(Participante F)

> Dentre diversas maneiras, métodos de ensinar/instruir sexualidade no ensino fundamental, a caixa da descoberta é umas das formas de permitir ao aluno de se expressar de modo discreto. O aluno após aulas/debates sobre sexualidade coloca suas dúvidas em um pedaço de papel, sem se identificar, e coloca dentro da caixa a qual o/a professor/a abrirá e discutirá o questionamento abordado. Desta forma, sem intimidar os alunos, ocorre o momento de troca de informações, as expondo como todas as outras temáticas abordadas no ensino educacional. Referente à roda de conversar os fatos foram contundentes, fortes, marcantes, a ponto de emocionar e até desequilibrar o indivíduo a tomar uma postura revoltante com relação aos relatos feitos. Cada vez mais precisamos nos educar, estudar e preparar todos os familiares, e os profissionais do meio educacional, para que juntos possamos colocar separadamente a vida de cada aluno e suas afetividades e os conhecimentos a todos os métodos de defesa e proteção. Precisamos saber educar e mostrar que o emocional na verdade é cerebral e que os impulsos da vida precisam ser controlados via ensinamento e conversa.
>
> (Participante G)

As reflexões que podemos traçar a partir desse encontro acenam para a necessidade do debate em torno da temática da sexualidade. É importante que, a partir do diálogo, possamos desvelar o que habita em nossas concepções e convicções de vida e sociedade. A partir do diálogo, especialmente em uma roda de conversa, temos acesso a pensamentos que podem ser díspares, mas que, em alguns momentos, convergem para concepções e práticas pessoais. Muitas vezes compartilhamos opiniões que são incoerentes com nosso discurso, mas que, por sermos seres complexos e em constante formação, o desconhecimento pode abrigar concepções antagônicas sobre os assuntos. É uma situação clássica que ilustra, por exemplo, quando se diz que respeita o homossexual, mas que não toleraria um filho gay.

A roda de conversa também aponta para a construção de possibilidades de integração do tema à vida real dos sujeitos que vivem e constroem a escola. Não podemos deixar esse tema à margem das discussões. A sexualidade está presente, seja aberta ou de forma implícita, em todas as relações humanas, especialmente no ambiente escolar, onde os alunos estão aprendendo a lidar com a própria sexualidade, construindo concepções e vivências. A sexualidade está entrelaçada àquilo que somos e nos constituímos na vida. Portanto, é imperativo que adentremos nesse desafio com preparo e responsabilidade para formar jovens que sejam bem resolvidos na sua sexualidade.

Cabe ressaltar que todos os participantes receberam seus certificados de participação. A certificação é uma característica importante do evento formativo, pois valoriza o profissional que participa e busca aperfeiçoar sua prática pedagógica. Um modelo de certificado encontra-se em anexo.

# 7. PRODUTO EDUCACIONAL – LIVRO "CADERNO DE REALIDADES"

Como produto educacional, foi produzido um livro de contos apoiados nos depoimentos dos participantes e questões trazidas durante a roda de conversa, versando sobre diferentes aspectos da sexualidade que envolvem a vida profissional e pessoal. É uma reflexão que permite analisar as questões da sexualidade no contexto que elas ocorrem, tomando consciência das mesmas na sua vida. Tais contos se apoiam na história de vida dos profissionais e, por isso, são considerados um relato autobiográfico. Segundo Catani et al., relatos autobiográficos

> traduzem, de modo bastante singular, os processos mediante os quais os professores dão forma viva e concreta às suas práticas, porquanto explicitam, por meio de seus próprios depoimentos, os significados e as relações que cada um foi capaz de estabelecer ao entrecruzar suas histórias de vida e de formação, os conhecimentos oriundos de suas experiências profissionais, sobretudo com o ensino em sala de aula, e as reflexões e conhecimentos de natureza teórica (CATANI, 2000, p.3).

Consideramos que o relato autobiográfico traz à tona experiências de vida que conversam com as reflexões teóricas, práticas e pessoais, possibilitando o acesso às concepções de sexualidade de forma íntima e pessoal. Espera-se que tal aproximação facilite mudanças de práticas e pensamentos sobre sexualidade e gênero no cotidiano escolar desses docentes e dos que se apropriariam das histórias como leitores. Muitas histórias presentes nos contos são comuns às pessoas de maneira geral e poderiam criar um laço de afetividade com os personagens relatados.

Muitas vezes, temos dificuldade em entender o ponto de vista do outro. Há uma limitação intrínseca, por não sermos capazes de captar a complexidade total dos fenômenos que nos cercam. Nesse sentido, a coletânea de episódios se constituirá como um fator de problematização para a reflexão em torno da sexualidade, em suas diversas formas de expressão.

O objetivo de confeccionar esse livro é trazer as discussões para próximo da realidade dos professores, dando subsídios para o trabalho com educação sexual no âmbito escolar. Os contos baseados em relatos autobiográficos trazem pontos que contribuem para o entendimento do assunto. Dessa forma, o leitor poderá se apropriar do que tem sido discutido em torno da sexualidade e se preparar melhor para os desafios em sala de aula. O

livro poderá ser utilizado, tanto por docentes que desejam conhecer mais sobre o assunto numa dinâmica de formação inicial ou continuada, quanto por professores que desejam iniciar um debate em sala de aula sobre os assuntos tratados no livro.

A partir da roda de conversa, foram identificados alguns temas centrais presente na fala dos participantes e que ilustram aspectos importantes da sexualidade: abuso sexual na infância e adolescência, violência doméstica, exposição na internet, homossexualidade, suicídio e machismo. Todos esses temas também ilustram a importância da discussão em torno da sexualidade, especialmente em âmbito escolar.

Após o conto, a seção "Para saber mais" traz sugestões de leituras para aqueles que gostariam de se aprofundar mais no respectivo tema. Por meio de artigos referências na área sugerida pelo conto, buscou-se fornecer um suporte para que o leitor possa se apropriar um pouco mais na temática em questão, seja o abuso sexual, suicídio em jovens homossexuais, transexualidade etc.

Em seguida são trazidas algumas questões norteadoras ao debate promovido pelo conto. São questões que permitem um olhar mais crítico ao que se propõe discutir, podendo ser utilizado pelo professor, em sala de aula, como uma forma de obter as concepções prévias dos alunos em relação ao tema proposto, ou como um guia que irá conduzir o debate entre os alunos. Para o leitor que esteja buscando se apropriar mais no tema, as questões podem auxiliar numa reflexão interna das suas próprias concepções.

A seção seguinte, intitulada "Discutindo o Conto", objetiva realizar uma aproximação entre o conto e o que tem sido discutido em estudos teóricos. Destarte, propõe-se interpretar a realidade por meio da teoria, dando novos contornos e significados às ações dos personagens. Trazendo os conceitos, por vezes abstrato, ao encontro da realidade, esperamos facilitar a compreensão e sensibilizar o leitor com relação a uma questão que ele pode não estar completamente familiarizado. Essa seção traz subsídios para um debate mais aprofundado e auxilia quem deseja obter conceitos científicos relacionados ao tema de forma imediata.

São muitos temas que podem ser abordados em apenas uma história. Quantas histórias mais estarão recheadas de sentimento e significado em torno da sexualidade. É nesse sentido que o produto caminha, em discutir a sexualidade de uma forma humana e que leve à reflexão dos leitores. Por fazer essa relação em que a prática cotidiana orienta nosso olhar para o que a teoria científica nos aporta no sentido de compreender as diferentes questões que a temática integra, o livro foi intitulado "Sexualidade: da prática à teoria".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual se constitui como um importante espaço de discussão, proposição e efetivação de ações concretas que promovam o combate à discriminação, o preconceito e a violência sexual, seja ela simbólica ou real. A escola já é, em si, um espaço onde as manifestações sexuais se evidenciam nas relações cotidianas, ainda que, em sua maioria, comportamentos e atitudes que exprimam curiosidade, desejo ou prazer em decorrência da sexualidade sejam coibidos pelo corpo escolar. Contudo, devemos superar o receio de falar sobre sexualidade no ambiente escolar para que possamos ir além de uma visão de educação sexual normativa, preventiva, moral e repressora, em vista de uma ação mais ampla e libertadora no tocante às relações entre os gêneros, de vida social e afetiva. Uma educação sexual que ao mesmo tempo lida com a anatomia e fisiologia dos aparelhos reprodutivos, mas que também debate e questiona os tabus e preconceitos em relação à diversidade sexual, igualdade de gênero e corpo. Questões que, se não tratadas corretamente, podem levar a ansiedade, medo e sentimento de culpa.

Falar sobre a sexualidade humana, ainda hoje, é considerado um grande tabu, não só no contexto da sala de aula, mas em todo o contexto da sociedade. É comum ouvir discursos inflamados sobre a exclusividade da família no que tange a assuntos relacionados a temas polêmicos como o da sexualidade. E projetos que visam tirar a autonomia da escola em discutir assuntos relevantes na formação do aluno têm adquirido cada vez mais defensores. Contudo, não podemos deixar que concepções baseadas em preconceitos e desconhecimentos sejam reproduzidas, mesmo originadas do ambiente familiar. É necessário impregnar a sociedade com cidadãos cada vez mais conscientes em torno da sexualidade, respeitando a diversidade e valorizando as diferenças pelo que realmente são: nem melhores ou piores, apenas diferente. A escola se mostra o ambiente propício para esse trabalho, visto que os alunos estão descobrindo a própria sexualidade, demonstram curiosidade e não possuem concepções restritas em torno das regras impostas socialmente.

A formação do professor mostrou ser o maior empecilho para o estabelecimento de uma educação sexual que emancipe o aluno a viver sua sexualidade longe dos mitos e tabus que foram criados para o controle dos corpos por meio da associação do sexo à doença, pecado e morte. O questionário *online* e a roda de conversa evidenciaram que, apesar da

sexualidade ter sido incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a falta de uma formação específica em sexualidade dificultou a execução eficiente dos objetivos propostos pelo documento.

Não basta ensinar; é preciso viver e reaprender, constantemente, o respeito à diversidade e para dar conta disto, faz-se necessário acompanhar a dinâmica que vem se processando no campo da diversidade sexual. Mais do que falar sobre o assunto, o ser humano aprende por meio de exemplos. Educadores que respeitam a diversidade e conseguem lidar com a sexualidade de forma mais leve, sem carregar o peso do tabu ou da sexualidade como algo sujo e proibido podem contribuir para a superação de conceitos discriminatórios. Por essa razão, a realização de Rodas de Conversa pode contribuir grandemente para a ampliação da discussão sobre a sexualidade, considerando, também, a valorização da justa militância de minorias historicamente reprimidas por uma normatização limitadora de sexualidades.

Por fim, vale lembrar que a sexualidade é um aspecto central na construção da nossa identidade, sendo impossível ignorá-la. A pesquisa aponta que a educação sexual, num sentido amplo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas. Entretanto, o momento atual é de repensar como ela pode expandir-se a bem da humanidade. Assim, hoje, mesmo que não tenhamos a consciência, estamos realizando educação sexual. Seja através de gestos, da forma de agir, expressar ideias ou até mesmo por meio do silêncio deliberado que já diz por si.

Nossa realidade é integrada e por sê-la a necessidade de trabalhar as várias dimensões que se vive em sala de aula é fato urgente e premente. Por isso o tema ganha protagonismo na perspectiva de desconstruir conceitos que aprisionam e estigmatizam as diferenças reconstruindo-os para o bem da formação de uma cidadania que aproxima, compreende e nos leva a viver a máxima de observar as diversidades que nos faz tão humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADED N.L.O.; DALCIN B.L.G.S.; Moraes T.M.; Cavalcanti M.T. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Rev Psiq Clín*. 2006; 33(4):204-13.

AGUSTINA, J. R.; GÓMEZ-DURÁN, E. L. Sexting: Research criteria of a globalized social phenomenon. *Archives of sexual behavior*, Nova Iorque, Vol. 41. p. 1325–1328, 2012. Disponível em < http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-012-0038-0 > Acessado em: 05 jun. 2018.

ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015.

ALTMANN, H.. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, n.2, p.575-85, 2001.

ALVES, R. *Filosofia da ciência*: introdução ao jogo e suas regras. 2. ed. São Paulo : Loyola, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. O debate atual sobre os paradigmas da pesquisa em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 1996.

AMÂNCIO, L. O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 9-26, 2001.

AQUINO, C.; MARTELLI, A. C. *Escola e educação sexual*: uma relação necessária. In: IX ANPED Sul, Caxias do Sul, RS, 2012.

ARÁN, M.; ZAIDHAFT, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, 2008.

AZEVEDO, T. M. C. Brinquedos e gênero na educação infantil - um estudo do tipo etnográfico no estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de janeiro: Contraponto, p. 7, 1996.

BARROS, S. C; RIBEIRO, P. R. C; QUADRADO, R. Q. *Sexting:* a espetacularização da sexualidade. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v.24, n.45, p. 197-215, 2014.

BENTO, B. A. de M. *O que é transexualidade.* São Paulo: Brasiliense, 2008. 181 p. (Coleção Primeiros Passos).

BIRKETT, M.; ESPELAGE, D. L.; KOENIG, B. LGB and questioning students in schools: The moderating effects of homophobic bullying and school climate on negative outcomes. *Journal of Youth and Adolescence,* 38, 989-1000, 2009. doi:10.1007/s10964-008-9389-1

BOHM, A. M. *Os "monstros" e a escola:* identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BONTEMPO, D. E.; D'AUGELLI, A. R. Effects of at-school victimization and sexual orientation on lesbian, gay, or bisexual youths' health risk behavior. *Journal of Adolescent Health*, New York, v. 30, n. 5, p. 364-74, 2002.

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. In:*Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas grupais do Estado de São Paulo.* Jan-Jun. Vol. 6, Nº. 1, p.74-80. 2005.

BORRILLO, D. *Homofobia*: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTONI, L. Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. *Radio Senado*. Senado Federal. Brasil. 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo. Acessado em 20/06/2018.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, A. V. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. *Revista Iberoamericana de Educación,* 40(2), p. 1-9. 2006.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 23 dez. 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais – PCN*. v. 8 e 10. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 1997.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos:* apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Orientação sexual. In: _____. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.* Rio de Janeiro: DP&A, p. 107-161. v. 10. 2000.

_____. *Sinopse do censo dos profissionais do magistério da educação básica*, 2003. Brasília: Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira), 2006.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEM), Brasília, DF: Editora do MEC/SEF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> pdf. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Projeto de lei no Senado nº 196, 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017.

BRITTO, P.; REIS, L. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25/06/2015. Disponível em:

http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml

BRIERE, J.; ELLIOTT, D. M. Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse& Neglect, 27*, 1205-1222. 2003

BRITZMAN, D. P. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *In:Educação e Realidade*. Vol. 21 (1), Jan./Jul. 1996.

BRITZMAN, D. La pedagogía transgresora y sus extrañas técnicas. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M.(Ed.) *Sexualidades Transgresoras*: uma antologia de estúdios queer. Barcelona: Icária, 2002.

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1995.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão de identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M. das G.C. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev.latinoam.enfermagem,* Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000.

CARDOSO, F. L. *O que é orientação sexual.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

CATANI, D. B.; BUENO, B. O.; SOUSA, C. P. *A vida e o ofício dos professores.* São Paulo: Escrituras, 2000.

CAVALCANTI, M. P. de H. Gênero, educação e diversidade: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308232879_ARQUIVO_Artigo-CONLAB.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

CAVALCANTI, R. C. Educação sexual no Brasil e na América Latina**.** *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. V.4, n.2, São Paulo, 1993.

CECCARELLI, P. R. Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 3, n. 3, p. 18-37, 2000.

CÉSAR, M. R. A. Lugar de sexo é na escola? sexo, sexualidade e educação sexual. In: SANTOS, D. B. C.; ARAUJO, D. C. (Org.). *Caderno Temático de Sexualidade.* Secretaria de Estado da Educação do Paraná. 1ºed. Curitiba: Imprensa Oficial, v. 1, p. 49-58, 2009.

_____. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Revista Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, Editora UFPR, 2009.

_____. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32, 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2009. 14 p.

CHAUÍ, M. *Repressão sexual*: essa nossa (dês) conhecida. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHRÉTTIEN, C. *A ciência em ação*. Campinas : Papirus, 1994.

CLARK C., CALDWELL T., POWER C., STANSFELD S.A. Does the influence of childhood adversity on psychopathology persist across the lifecourse? A 45-year prospective epidemiologic study. *Annals of Epidemiology*. 20(5):385-94. 2010

CLAUZARD, P. *Conversations sur l'homo(phobie:* L'éducation comme rempart contre l'exclusion. Paris: L'Harmattan, 2002.

COHEN, J. A.; MANNARINO, A. P.; ROGAL, S. Treatment practices for childhood posttraumatic stress disorder. *ChildAbuse & Neglect, 25*, 123-135. 2001.

CÓRDOVA, A.; JESUS, P. H. M. Selfie, Uma Expressão da Subjetividade. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO OESTE, 17; 2015, Mato Grosso do Sul. *Anais...* Campo Grande: UFSM, 2015. p. 1-14. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2015/resumos/R46-0491-1.pdf > Acesso em: 05 jun. 2018.

COSTA, M. *Sexualidade na adolescência*: dilemas e crescimento. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986.

COSTA, D.; SOUZA, C. Questões de gênero na propaganda de cerveja Schin. In*: XVI Intercom Sudeste–Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, São Paulo, 2011.

COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C.; RIBEIRO, M. A.; PENSO, M. A. Grupo multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo, 14*(1). 2009.

COSTA, R.M. *Sexualidade como tema transversal*: a estruturação da educação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

COTRIM. G. *Fundamentos da filosofia*: história e grandes temas. 15. ed. São Paulo : Saraiva, 2002.

CRESSWELL, J.W. *O projeto de pesquisa:* métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISMAN M.; BASCELLI E.; PACI D.; ROMITO P. Adolescents who experienced sexual abuse: fears, needs and impediments to disclosure. *Child Abuse Negl*. 2004;28(10):1035-48.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jan./jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=i&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2015.

D'AUGELLI, A. R.; PILKINGTON, N. W.; HERSHBERGER, S. L. Incidence and mental health impact of sexual orientation victimization of lesbian, gay, and bisexual youths in high school. *School Psychology Quarterly*, Washington, DC, v. 17, n. 2, p. 148-67, 2002.

DENARI, F. E. Sexualidade e deficiência mental: em busca da adolescência perdida. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial*. Londrina: Eduel,. v.8, p.119 - 129. 2003.

DEL PRIORE, M. *Histórias íntimas:* sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2º Ed. São Paulo: Planeta, 2014.

Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 49 – 58.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Penso, 2006.

DUARTE, J. C.; ARBOLEDA, M. R. C. Sintomatologia, avaliação e tratamento do abuso sexual infantil. In V. Caballo (Ed.), *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente:*Transtornos gerais (pp. 293-321). São Paulo, SP: Santos. 2004

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, T. *A possibilidade da investigação a 3*: reflexões sobre triangulação (metodológica). Cies e-working paper. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. 2009. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. 2009. Acesso em: 15/09/2016.

EL PAÍS. (2016, 25 junho). "O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis" - Movimento Escola Sem Partido foi criado a partir da indignação de um pai com um professor**.** Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em 24/08/2017.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução Leandro Konder. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

EXAME. (2017, 8 dezembro). "Projeto "Escola Sem Partido" é arquivado no Senado". Disponível em https://exame.abril.com.br/brasil/projeto-escola-sem-partido-e-retirado-da-pauta-do-senado/. Acesso em 17/04/2018.

FALKSTRÖM, M. Action man doesn't have a wife. I haven't seen it on telly anyway: 6-8 years old about their toys from a gender perspective. In: NELSON, A.; BERG, L.; SVENSSON, K. *Toys as communication*. EUA: Sitrec, 2003. p. 263-274.

FAULKNER, A. H.; CRANSTON, K. Correlates of same-sex sexual behavior in a random sample of Massachusetts high school students. *American Journal of Public Health*, 88(2), 262-266, 1998. doi:10.2105/AJPH.88.2.262

FERREIRA, S. L. Eu amo, tu amas, eles amam: a afetividade-sexualidade de jovens e adultos com deficiência mental. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.(Org.), *Educação sexual*: múltiplos temas, compromisso comum, Londrina: UEL, p. 39-58, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual***:** retomado uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. *Semina:* Ciências Sociais/Humanas, v.17, n.3, p.286-293, set. 1996.

_____. Educação sexual**:** como ensinar no espaço da escola. *In*:_____. (org.), *Educação sexual:* múltiplos temas, compromisso comum. – Londrina : UEL, p. 141-172, 2009.

FLORES, M. A. Os professores em início de carreira e o seu processo de mudança: influências e percursos. *Revista de Educação*, v. 12, n. 2, p. 107-118, 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. 6º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Histórias da sexualidade II*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FREIRE-MAIA, N. *A ciência por dentro*. 5. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1998.

FREYRE, G. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009

GAROFALO, R. et al. The Association between health risk behaviors and sexual orientation among a school-based sample of adolescents. *Pediatrics*, Elk Grove Village, Illinois, US, v. 101, p. 895-902, 1998.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas***.** Brasília: Liber Livros, 2005.

GAUDERER, C. *A vida sem receitas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

GERKO K., HUGHES M.L., HAMIL M., WALLER G. Reported childhood sexual abuse and eating-disordered cognitions and behavior. *Child Abuse Negl*. 2005;29(4):375-82.

GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*: São Carlos, v.1, n.1, p.65-74, 1992.

GOLDFRIED, M. R.; GOLDFRIED, A. P. The importance of parental support in the lives of gays, lesbian and bisexual individuals. *Psychotherapy in Pratice, 57*(5), 681-693. 2001.

GUIA de orientação sexual: diretrizes e metodologia. São Paulo, casa do psicólogo, 1994.

GUIMARÃES, I. *Educação Sexual na Escola:* mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. *Abuso sexual contra crianças e adolescentes:* Conceituação e intervenção clínica. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2004.

HARDIN, K. N. *Autoestima para homossexuais*: um guia para o amor-próprio. Tradução de D. Kleve. São Paulo: GLS, 2000.

HERRELL, R. et al. Sexual orientation and suicidality: a co-twin control study in adult men. *Archives of Genetic Psychiatry*, Washigton, DC, v. 56, n. 10, p. 867-74, 1999.

HERSHBERGER, S. L.; D'AUGELLI, A. R. The impact of victimization on the mental health and suicidality of lesbian, gay, and bisexual youths. *Developmental Psychology*, 31(1), 6574, 1995. doi:10.1037/0012-1649.31.1.65

HOLLWAY, W. V. Beyond sex differences: A project for feminist psychology. *Feminism & Psychology*, v. 4, n. 4, p. 538-546, 1994.

HORONOR H. Child sexual abuse: psychosocial risk factors. *Journal of Pediatric Health Care*.16 (4): p.187-192. 2002.

IERVOLINO, S.A.; PELICIONE, M. C.; A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção de saúde. *Rev. Esc. Enf.* USP. São Paulo, v.35, n.2, p.115-21, 2001.

JENSEN, K.B.; JANKOWSKI, N.M. *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona, Bosch, 1993.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2006.

JUNCKES, I. J.; SILVA, J. M. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no brasil. *Revista de Didácticas Específicas*, Madrid, n. 1, p. 148-166, dez. 2009. Disponível em: <http://www.didacticasespecificas.com/files/download/1/revistas/publicacion1. pdf#page=14> Acesso em: 10 mar. 2015.

KISHIMOTO, T. M. *et al*. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. *Pro-posições*, v. 19, n. 3, p. 209-223, 2008.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KLEIN, R. Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. *Coisas do Gênero*, v.1 n. 2, p. 145-156, ago.-dez. 2015.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

LEAL, L. N.; RODRIGUES, G. S.; SILVEIRA, I. D.; AMARO, T. V.; SANTOS, D. B.; PALUDO, S. S. CEP em Selfie: abordando sexting com adolescentes como forma de exposição virtual da sexualidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 1, 2017.

LEÃO. A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Orientação sexual em pauta: estudo documental do projeto oficial implantado no município de São Paulo em 1978. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 8., 2007, Vitória. *Anais*... Vitória: ANPED/UFES, 2007. CDROM.

LENHART, A. Teens and Sexting: How and why minor teens are sending sexually suggestive nude or nearly nude images via text messaging. *Millennials*, Washington, D.C., dez. 2009. Disponível em: < http://\www.ncdsv.org/images/pewinternet_teensandsexting_12-2009.pdf>. Acessado em: 05 jun. 2018.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. Pedagogia da sexualidade. In: _____ (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34, 2000.

LOURO, G. L. Marcas do corpo, marcas de poder. In:_____. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOYOLA, M. A. Apresentação. In: _____. (Org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

MACEDO, E. F. D. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. *In: Currículo*: políticas e práticas. Campinas: Papirus, p. 43-58, 1999.
MADRIZ, E. Focus group in feminist research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y.S. *Handbook of qualitative research***.** 2º ed. Thousand Oaks: Sage, cap. 32, p. 835 – 850, 2000.

MADUREIRA, A. F. do M.; BRANCO, Â. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, 2015.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: princípios para ação. In: *Doxa: Revista Paulista de Psicologia e Educação.* Araraquara: Departamento de Psicologia da Educação da FCL/UNESP. V. 15, n. 1, p.75-84. 2011.

MEKSENAS, P. Aspectos Teóricos e Metodológicos da pesquisa empírica: a contribuição da obra de Paulo Freire. In*: 1ª Semana de Estudos Freirianos*, Joinville, Nº1, p.6-15. 2007.

MONEY, J. *Os papeis sexuais.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORIN, E. *O método 3*: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre : Sulina, 1999.

MORAIS, R. de. *Filosofia da ciência e da tecnologia*. 5. ed. São Paulo : Papirus, 1988.

MOTT, L. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

MOTT, L. Educação sexual e o jovem homossexual. In: *Perspectiva***:** Revista do centro de ciências da educação. Florianópolis: Editora da UFSC, ano 16, nº30, p. 57-88, jul-dez, 1998

_____. O jovem homossexual: noções básicas de direitos humanos para professores, professoras e adolescentes gays, lésbicas e transgêneros. *Revista do Mestrado em Educação*, 7, 95-102. 2003.

NASCIMENTO, M. L. D.; CHIARADIA, C. F. A Retirada da Orientação Sexual do Currículo Escolar: Regulações da Vida. *Sisyphus-Journal of Education*, 5(1), 101-116. 2017.

NASCIMENTO, W. F. Identidades notas para uma discussão. In: LOPES, D. et al. (Org.). *Imagem & diversidade sexual*. Estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa Edições, 2004, p. 447-52.

NUNES, C. A. *Desvendando a sexualidade***.** 2º Edição. Campinas: Papirus, 1997.

NUNES, C. A.; SILVA, E. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, J. C. (org.) *Pesquisa em educação*: historia, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores associados, 1999.

OLIVEIRA, E. A. Modelos de risco na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Crítica*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 19-26. 1998

OLIVEIRA, L. S. *Representação de sexualidade que orienta práticas educativas no Brasil desde o final do século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá. 2007

PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D. C. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, v. 13, n. 4, p. 771-779, 2008.

PASSARELA C. M.; MENDES D. D.; MARIL J. J. Revisão sistemática para estudar a eficácia de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes abusadas sexualmente com transtorno de estresse pós-traumático. *Ver. Psiq. Clín*; 37(2): p.60-65, 2010.

PAUL GIBSON, L. C. S. W. Gay male and lesbian youth suicide. In: REMAFEDI, G. *Death by denial*. Studies of suicide in gay and lesbian teenagers. Boston, Massachusetts: Alyson Publications, 1989. p. 15-68.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria*. Rio de Janeiro. Vol. 81, n. 5 supl (nov. 2005), p. S197-S204, 2005.

PIAGET, J.; FIGUEIREDO, Á**.** *O desenvolvimento do pensamento:* equilibração das estruturas cognitivas. 1977.

PINEL, A. C. educação sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais. In: RIBEIRO, M. (Org.). *O prazer e o pensar*: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde. São Paulo, p.211-226. 1999.

REMAFEDI, G. (Ed.). *Death by denial*. Studies of suicide in gay and lesbian teenagers. Boston: Alyson, 1994.

RESOLUÇÃO 01/99 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Brasília, 22 de março de 1999. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em 02/05/2018.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Org.). *Formação docente em gênero e sexualidade:* entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis: Depetrus et alii. Rio de Janeiro: FAPERJ. p. 07-15. 2013.

_____. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). *Educação sexual*: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: UEL, 2009. p. 129-140.

_____. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). *Sexualidade e educação sexual:* aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p.15-25.

_____. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, M. *Educação sexual*: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1993.

RIVERS, I. The bullying of sexual minorities at school: Its nature and long-term correlates. *Educational and Child Psychology*, 18(1), 32-46. 2001.

_____. Recollections of bullying at school and their long-term implications for lesbians, gay men, and bisexuals. *Crisis*, 25(4), 169-175, 2004. doi:10.1027/0227-5910.25.4.169

ROCKENBACH, M. R. P. A imagem feminina nas propagandas de cerveja. *Revista Científica de Administração e Sistemas de Informação.* Curitiba. V.12. n.12. p.21-42, 2011.

RUNYON, M. K..; KENNY, M. C. Relationship of atribucional style, depression and post trauma distress among children who suffered physical or sexual abuse. *Child Maltreatment, 7*(3), 254-264. 2002.

RUSSELL, S. T. Challenging homophobia in schools: Policies and programs for safe school climates. *Educar em Revista*, 39, 123-138, 2011. doi:10.1590/S0104-40602011000100009

SALES, J.M. de. Os pais dos adolescentes. In: VITIELLO, N. et al. *Adolescência hoje*. São Paulo: Roca, 1988. p.29-34.

SAITO, F.; BROMBERG, C. História e epistemologia da ciência. In: BELTRAN, MHR; SAITO, F.; TRINDADE, L. dos SP (Org.). *História da Ciência:* tópicos atuais. São Paulo: CAPES/Livraria da Física, p. 101-117, 2010.

SALLES, A.C.T. da C.; CECCARELLI, P.R. A Invenção da Sexualidade. in *Reverso:* Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais. Belo Horizonte.Ano XXXII, nº 60, p.15-24, 2010.

SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In Imber-Black, E. (Org.), *Os segredos na família e na terapia familiar*, p. 219-244, Porto Alegre: Artes Médicas. 1994.

SANTANA, A. M. de. *Gênero, sexualidade e educação*: perspectivas em debate. v. 7, n. 12, jan./abr. 2014.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 13. ed. Porto : Afrontamento, 2002.

SANTOS, C. A. C.; NOGUEIRA, K. T. Gravidez na adolescência: falta de informação?. *Adolescência e Saúde*, v. 6, n. 1, p. 48-56, 2009.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-35. 2010.

SARASIN, P. L'invention de La "sexualité" des Lumières à Freud. Esquisse. In: *Le Mouvement Social*, N°200, 2002.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola*: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SERAFIM, A. D. P.; SAFFI, F.; ACHÁ, M. F. F.; BARROS, D. M. D. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Psiquiatria Clínica, 38*(4), p. 143-147, 2011.

SHIMP, T. A. *Propaganda e promoção:* aspectos complementares da comunicação integrada de marketing. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 5. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2002.

SILVA, R. C. P; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência e Educação*, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SIMÕES, R. Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo idoso. In: *Corporeidade e terceira idade:* a marginalização do corpo idoso. 1994.

SINCLAIR, C.; MARTÍNEZ, J. Culpa o responsabilidad: Terapia con Madres de Niñas y Niños que hansufrido Abuso Sexual. *Psyche*, 15(2), 25-35. 2006.

STEEL, J., SANNA, L., HAMMOND, B., WHIPPLE, J.; CROSS, H. Psychological sequelae of childhood sexual abuse: Abuse-related characteristics, coping strategies, and attributional style. *Child Abuse&Neglect*, 28(7), 785-801. 2004.

SUPLICY, M. *et al. Sexo para adolescente***:** orientações para educadores. São Paulo: FTD, 1988.

SUPLICY, M. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: vozes, 1987.

_____. *Conversando sobre sexo*. 17. ed. Petrópolis: Edição da Autora, 1991. 407p

TAQUETTE, S. R. Sexualidade na Adolescência. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Org). *Saúde do Adolescente*: competências e habilidades. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p205-212.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Saúde e Sociedade. *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 651-667, 2012.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 12. ed. Petropólis: Editora Vozes, 2011.

TIBA, I. *Puberdade e adolescência*: desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Ágora, 1986. 236p.

UNAIDS. Estatísticas globais sobre HIV. 2017. Disponível em https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/12/UNAIDSBR_FactSheet.pdf. acessado em 02/07/2018.

VASCONCELOS, N. *Os dogmas sexuais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VIEIRA, C. M. C. Crescer sem discriminações: Perscrutando e combatendo estereotipias de gênero nas práticas familiares e escolares. . In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Org.). *Formação docente em gênero e sexualidade:* entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis: Depetrus et alii. Rio de Janeiro:FAPERJ, 2013. p. 75- 101.

WEEKS, J. *Invented moralities*: Sexual values in an age of uncertainty. Columbia University Press, 1995.

WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, política e educação*. Campinas: autores associados, 1998.

_____. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.36, p.99-110, fev. 1981.

WHIFFEN V.E., MACINTOSH H.B. Mediators of the link between childhood sexual abuse and emotional distress: a critical review. *Trauma Violence Abuse.* 6(1):24-39. 2005.

WÜSTHOF, R. *Descobrir o sexo*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994. (Série Jovem Hoje).

ZAVASCHI M.L.S., SATLER F., POESTER D., VARGAS C.F., PIAZENSKI R., ROHDE L.A.P. Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 24(4):189-95. 2002.

ZINET, C. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero” Publicado em 09\11\2015. Disponível em http://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero. Acesso em 24/08/2017.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO *ONLINE*

# Educação Sexual no contexto escolar

A sexualidade no contexto escolar ganhou destaque a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Desde então, muitos avanços foram percebidos, bem como obstáculos. Este questionário objetiva a coleta de dados relacionados à presença da Educação Sexual em sala de aula. Sua participação irá contribuir para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada "SEXUALIDADE EM DEBATE: uma análise nas rodas de conversas" do mestrando Daniel Costa Matos - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

*Obrigatório

1. **Em que etapa do ensino você atua profissionalmente?**
   *Marque todas que se aplicam.*

   - [ ] Educação infantil
   - [ ] Ensino fundamental - Anos iniciais
   - [ ] Ensino fundamental - Anos finais
   - [ ] Ensino médio
   - [ ] Ensino superior
   - [ ] Outro: _____

2. **Que disciplina(s) leciona?**
   *Marque todas que se aplicam.*

   - [ ] Ciências
   - [ ] Biologia
   - [ ] Educação Física
   - [ ] História
   - [ ] Geografia
   - [ ] Português
   - [ ] Matemática
   - [ ] Artes
   - [ ] Lingua Estrangeira
   - [ ] Filosofia
   - [ ] Sociologia
   - [ ] Ensino Religioso
   - [ ] Química
   - [ ] Física
   - [ ] Outro: _____

3. **Quanto tempo atua como professor/a?**
*Marcar apenas uma oval.*

- Até 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Mais de 30 anos

4. **Qual a sua faixa etária?**
*Marcar apenas uma oval.*

- Entre 20 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Acima de 60 anos

5. **Qual o seu sexo?**
*Marcar apenas uma oval.*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

6. **Já presenciou alguma situação de discriminação ou preconceito sexual no ambiente escolar?**
*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

7. **Tem costume ou já realizou alguma intervenção relacionada à Educação Sexual?**
*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Já realizei mas não tenho o costume

8. **Dos temas elencados abaixo, quais considera importante para a Educação Sexual em sala de aula?** *
*Marque todas que se aplicam.*

- [ ] Anatomia e Fisiologia dos sistemas reprodutores
- [ ] Métodos contraceptivos
- [ ] Doenças sexualmente transmissíveis - DST
- [ ] O gênero como construção histórica, cultural e social
- [ ] O papel do homem e da mulher na sociedade atual
- [ ] Diversidade sexual
- [ ] Sexualidade como identidade
- [ ] Outro: _____

9. **Dos temas elencados abaixo, quais já foram abordados na sua prática docente?**
*Marque todas que se aplicam.*

- [ ] Anatomia e Fisiologia dos sistemas reprodutores
- [ ] Métodos contraceptivos
- [ ] Doenças sexualmente transmissíveis - DST
- [ ] O gênero como construção histórica, cultural e social
- [ ] O papel do homem e da mulher na sociedade atual
- [ ] Diversidade sexual
- [ ] Sexualidade como identidade
- [ ] Outro: _____

10. **Quais os principais motivos que limitam o trabalho de Educação Sexual em sala de aula?**
*Marque todas que se aplicam.*

- [ ] Carência na formação profissional
- [ ] Resistência da equipe pedagógica
- [ ] Resistência dos pais dos alunos
- [ ] Falta de tempo dentro do planejamento letivo
- [ ] Acho um tema inadequado para a sala de aula
- [ ] Não acho importante para os meus alunos
- [ ] Outro: _____

11. **Já participou de algum curso de formação continuada relacionado à sexualidade?**
*Marcar apenas uma oval.*

- ( ) Sim
- ( ) Não

12. **Gostaria de participar de um curso de formação continuada em gênero e sexualidade se houver a oportunidade?**
*Marcar apenas uma oval.*

- ( ) Sim, tenho interesse nesse assunto
- ( ) Talvez
- ( ) Não tenho interesse no momento

Powered by
Google Forms

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Ministério da Educação**
**Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ**
**Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

(de acordo com as Normas da Resolução CNS nº **466/12**).

Você está sendo convidado para participar da Pesquisa **SEXUALIDADE EM DEBATE:** Uma Análise nas Rodas de Conversas – Triangulação Metodológica e Caderno de Realidade**.** Você foi selecionado para participar de uma roda de conversa e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o (a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição.

O objetivo deste estudo é analisar como o tema Educação Sexual, a partir das rodas de conversas e cadernos de realidade, com profissionais do ensino, tem se constituído.

Os riscos relacionados com a sua participação nesta pesquisa são: entrar em contato com opiniões divergentes da sua própria; sensibilizar-se com acontecimentos transcorridos com participantes da roda de conversa e serão tomadas as seguintes providências para evitá-los/minimizá-los: manter o debate e trocas de ideias de forma respeitosa e cordial.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para entendermos como a educação sexual tem sido pensada e realizada nos espaços de ensino. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa.

Participar desta pesquisa **não** implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo com o e-mail de contato dos pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos.

_____

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Nome do pesquisador: Daniel Costa Matos
Tel: 21-979065824
E-mail: matos.dc@hotmail.com
CEP Responsável pela pesquisa - CEP IFRJ
Rua Pereira de Almeida, 88 - Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20260-100
Tel: (21) 3293 6026
E-mail: cep@ifrj.edu.br

**Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa, e os meus direitos como participante da pesquisa e concordo em participar.**

_____

Nome do participante da pesquisa

**Data** ____/___/___ _____

(assinatura do participante)

## APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

**Ministério da Educação**
**Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFRJ**
**Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ**

# TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

_____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº._____ , inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____ , nº. _____, município do Rio de Janeiro _____/Rio de Janeiro. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos, vídeos e documentos, para ser utilizada em material didático e científico decorrente do projeto "**SEXUALIDADE EM DEBATE:** Uma Análise nas Rodas de Conversas – Triangulação Metodológica e Caderno de Realidade". A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: folder de apresentação; artigos científicos em revistas e jornais especializados; aulas em cursos de capacitação; cartazes informativos; palestras em encontros científicos; banners de congressos; mídia eletrônica (painéis, vídeos, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____
Assinatura do participante

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
Nome do pesquisador: Daniel Costa Matos
Tel: 21-979065824
e-mail: matos.dc@hotmail.com
CEP Responsável pela pesquisa - CEP IFRJ
Rua Pereira de Almeida, 88 - Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20260-100
Tel: (21) 3293-6026
Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
Data: _____/_____/_____

_____
Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE D - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO E DEBATE DA RODA DE CONVERSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

CERTIFICADO

Certificamos que XXXXXXXXXXXXXXXX participou na qualidade de ouvinte da Roda de Conversa **Debatendo Sexualidade na Escola** pertencente ao I Ciclo de Roda de Conversas do Campus Mesquita/IFRJ no dia 17 de agosto de 2017 com carga horária total de quatro horas.

Mayla Brandão dos Anjos
Diretora Acadêmica
IFRJ/Campus Avançado Mesquita - Espaço Ciência InterAtiva

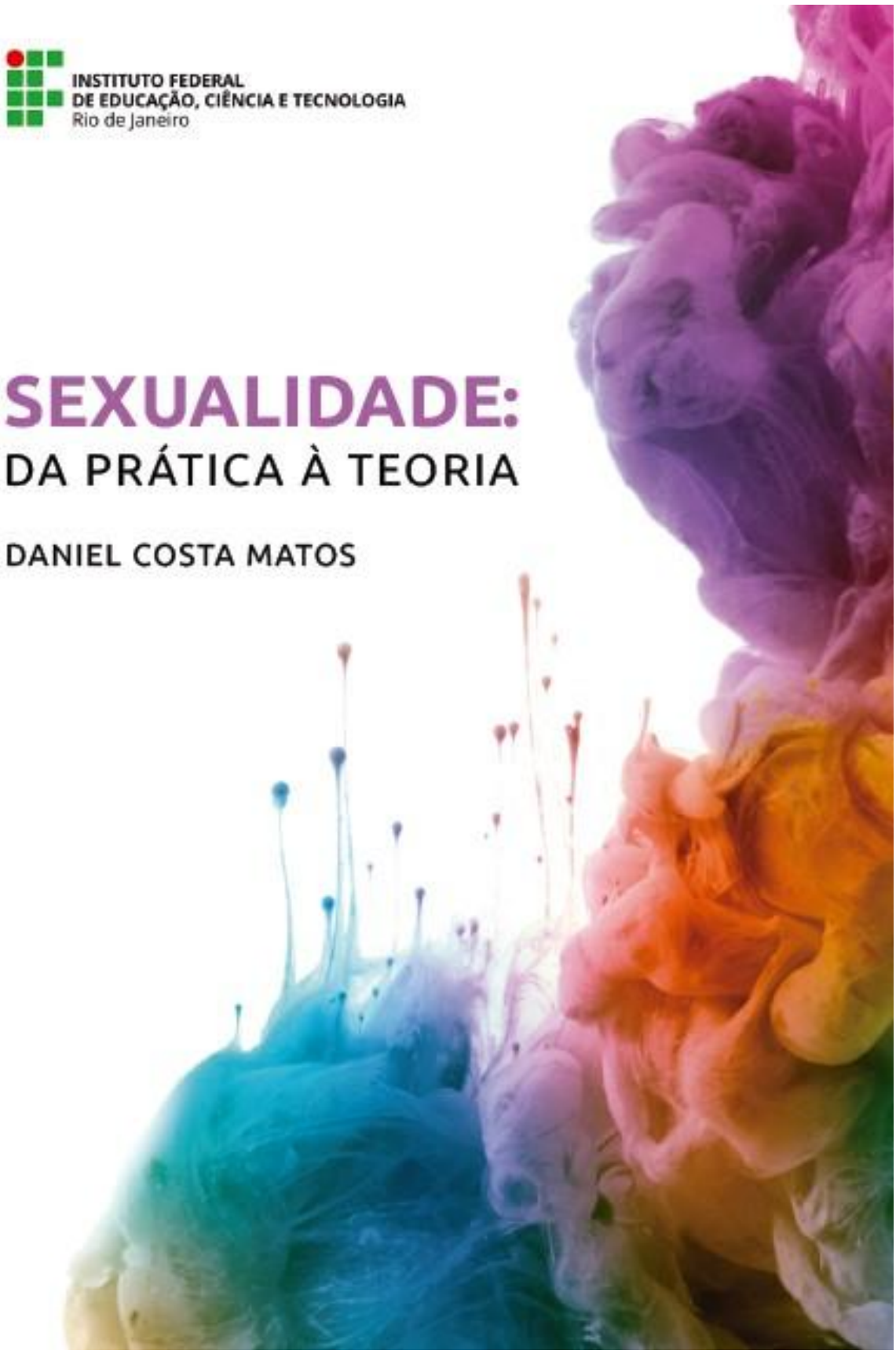
INSTITUTO FEDERAL
Espaço Ciência InterAtiva

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

CERTIFICADO

Certificamos que XXXXXXXXXXXX participou na qualidade de debatedora na Roda de Conversa **Debatendo Sexualidade na Escola** pertencente ao I Ciclo de Roda de Conversas do Campus Mesquita/IFRJ no dia 17 de agosto de 2017 com carga horária total de quatro horas.

Mayla Brandão dos Anjos
Diretora Acadêmica
IFRJ/Campus Avançado Mesquita - Espaço Ciência InterAtiva

INSTITUTO FEDERAL
Espaço Ciência InterAtiva

**ANEXO 1: PRODUTO EDUCAIONAL. LIVRO "SEXUALIDADE: DA PRÁTICA À TEORIA**